

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE MESTRADO EM GEOGRAFIA  
ÁREA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

EMERSON MARCOS GOMES

EVOLUÇÃO URBANA DE PONTA GROSSA – PR: UMA ANÁLISE ENTRE AS  
DÉCADAS DE 1960 E 2000.

FLORIANÓPOLIS  
2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE MESTRADO EM GEOGRAFIA  
ÁREA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

EMERSON MARCOS GOMES

EVOLUÇÃO URBANA DE PONTA GROSSA – PR: UMA ANÁLISE ENTRE AS  
DÉCADAS DE 1960 E 2000.

Dissertação de Mestrado desenvolvida  
como avaliação parcial do Programa de  
Mestrado em Geografia, área de  
Desenvolvimento Regional e Urbano, do  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas,  
da Universidade Federal de Santa  
Catarina.

Orientador: Prof. Msc. Luís Fugazzola  
Pimenta.

FLORIANÓPOLIS  
2009



## **AGRADECIMENTOS**

Prof. Msc. Luís Fugazzola Pimenta (Orientador)  
Coordenação do Curso de Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina  
Secretaria do Curso de Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina  
Corpo Docente do Curso de Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina.  
Prof. Dr. Leonel Brizolla Monastirsky  
Prof. Dr. Edu Silvestre de Albuquerque  
Prof. Dr. Lindon Matias Fonseca  
Heracto Kuczyks Assunção  
Prefeitura Municipal de Ponta Grossa  
Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Colegas de Mestrado da UFSC  
Napoleão Carneiro Gomes  
Marcius de Paula Xavier Gomes



Dedico este trabalho a meus pais Edson e Maria de Lourdes pelo incentivo que sempre me deram em seguir o árduo caminho da educação.

## **RESUMO**

Essa dissertação é apresentada com a intenção de entender a evolução urbana de Ponta Grossa, entre 1960 e 2000. Para tanto, tenta-se analisar a dinâmica existente no espaço urbano a fim de verificar sua configuração, que se mostra complexa em virtude das diversas relações dos agentes que influenciaram e dão continuidade a sua transformação. Periodizando a formação do espaço urbano de Ponta Grossa e seu desenvolvimento, é possível demonstrar essa evolução não apenas pelo crescimento da malha urbana e pelo aumento na densidade demográfica como, também, através dos processos concernentes à transformação desse espaço. Processos esses ligados ao desenvolvimento das atividades econômicas mais dinâmicas como as grandes indústrias, as grandes representações comerciais, os agentes imobiliários e o próprio poder público municipal. Além disso, ainda considera-se a influência de esferas superiores, como se fazem presentes os poderes políticos estadual e federal e o capital estrangeiro.

Palavras-chave:

Evolução urbana, atividades econômicas, crescimento urbano, agentes imobiliários, poder político.

## **ABSTRACT**

This dissertation is showed with the intent to understand the Ponta Grossa urban evolution between 1960 and 2000. So, we analyze the dynamic there is in the urban space with the purpose to verify the configuration, that is complex, because there are many concerns between the agents that influence and make continuity the Ponta Grossa's urban transformation. Studying the Ponta Grossa's urban space rise and development in periods, it is possible o show this evolution, not only trough it's the urban area growth and demographic density increase, but through the ways that modify dynamics activities development, like the higher industry and commerce representation, the real estate business and the municipal public power. Besides that, we consider the influence the superior sphere, for instance: how behave the state and federal public powers and foreign capital.

### **Keywords:**

Urban evolution, economic activities, urban growth, real estate business, politic power.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Metalúrgica Schiffer, década de 1960 .....	27
Figura 2 – Cervejaria Adriática localizada no centro tradicional de Ponta Grossa, década de 1960 .....	31
Figura 3 – Avenida Ernesto Vilela, sentido bairro-centro, 2006 .....	32
Figura 4 – Indústria Kurashiki na avenida Visconde de Mauá, 2006 .....	34
Figura 5 – Vila Coronel Claudio ao sul da avenida Carlos Cavalcanti (ao fundo, vista parcial do bairro Oficinas), 2006 .....	35
Figura 6 – Indústria F. Slaviero no prolongamento da avenida Monteiro Lobato, década de 1960 .....	36
Figura 7 – Ricardo Kossatz Magazine na avenida Vicente Machado, década de 1980 .....	53
Figura 8 – Conjunto habitacional Monteiro Lobato, 2006 .....	57
Figura 9 – Plano de uso do solo urbano da cidade de Ponta Grossa (destaque para as áreas verdes consideradas vazios urbanos), 1992 .....	89
Figura 10 – Entrada do Campus da UEPG, bairro Uvaranas, 2006 .....	91
Figura 11 – Avenida Carlos Cavalcanti a partir da entrada do Campus da UEPG, bairro Uvaranas, 2006 .....	91
Figura 12 – Conjunto habitacional Acácia I, bairro Oficinas, 2006 .....	100
Figura 13 – Terminal Central no Complexo Ambiental Governador Manoel Ribas, 2006 .....	104
Figura 14 – Complexo Ambiental Governador Manoel Ribas, 2006 .....	105
Figura 15 – <i>Shopping</i> Palladium .....	106
Figura 16 – Vista da avenida Visconde de Taunay no sentido bairro-centro, 2006 .....	108
Figura 17 – Indústria Kaiser, 2006 .....	109
Figura 18 – Pátio de manobras da ALL, bairro Uvaranas, 2006 .....	111
Figura 19 – Vista da avenida Monteiro Lobato, sentido centro-bairro, 2006 .....	112

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição da população urbana e rural do município de Ponta Grossa .....	23
Tabela 2 – Crescimento relativo da população total, da população urbana e da população favelada de Ponta Grossa de 1960 a 1996 .....	49
Tabela 3 – Participação da força de trabalho por setores da economia na cidade e Ponta Grossa .....	52
Tabela 4 – População, taxa de crescimento e participação relativa, por grandes regiões, no Paraná – 1970/1991 .....	62
Tabela 5 – Variações absoluta e relativa na área plantada dos principais produtos no Paraná: 1970/1980 .....	65
Tabela 6 – Ampliação da rede rodoviária e aumento do número de veículo – Paraná .....	70
Tabela 7 – Conjuntos habitacionais construídos na cidade de Ponta Grossa no período de 1977/1982 .....	75
Tabela 8 – Projetos habitacionais promovidos na cidade de Ponta Grossa no período de 1988/1994 .....	99
Tabela 9 – Número de estabelecimentos, de empregados e participação no valor adicionado da mesorregião Ponta Grossa-Castro, segundo segmentos industriais especializados - 1990/2000 .....	119

## LISTA DE MAPAS, QUADROS E GRÁFICOS

Mapa 1 – Área urbanizada e distribuição das atividades econômicas na cidade de Ponta Grossa – PR, 1960 .....	25
Mapa 2 – Divisão de bairros da cidade de Ponta Grossa – PR, 2000 .....	26
Mapa 3 – Conjunto habitacional 31 de Março .....	38
Mapa 4 – Área urbanizada e distribuição das atividades econômicas na cidade de Ponta Grossa – PR, 1980 .....	56
Mapa 5 – Área urbanizada e distribuição das atividades econômicas na cidade de Ponta Grossa – PR, 2000 .....	107
Quadro 1 – Comparativo das vantagens observadas nos fatores de competitividade na produção de soja entre o Paraná e o Centro-Oeste .....	123
Gráfico 1 – Taxas instantâneas de crescimento anual estimadas (TICEs) da produção de soja no Brasil, região Centro-Oeste, Mato Grosso e Paraná – safras 80/81- 98/99 .....	124
Gráfico 2 – Taxas instantâneas de crescimento anual estimadas (TICEs) da produtividade da soja no Brasil, região Centro-Oeste, Mato Grosso e Paraná – safras 80/81- 98/99 .....	125
Mapa 6 – Evolução urbana de Ponta Grossa – PR: 1960 a 2000 .....	128

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	12
1 A FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE PONTA GROSSA ATÉ 1960 .....	19
2 A DÉCADA DE 1960 .....	30
2.1 As mudanças políticas municipais e estaduais necessárias à retomada econômica .....	42
2.2 A expansão de loteamentos não contíguos à área urbana .....	46
3 O PERÍODO DE 1968 A 1980 .....	51
3.1 Mudanças nas atividades agropecuárias e migrações campo-cidade .....	61
3.2 A função de Ponta Grossa como entroncamento rodo-ferroviário .....	67
3.3 O financiamento habitacional e sua influência no espaço da cidade .....	74
3.4 As novas funções do Estado e suas implicações no espaço urbano .....	79
4 A DÉCADA DE 1980 .....	83
4.1 A abertura política nacional e a reestruturação produtiva no Brasil e no Paraná .....	92
4.2 Crescimento horizontal de Ponta Grossa e os financiamentos através da CEF .....	97
5 O ESPAÇO URBANO DE PONTA GROSSA APÓS 1990 .....	103
5.1 As políticas neoliberais influenciando o espaço urbano de Ponta Grossa .....	114
5.2 Indústrias automatizadas: ampliação para setores não ligados à agroindústria .....	117
5.3 A soja em Ponta Grossa: sua importância para as exportações nacionais .....	120
CONCLUSÃO .....	127
REFERÊNCIAS .....	130
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA .....	133
APÊNDICE A – Área urbanizada e distribuição das atividades econômicas na cidade de Ponta Grossa – PR, 1960 (Papel A3) .....	135
APÊNDICE B– Área urbanizada e distribuição das atividades econômicas na cidade de Ponta Grossa – PR, 1980 (Papel A3) .....	136

APÊNDICE C– Área urbanizada e distribuição das atividades econômicas na cidade de Ponta Grossa – PR, 2000 (Papel A3) .....	137
--	-----



## INTRODUÇÃO

Essa dissertação é apresentada com a intenção de entender a evolução urbana de Ponta Grossa, entre 1960 e 2000. Para tanto, tenta-se analisar a dinâmica existente no espaço urbano a fim de verificar a configuração desse, que se mostra complexo em virtude das diversas relações dos agentes que influenciaram e dão continuidade a sua transformação. Periodizando a formação do espaço urbano de Ponta Grossa e seu desenvolvimento, é possível demonstrar essa evolução não apenas pelo crescimento da malha urbana e pelo aumento na densidade demográfica como, também, através dos processos concernentes à transformação desse espaço. Processos esses ligados ao desenvolvimento das atividades econômicas mais dinâmicas como as grandes indústrias, as grandes representações comerciais, os agentes imobiliários e o próprio poder público municipal. Além disso, existe a influência das esferas superiores como se fazem presentes os poderes políticos estadual e federal e o capital estrangeiro.

A realidade ponta-grossense que, desde as primeiras décadas de sua formação, em meados do século XVIII, até o momento do estabelecimento da ferrovia e a intensificação no processo de crescimento urbano, no final do século XIX, foi objeto de diversos trabalhos, científicos ou não, e analisada sob diferentes aspectos.

A curiosidade em compreender as transformações que se descortinam com o fim das atividades ferroviárias, a estagnação econômica e social após a década de 1940 e a retomada quase exclusivamente econômica, após 1970, com ênfase às migrações campo-cidade, ao cultivo da soja e ao crescimento industrial na cidade, torna-se objeto de valor científico quando se leva em conta a modificação espacial porque passou Ponta Grossa.

Porém, antes de partir para a análise desse contexto mais próximo da atualidade, importante se faz um retrocesso, mesmo que breve e geral, sobre a formação social e espacial de Ponta Grossa. As características ruralísticas existentes, a influência das etnias européias vindas com o período de imigrações existentes no Brasil do final do século XIX, modificando não apenas o espaço e as relações sociais, mas também a estrutura política da região são temas abordados no capítulo 1, “A formação do espaço urbano de Ponta Grossa até 1960”. Esse

processo de transformação porque passou Ponta Grossa, ao final do século XIX e início do século XX também exerceu influência nas esferas econômica, política e social da cidade.

Na economia, eventos como a queda na produção de gado, o surgimento de ferrovias nas regiões produtoras de café, o desenvolvimento e modernização da indústria da erva-mate, sem a participação exclusiva de capitalistas oriundos dos Campos Gerais e a inserção dos imigrantes europeus em diversas atividades econômicas (WACHOWICZ, 1995) foram alguns acontecimentos importantes do período que alavancaram profundas transformações em suas relações.

Após o início do século XX e a consolidação das ferrovias como importante meio de transporte, Ponta Grossa sofreu um intenso incremento populacional na área urbana, esboçando os primeiros traços do crescimento espacial horizontal em forma “tentacular”, mostrando eixos preferenciais de crescimento.

Ao atingir a década de 1960, Ponta Grossa já delineava as principais áreas de expansão da cidade, assim como um adensamento populacional e de atividades econômicas no centro tradicional da cidade (com destaque ao setor terciário). A forma como aconteceu esse crescimento e o destaque para as principais atividades econômicas são descritas no capítulo 2, “A década de 1960”. Além do centro, aparece o bairro Nova Rússia como zona periférica de maior expansão. Essa expansão referiu-se a um crescimento tanto populacional quanto à presença de atividades econômicas (industriais, comerciais e de prestação de serviços), com destaque para as avenidas Ernesto Vilela e D. Pedro II como principais eixos de expansão dessa região. Outra zona de expansão foi a região sul da cidade, onde formou-se o bairro Oficinas, cujo qual tornou-se importante pela presença de indústrias de grande porte e pela concentração populacional em torno da principal via de acesso: a avenida Visconde de Mauá. Como terceiro eixo de expansão aparece o bairro Uvaranas na zona leste da cidade, porém, apresentando um crescimento mais abrandado que as regiões anteriormente citadas.

Ao retratar a situação econômica e social da cidade verificou-se que, politicamente, a cidade teve sua dificuldade de crescimento justificada em três pontos principais, apontados no Plano Diretor de 1967 (CODEM, 1967). Seriam eles: o declínio do setor madeireiro, a estrutura produtiva baseada na agropecuária calcada no sistema produtivo dos latifúndios e a falta de ampliação do sistema de energia elétrica.

A necessidade de enfrentar essas dificuldades levou o poder político municipal à adoção de políticas que viabilizassem o crescimento industrial, a fim de auferir maior valor ao montante total do PIB municipal, fato esse discutido no subcapítulo 2.1, “As mudanças políticas municipais e estaduais necessárias à retomada econômica”, enfatizando a discussão sobre a necessidade de um efetivo cumprimento de um planejamento bem elaborado que evidenciasse os reais obstáculos ao crescimento econômico e social de Ponta Grossa. As mudanças políticas locais foram influenciadas por esferas superiores. Assim, as mudanças políticas que ocorreram nas esferas estadual e federal são objetos de discussão nesse subcapítulo.

O crescimento desordenado do espaço urbano pontagrossense que aconteceu em virtude das transformações econômicas e sociais, são descritas no subcapítulo 2.2, “A expansão de loteamentos não contíguos à área urbana”, onde a cidade passou a ter um crescimento habitacional cada vez mais periférico e deslocado da área da cidade já urbanizada. Essas habitações ainda tinham como características padrões homogêneos de construção, a intervenção estatal e a especulação imobiliária.

O capítulo 3, “O período de 1968 a 1980”, marcou a intervenção do Estado na construção de habitações para famílias menos abastadas e as mudanças no caráter social quanto a sua participação como força de trabalho nos setores econômicos apresentados. Em relação à cidade como um todo, esse período foi marcado pela expansão do centro tradicional como zona de expansão de atividades comerciais e de prestação de serviços, enquanto as demais regiões vão consolidando-se tanto no crescimento populacional quanto na especificação de determinadas atividades econômicas, afirmadas pelas políticas implantadas de forma setorial.

Enquanto o bairro Nova Rússia, a noroeste da cidade, foi consolidando-se como um subcentro da cidade ao apresentar diversidade de atividades do setor terciário, a região leste da cidade foi marcada pelo crescimento populacional. Porém, o fato marcante para o período foi a criação do Distrito Industrial na região sudeste da cidade que, com o passar dos anos, tornar-se-ia forte agente dinamizador para o crescimento da cidade nessa direção. A migração de parte da população pertencente à classe alta da cidade para zonas periféricas e a contrastante migração campo-cidade também são discutidas nesse capítulo.

No subcapítulo 3.1, “Mudanças nas atividades agropecuárias e migrações

campo-cidade”, mostra-se como as modificações econômicas e políticas adotadas no país, com o processo de desconcentração industrial a partir do Sudeste brasileiro, influenciaram nas decisões de crescimento no estado do Paraná e, conseqüentemente, em Ponta Grossa, fortalecendo a relação entre a produção agrícola e a agroindústria.

Além dessa tendência, a posição geográfica da cidade marcou a cidade com um importante papel. Foi a função de Ponta Grossa como entroncamento rodo-ferroviário, discutido no subcapítulo 3.2, “A função de Ponta Grossa como entroncamento rodo-ferroviário”, com destaque aos transportes rodoviários. A importância do transporte rodoviário para o desenvolvimento não só de Ponta Grossa, mas também do país como um todo, remete-nos a um breve histórico de sua evolução. Outra ação importante foi o re-aparelhamento do porto de Paranaguá na década de 1980, que colaborou com as políticas de exportação, primeiro com o café e depois com a soja, além de outros produtos.

O inchaço populacional derivado das transformações acima citadas levou à necessidade de uma intervenção cada vez maior na área habitacional, marcando esse período com superior participação do Estado no financiamento habitacional e com as alterações nas leis municipais para implantação das novas habitações, situação descrita no subcapítulo 3.3, “O financiamento habitacional e sua influência no espaço da cidade”, mostrando a expansão das áreas periféricas e não contíguas à área urbanizada já existente, o que favoreceu o processo especulativo do solo urbano. A expansão horizontal, além de aumentar os custos sociais para a manutenção da cidade, contribuiu para a acentuada exclusão espacial entre distintas classes sociais.

Mas o ato especulativo não age livremente sobre a construção do espaço urbano, já que o Estado através de leis e regulamentações direciona as formas de apropriação e construção do espaço urbano. A intervenção estatal sobre a produção do espaço urbano, seja ela na esfera federal, estadual ou municipal, é discutida no subcapítulo 3.4, “As novas funções do Estado e suas implicações no espaço urbano”.

Após o período de incremento populacional e industrial em Ponta Grossa durante as décadas de 1960 e 1970, o período que segue durante a década de 1980 sofreu uma diminuição em seu crescimento relativo, aspecto este descrito no capítulo 4 “A década de 1980”. Enquanto a cidade experimentava uma diminuição

na participação relativa da população, o setor econômico alcançaria patamares superiores, ao concentrar as agroindústrias e empresas correlatas, ao passo que, de maneira geral, o estado do Paraná passaria por uma transformação em seu parque industrial a partir do momento que a Região Metropolitana de Curitiba polarizaria empresas não ligadas à agroindústria como foi, por exemplo, o caso do setor metal-mecânico.

O bairro Nova Rússia, ao consolidar-se como subcentro de Ponta Grossa, mostrou importante crescimento não apenas no número de atividades econômicas e no adensamento populacional, assim como na diversidade de atividades, com destaque para aquelas ligadas ao setor de transportes. No aspecto habitação, alguns conjuntos habitacionais seriam instalados no prolongamento da cidade, a noroeste, em áreas lindeiras à avenida Souza Naves, prolongamento da avenida D. Pedro II. Além disso, outras áreas da cidade passaram a apresentar um adensamento significativo, fortalecendo o crescimento em forma “tentacular”, com destaque aos bairros Oficinas e Uvaranas e o surgimento de novos loteamentos nessas direções preferenciais.

No subcapítulo 4.1, “A abertura política nacional e a reestruturação produtiva no Brasil e no Paraná”, tem-se a caracterização das transformações nessas esferas superiores e como elas interferiram no crescimento espacial ponta-grossense. O período foi marcado pelo processo de abertura política após 1974 e sua total abertura, em 1984, com eleições indiretas (via colégio eleitoral) para presidente da República, finalizando a fase do regime militar e o início da redemocratização no país.

O baixo índice de crescimento relativo das atividades econômicas e do adensamento populacional em Ponta Grossa aconteceu em um período de elevada inflação, estagnação econômica, troca de moeda, além da criação de uma nova Constituição Nacional que, entre outras resoluções, garantiu maior autonomia aos estados e municípios. Essa maior autonomia levou os municípios a um estado de competição, na tentativa de atrair investimentos, alterando a lógica existente de concentração industrial na região sudeste. O governo paranaense desenvolveu uma política de complementaridade ao industrial paulista, investindo fortemente na modernização de seu parque industrial, acentuando o processo migratório em Ponta Grossa. Esse processo migratório culminou com o aumento da população desocupada, que passou a preencher áreas ainda não urbanizadas ou áreas

impróprias para habitação.

Na questão habitacional, a década de 1980 ficou marcada pela maior diversificação em termos de influência de companhias e empresas nessa área, além da regularização de áreas ocupadas irregularmente, situação discutida no subcapítulo 4.2, “Crescimento horizontal de Ponta Grossa e os financiamentos através da CEF”.

O fim da década de 1980 foi marcado com o início da eliminação das restrições institucionais ao capitalismo, começando pelo controle dos fluxos de capitais externos sobre fronteiras nacionais e culminando na privatização aos serviços públicos e na “flexibilização” dos direitos trabalhistas. Essas mudanças radicais afetariam o Brasil como um todo, e Ponta Grossa dentro desse contexto, alcançaria a década de 1990 com uma estrutura social bastante frágil.

Mesmo com o crescimento populacional relativo inferior à década anterior, Ponta Grossa continuaria crescendo em termos absolutos. As áreas de expansão populacional aconteceram preferencialmente para o sudeste e leste da cidade, tendência contrária ao período anterior, e discutida no capítulo 5, “O espaço urbano de Ponta Grossa após 1990”.

Na zona sudeste houve um predomínio da influência das atividades industriais implantadas no Distrito Industrial; enquanto na zona leste, atividades como o campus universitário Uvaranas, da UEPG e o centro de Ensino Superior dos Campos Gerais (CESCAGE), de iniciativa privada, e o fortalecimento comercial, agiram como elementos dinamizadores no processo de ocupação espacial; além da própria especulação imobiliária que também agiu de forma predominante na dinâmica populacional da zona norte da cidade ao privilegiar a construção de áreas habitacionais exclusivas para a população de alta renda; os chamados “condomínios fechados”.

As reformas institucionais adotadas pelo governo brasileiro no final da década de 1980 e início da década de 1990, influenciaram conclusivamente nas transformações espaciais e sociais, fato discutido no subcapítulo 5.1, “As políticas neoliberais influenciando o espaço urbano de Ponta Grossa”. Essas reformas aconteceram através da abertura econômica e financeira, das privatizações e da desregulamentação dos mercados no país.

Com a presença das condições necessárias para um desenvolvimento industrial mais moderno, Ponta Grossa mostrou sua capacidade de adaptação para

uma produção mais específica, apontada no subcapítulo 5.2, “Indústrias automatizadas: ampliação para setores não ligados à agroindústria”.

Além da reestruturação de segmentos tradicionais, Ponta Grossa abrigou indústrias de setores não ligados a agroindústria, como foram os casos da Tetra Pak, Kaiser e Masisa para citar alguns exemplos, com uma reestruturação fabril, diminuindo a quantidade de trabalhadores e exigindo um grau mais elevado de conhecimento técnico a respeito das novas formas de produção e gerência.

Porém, a indústria alimentar, com ênfase no esmagamento de soja, ainda foi o setor que mais contribuiu para o PIB municipal, assim como para a geração de empregos. Com esse peso para a economia local, dedica-se o subcapítulo 5.3, “A soja em Ponta Grossa: sua importância para as exportações nacionais”, justificando a importância desse setor tanto para o município quanto para o estado, e sua influência sobre a dinâmica espacial da cidade.

## 1 A FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE PONTA GROSSA ATÉ 1960.

No povoamento inicial, Ponta Grossa manteve como característica principal, no tocante à economia local, a formação de uma elite ligada às atividades pecuária e agrícola, principalmente com as ocupações de invernagem<sup>1</sup> e a criação de gado.

A população pioneira de Ponta Grossa foi formada principalmente por descendentes de portugueses vindos de São Paulo, Rio Grande do Sul e Curitiba, ainda em meados do século XVIII, quando Ponta Grossa fazia parte do território da Vila de Castro. Como a escravidão tinha sido prática comum, os elementos oriundos do continente africano, assim como os indígenas, também estavam mesclados à formação inicial da população ponta-grossense, apesar de não serem reconhecidos como tais pelos dados oficiais.

Nesse período, a maior parte das residências situava-se na zona rural, aparecendo no sítio urbano apenas algumas atividades comerciais e de prestação de serviços de cunho local, que se situavam ao redor da igreja Matriz. A população reunia-se no centro tradicional, em torno da igreja, quando da realização de datas festivas como dias religiosos e cívicos.

A estrutura fundiária estabelecida reconhecia amplos poderes aos proprietários de vastas áreas de terras, as chamadas sesmarias. E nessa condição, os lucros auferidos aos proprietários de terras deram-lhes condições de cada vez mais investirem em atividades comerciais as mais diversas. Com essa diversificação e expansão de atividades, Ponta Grossa passou a destacar-se gradativamente como centro urbano, graças a sua posição geográfica privilegiada. Estava situada como parada estratégica de viajantes que tomavam o caminho de Viamão como rumo, ocorrendo um aumento proporcional na procura por acomodações à medida que o ritmo das viagens intensificava-se. Viagens essas que, comumente, tinham como ponto de origem o estado do Rio Grande do Sul, grande produtor pecuário, cujos proprietários comercializavam seu rebanho constituído basicamente de gado de corte, rumando para a região Sudeste brasileira. Sorocaba foi o principal ponto de destino, onde eram realizadas feiras com o propósito de intensificar o comércio da

---

<sup>1</sup> Invernagem: prática de repouso do gado e, também, dos tropeiros, em locais de pastagem abundante com a finalidade de recompor as forças.



região e de abastecer o mercado do Sudeste, principalmente para Minas Gerais.

Com a formação de um núcleo urbano ainda tímido, e uma localização privilegiada por seu relevo ondulado de campo e clima subtropical sempre úmido, um número maior de pessoas passou a estabelecer-se nessa localidade, tentando explorar as favoráveis condições ofertadas para seu progresso econômico e social.

O desenvolvimento de Ponta Grossa dentro dos padrões ruralistas prosseguiu durante quase todo o século XIX. Porém, desde cedo, mostrou uma tendência à implantação de equipamentos modernos, que cada vez mais contribuíram para conferir-lhe característica urbana.

Desde a década de 1850, Ponta Grossa exibe certas características urbanas que se mostram revigoradas na década de 1870: inúmeras casas comerciais onde de tudo se vendiam e que já clamavam por um Banco para facilitar as transações; havia novas profissões como advogados e médicos e oleiros. (GONÇALVES; PINTO, 1983, p. 31).

Durante esse período, outros equipamentos urbanos apareceram no primitivo centro urbano, como o Mercado Municipal, o teatro (1873) e a biblioteca pública (1876), destacando a preocupação da população com o desenvolvimento cultural da cidade. Como Ponta Grossa alcançou o foro de cidade em 1865, os edifícios públicos existentes foram, em sua maioria, doações feitas por moradores abastados, e suas localizações permaneciam na zona do centro tradicional da cidade. Durante todo esse período inicial de formação, Ponta Grossa teve seu desenvolvimento urbano gerado em torno da igreja Matriz, praticamente de forma concêntrica.

Ao final do século XIX modificou-se a estrutura econômica local, quando se efetivou em Ponta Grossa, a implantação das ferrovias e a cultura da erva-mate com sua exportação. As estruturas política e social também foram alteradas, já que a exploração da erva-mate, assim como muito das atividades implantadas nos núcleos urbanos próximos às ferrovias, não foram realizadas exclusivamente com capital das famílias tradicionalmente pecuaristas. O predomínio das imigrações européias nesse período e sua difusão pelo interior paranaense, com a relevância de etnias como alemã, eslava (poloneses e ucranianos), russo-alemã, sírio-libanesa e outras também contribuíram na reestruturação urbana de Ponta Grossa e do Paraná.

Através de conhecimento adquirido em seus lugares de origem, contribuíram para um desenvolvimento técnico mais aprimorado em atividades de prestação de

serviço e no comércio. Como exemplo, cita-se aqui a utilização dos carroções puxados por bois, introduzidos pelos poloneses, – ao invés de mulas, comum entre os colonizadores pioneiros – no transporte de mercadorias e produtos entre o interior paranaense e os centros de comercialização, com destaque a Ponta Grossa. A participação dos alemães com técnicas relacionadas à metalurgia, atuando nas atividades vinculadas à ferrovia, assim como na produção de ferramentas (pregos, ferraduras, enxadas, etc.) foi de significativa relevância. Os sírio-libaneses também tiveram uma participação proeminente no desenvolvimento urbano ponta-grossense, já que sua prática no comércio lhes trouxe a possibilidade de um acúmulo de capital. Esse acúmulo foi capaz de lhes proporcionar a compra de extensas faixas de terra no sítio urbano, transformando essas glebas em diversos estabelecimentos comerciais e residenciais que hoje, marcam certas zonas do centro tradicional com um simbolismo característico dessa etnia. Com uma participação significativa na transformação do espaço urbano ponta-grossense, os alemães que viviam na Rússia, na região do rio Volga, enraizaram valores em nossa sociedade que perduram até o presente.

A colonização russo-alemã de grande porte que se iniciou nos Campos Gerais em 1877 parecia direcionar-se apenas para a agricultura de cereais. No entanto, a grande oportunidade destes imigrantes foi a diversificação dos trabalhos agrícolas, o que lhes proporcionou a transferência para a área urbana. A carne suína em abundância fez surgir muitos açougues em Ponta Grossa; vários deles de propriedade dos russo-alemães. Desta experiência partiu-se para a fabricação de banha e conservas de carne. As famílias Justus, Albach, Hilgenberg, entre outras, que vieram das estepes russas da região do Volga dedicaram-se a esta atividade lucrativa inicialmente, vindo mais tarde a explorarem outras atividades produtivas na cidade: aquisição de terras, pequenas indústrias, comércio. (LAVALLE, *apud* SANTOS, 2002, p. 47).

As transformações que marcaram o espaço urbano ponta-grossense, passaram a apresentar progressivamente, aspectos dessa influência da diversidade étnica existente na cidade. Uma reestruturação espacial foi gradativamente sendo direcionada quando, ao final do século XIX e prosseguimento do século XX, importantes acontecimentos influenciaram para a decadência da elite campeira, enquanto detentora do poder econômico e político no Paraná. A perda dos mercados de São Paulo e Rio de Janeiro para outros centros de criação existentes

no país, a queda na produção de gado, onde, aos poucos, o Paraná passou de exportador para importador e a decadência do mercado de muares, com o surgimento de ferrovias nas regiões produtoras de café em São Paulo. A diminuição dos negócios de internada para o gado vindo do Rio Grande do Sul, a ocupação de todos os campos da região, o desenvolvimento e modernização da indústria da erva-mate, sem a participação exclusiva de capitalistas oriundos dos Campos Gerais. A não participação dos fazendeiros na indústria madeireira que se desenvolveu quase que exclusivamente onde passava a estrada de ferro e a introdução de imigrantes europeus, notadamente os russo-alemães do Volga, que aceleraram a desagregação da tradicional sociedade campeira (WACHOWICZ, 1995, p. 80), foram os acontecimentos mais importantes do período, que trouxeram para a região dos Campos Gerais e, conseqüentemente, para Ponta Grossa, profundas transformações em suas relações.

No início do século XX, com o pleno funcionamento das ferrovias, Ponta Grossa passou a constituir uma vida urbana intensa. Este fenômeno consolidou-se através não só do aumento nas atividades comerciais, implantadas em virtude do dinamismo que a ferrovia proporcionou. Áreas residenciais passaram a fazer parte da paisagem, consolidando um núcleo urbano mais denso. Também a implantação e a utilização de espaços culturais como cinemas, praças, cafés e outras atividades colaboraram na transformação do modelo ruralista para um sentido mais moderno, quando foram intensificados os usos no espaço urbano em formação.

A presença da ferrovia também trouxe uma nova significação para Ponta Grossa, passando esta a exercer função de entreposto comercial. Com esta nova função, apresentou um crescimento econômico e social para os ponta-grossenses, facilitando a comercialização e exportação da erva-mate.

A distribuição espacial de atividades econômicas essencialmente urbanas, do início do século XX, gerou um desenvolvimento urbano atrelado às linhas de acesso à cidade. Como disse:

Essas vias orientaram a formação do núcleo inicial da cidade e determinaram a atual configuração da estrutura urbana de Ponta Grossa. Os eixos principais formados pelos antigos caminhos dividem a cidade em quadrantes e acompanham a orientação topográfica da região que possui relevo bastante acidentado,

condicionando a expansão urbana em função dos espigões<sup>2</sup> (MONASTIRSKY, 1997, p. 74).

As modificações ocorridas em Ponta Grossa, que tendem ao urbano, podem ser analisadas e confirmadas através da distribuição populacional e sua disposição pelos loteamentos (LÖWEN SAHR, 2001). A verificação do crescimento demográfico no espaço urbano de Ponta Grossa é mostrada na tabela 1. Neste ponto, se faz necessário esclarecer que as vias não são completamente determinantes na estruturação urbana da cidade. Porém, a orientação topográfica contribui na escolha dos locais para o possível zoneamento da cidade. O capital é capaz de se apropriar de técnicas suficientemente avançadas para a transformação do relevo e adaptação deste aos interesses daquele.

Tabela 1 – Distribuição da população urbana e rural do município de Ponta Grossa – PR.

<b>ANO</b>	<b>População Rural (n° absoluto)</b>	<b>População Rural (%)</b>	<b>População Urbana (n° absoluto)</b>	<b>População Urbana (%)</b>	<b>População Total (n° absoluto)</b>
1920	8.136	40,3	12.035	59,7	20.171
1940	10.388	25,6	30.200	74,4	40.588
1950	11.757	21,3	43.486	78,7	55.243
1960	12.332	13,5	78.557	86,5	90.889
1970	14.687	11,5	112.253	88,5	126.940
1980	13.701	7,3	172.946	92,7	186.647
1991	12.313	5,3	221.671	94,7	233.984
1996	12.004	4,7	244.298	95,3	256.302
2000*	6.917	2,5	266.552	97,5	273.469

Fonte: IBGE

\* Incluídos apenas os valores do distrito sede de Ponta Grossa.

Nos dados fornecidos pela tabela 1 verifica-se, a partir da década de 1940, um crescimento substancial da população urbana ponta-grossense, mas até então,

---

<sup>2</sup> Espigão: dentro da geomorfologia, em um perfil topográfico, espigão se refere à parte do relevo que se estende sobre a área de nível topográfico mais elevado.

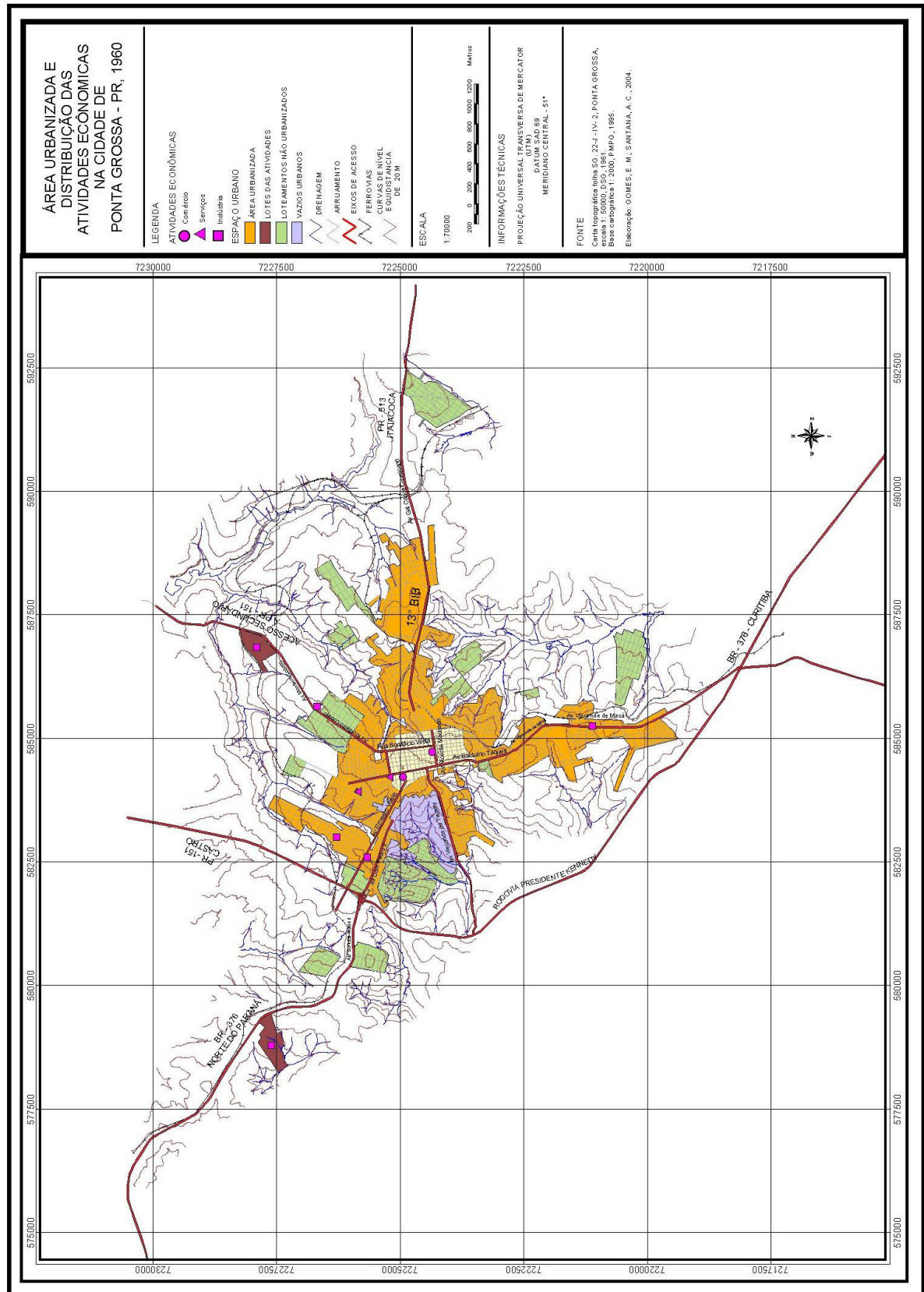
com loteamentos estabelecidos em áreas contíguas. O ápice do crescimento urbano relativo se encontra entre as décadas de 1950 e 1960. Entretanto, a população concentrava-se na área central da cidade, com o início do processo de verticalização. Também ocorreu uma leve concentração ao longo da estrada de ferro e no sentido do bairro Uvaranas (corredor leste), iniciando um processo de ocupação em direção a alguns bairros, havendo um acompanhamento sobre os espigões. Iniciou-se o processo de crescimento horizontal em forma “tentacular”. Esses “tentáculos” direcionaram-se preferencialmente sobre os corredores leste, noroeste e sul da cidade.

Esse crescimento preferencial, em forma “tentacular”, teve seu início a partir da década de 1920, onde a cidade consolidou a permanência de suas principais atividades ao longo da estrada de ferro. O crescimento da área central expandiu-se preferencialmente a partir do centro tradicional, em torno da igreja Matriz, e seguiu o sentido leste até encontrar a zona da estação ferroviária, com predomínio de construções residenciais e na direção norte, até o largo do Rosário, hoje praça Barão do Rio Branco, com atividades comerciais e de prestação de serviço.

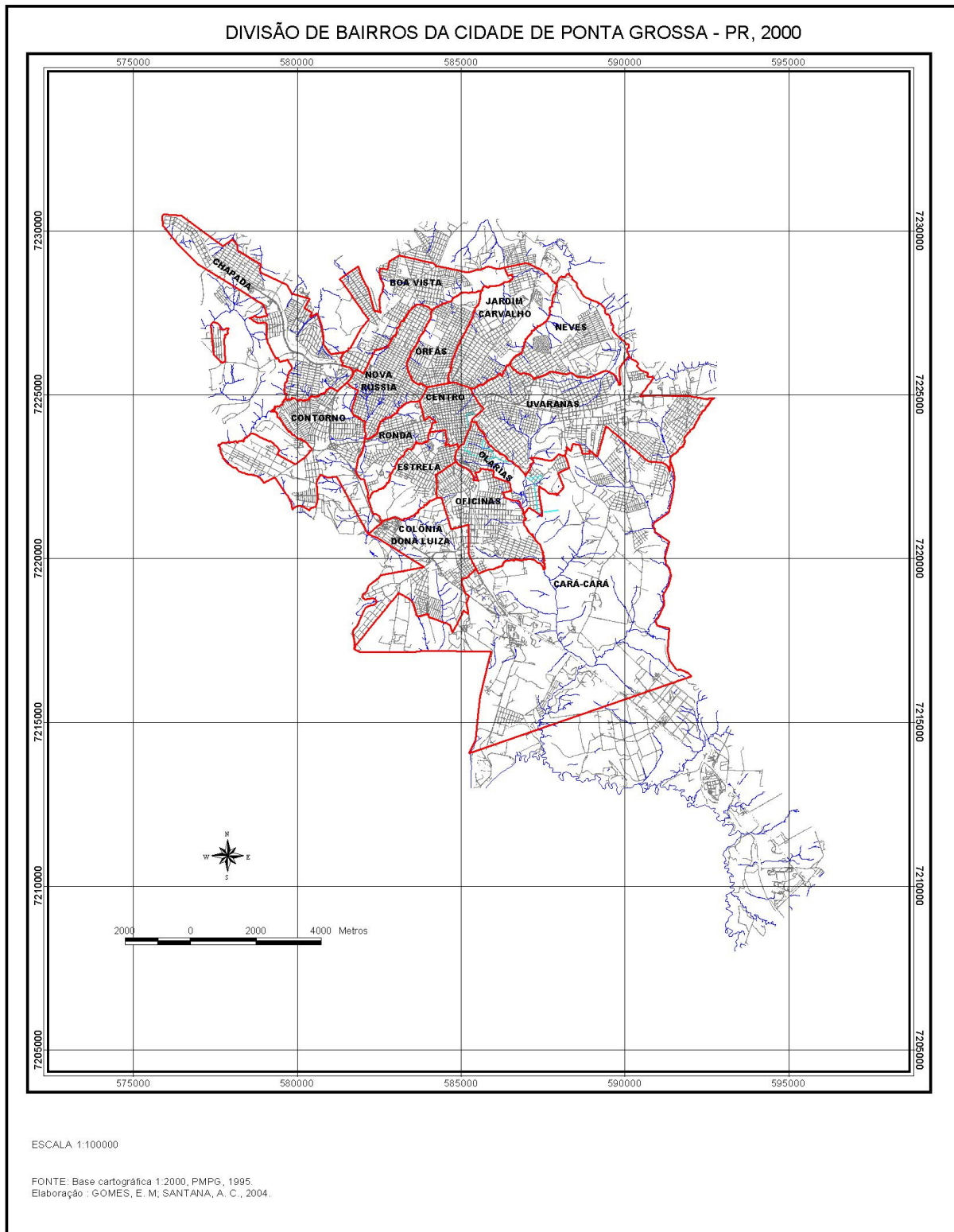
Além dessa expansão da área central, a cidade apresentava dois braços principais de crescimento (Mapa 1 e Apêndice A). Um ao sul com o surgimento do bairro Oficinas, que aconteceu em virtude da instalação do pátio de oficinas para os trens e, também, por ter sido o local onde residia a maior parte das famílias dos ferroviários. O outro eixo estendeu-se a leste, com a expansão do bairro Uvaranas, também com atividades ligadas à ferrovia, principalmente com a implantação do hospital dos Ferroviários (26 de Outubro) e a presença de importantes instituições como o *Jockey Club* e o 13º Batalhão de Infantaria Blindada (popularmente chamado de 13 BIB). Para ter uma noção da distribuição espacial dos bairros em Ponta Grossa, observe o mapa 2.

Durante as décadas de 1930 e de 1940, outras regiões da cidade ganharam novas dimensões, porém, seguindo os eixos preferenciais formados pelos espigões. Na direção norte surgiu o bairro Órfãs, com função predominantemente residencial, característica que se intensificou com o passar dos anos até chegar aos dias atuais. Na direção noroeste surgiu o bairro Nova Rússia, que teve como elemento dominante em sua formação, parte da população formada pelos russo-

Mapa 1 – Área urbanizada e distribuição das atividades econômicas na cidade de Ponta Grossa – PR, 1960.



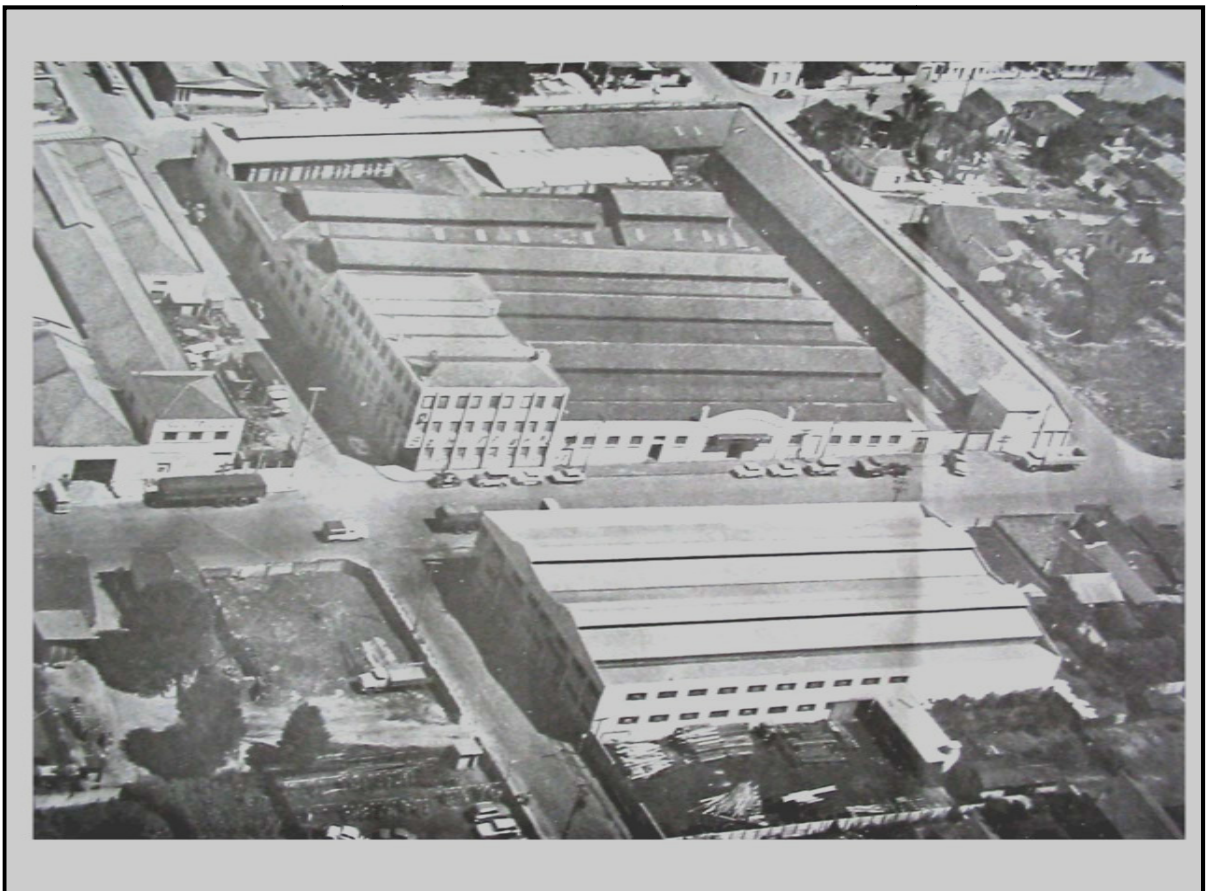
Mapa 2: Divisão de bairros da cidade de Ponta Grossa – PR, 2000.





alemães. A gradativa transformação das áreas rurais em lotes urbanos e o surgimento de casas comerciais transformaram essa região em um importante eixo de desenvolvimento econômico. Passavam a fazer parte da paisagem não apenas construções residenciais, como também diversas atividades comerciais e algumas industriais. É o caso da Metalúrgica Schiffer, instalada neste bairro em 1938 e localizada até hoje na avenida Ernesto Vilela (Figura 1). A avenida Ernesto Vilela e a avenida D. Pedro II tornaram-se os principais eixos de ligação entre Nova Rússia e o centro tradicional. Essas vias foram, e continuam sendo um importante acesso àqueles que viajam pelo interior paranaense vindos das regiões norte, noroeste e oeste, sendo especialmente utilizada por empresas de transporte coletivo interurbano.

Figura 1 – Metalúrgica Schiffer, década de 1960



Na direção oeste surgiu o bairro Ronda que também apresentava como característica principal, função residencial, participando em sua formação parcela da



população descendente de escravos, principalmente poloneses. O destaque para esse bairro aconteceria durante a década de 1970, com a re-localização dos principais órgãos públicos da cidade como a Prefeitura Municipal, a Câmara Municipal, uma agência do Departamento de Trânsito (DETRAN) e a rodoviária, localizados em um dos principais eixos de acesso à cidade: a avenida Visconde de Taunay.

O bairro Uvaranas continuou expandindo-se durante esse período. Enquanto a função residencial predominou para a quase totalidade das ocupações nesse bairro, a avenida Carlos Cavalcanti, principal eixo de ligação entre a zona leste da cidade com o centro, passou a apresentar cada vez mais estabelecimentos comerciais e de serviços voltados para o consumo da população local.

Durante os períodos descritos, o crescimento urbano tomou forma preferencialmente em virtude da forma do relevo e, mais tarde, ao longo das vias de acesso à cidade. Principalmente, em torno das linhas férreas que, devido ao tipo de transporte, exige para seu bom funcionamento, o mínimo de declividades, coincidindo, então, a implantação da estrutura ferroviária sobre os espigões. Com a substituição da ferrovia pelo transporte rodoviário e a passagem pela fase de nesse processo a prática de especulação imobiliária, acentuando a periferização e a exclusão espacial das distintas classes sociais.

Esse crescimento urbano exacerbado e caótico não ocorreu apenas pela modificação na estrutura social e econômica local. Agentes políticos e econômicos mais poderosos que lançaram suas decisões em esferas superiores alcançaram efetividade no espaço local.

O processo de industrialização brasileira, iniciado na década de 1930 e intensificado na década de 1950, trouxe uma nova configuração espacial em todo o país, privilegiando algumas regiões em detrimento de outras. Assim, o Paraná foi beneficiado nessa re-configuração, utilizando toda sua força política com o intuito de dinamizar um estado que se encontrava em vias de desenvolvimento. Dentro do Paraná, a região que mais absorveu essas transformações foi justamente aquela que apresentou condições pretéritas para o estabelecimento de novos equipamentos, formada, então, pela mesorregião do Paraná Tradicional, onde estão situadas a capital do estado, Curitiba, e a cidade de Ponta Grossa.

A alteração do aspecto populacional do Paraná Tradicional, durante as décadas de 1950 e 1960, tornou-o predominantemente urbano, enquanto o oeste

paranaense sofreu expansão populacional ainda pelo processo de ocupação de terras não exploradas, com uma grande leva de gaúchos e catarinenses para essa região. O norte do estado passou por uma estruturação planejada, ficando a cargo da Companhia de Terras Norte do Paraná, subsidiária da empresa inglesa *Brazil Plantations Syndicate*, o processo de ocupação e colonização da região, com o direito de explorar os recursos naturais aí existentes – principalmente a madeira e a sua substituição por culturas agrícolas.

O Paraná Tradicional abrangendo a região dos Campos Gerais e a cidade de Ponta Grossa entrou na década de 1960 com profundas modificações. Nesse processo, Ponta Grossa sofreu um estancamento em seu desenvolvimento econômico e social. A reestruturação econômica de Ponta Grossa apresentará um novo aquecimento, apenas na década de 1970, com o desenvolvimento da cultura da soja no Paraná e a implantação das agroindústrias na cidade.

A partir desse incremento populacional e da mudança na base produtiva porque passou Ponta Grossa, objetiva-se mostrar que direção de crescimento espacial tomou essa cidade.

## 2 A DÉCADA DE 1960.

Em 1962, Ponta Grossa possuía aproximadamente 97.000 habitantes. Entre os equipamentos urbanos existentes apresentava 1.200 casas comerciais, 500 estabelecimentos de prestação de serviços, 360 fábricas, 70 hotéis e pensões, 10 agências bancárias e uma agência da Caixa Econômica Federal (ÁLBUM COMEMORATIVO, 1963). A maioria desses estabelecimentos encontrava-se próximo ao perímetro correspondente ao centro tradicional. Ocasionalmente, os bairros mais povoados apresentavam atividades complementares sem representar, entretanto, um papel dinamizador em tal sistema. A localização das atividades mais dinamizadoras encontrava-se nos eixos de expansão da malha urbana, tendência que se acentuaria com o passar dos anos.

Como no Modelo Clássico de Gradientes<sup>3</sup>, o centro tradicional aparecia como a zona de maior adensamento, justamente por concentrar a maior parte das atividades econômicas existentes na cidade e por concentrar a quase totalidade de edifícios com mais de um pavimento, os quais em sua maioria foram destinados à função residencial.

A presença de importantes atividades econômicas no centro da cidade vem de longa data. É o caso da cervejaria Adriática, subsidiária da Antarctica Paulista de Bebidas, produzindo desde 1906 (Figura 2), e das casas Pernambucanas, instalada na cidade em 1929, na região do centro tradicional. O centro tradicional acentuou seu desenvolvimento em virtude da instalação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras durante a gestão do ex-prefeito José Hoffmann (1955-58). Mais tarde foram instaladas as faculdades de Odontologia, Farmácia e Bioquímica e, também, a faculdade de Direito. Cada faculdade funcionava em locais diferentes, tendo algumas compartilhando espaço nas dependências de algumas escolas existentes no centro da cidade.

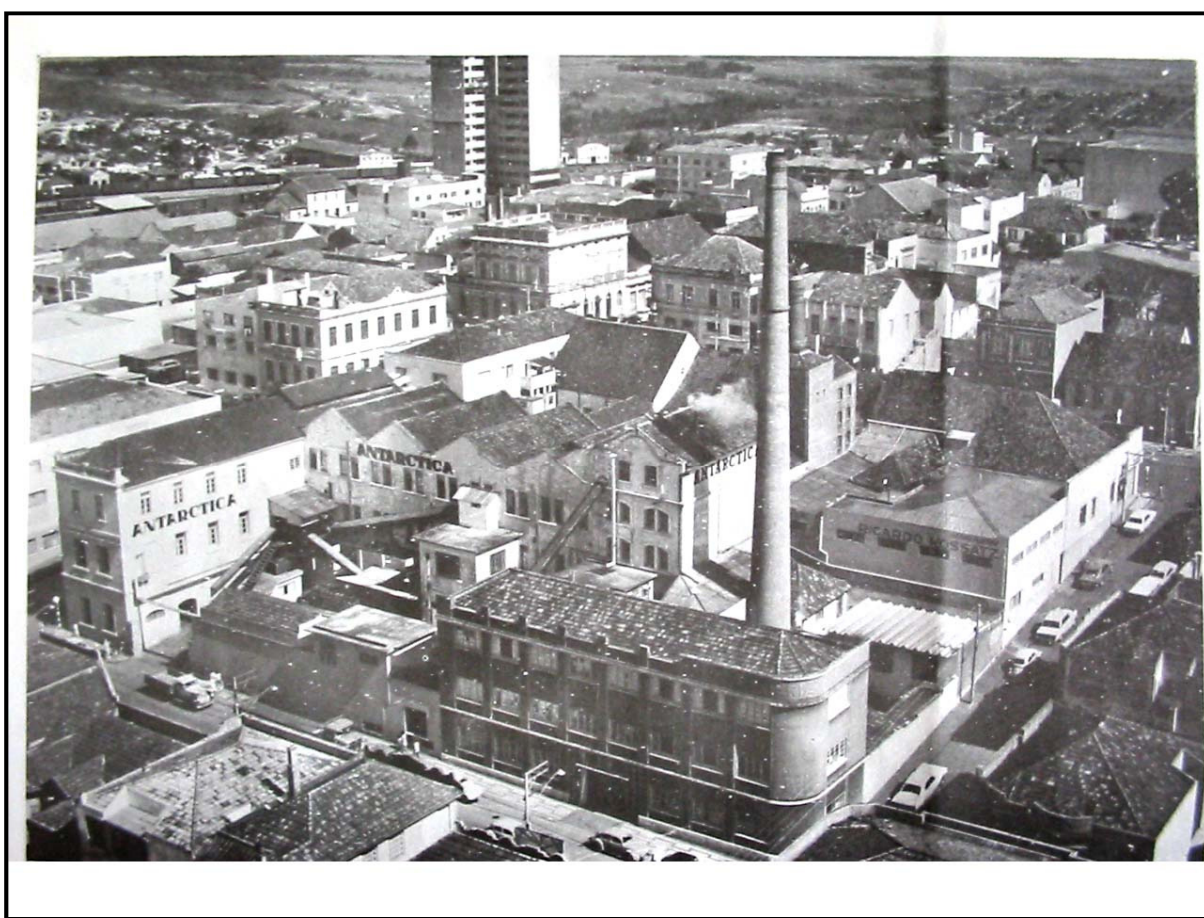
Como maior eixo de expansão da cidade, em termos de área, aparece o bairro Nova Rússia, em sentido noroeste, acompanhando a topografia constituída

---

<sup>3</sup> O Modelo Clássico de Gradientes desenvolvido por Lichtenberger (*apud* LÖWEN SAHR, 2001 : 15), explica a distribuição da população seguindo uma maior concentração na área central e uma redução gradativa da densidade demográfica em direção à periferia.

pelo espigão que forma o principal divisor de águas da cidade, em sentido noroeste-leste. A instalação e o crescimento de importantes indústrias e estabelecimentos comerciais nesse bairro colaboraram no processo de expansão da área urbana, assim como na intensificação demográfica. As densidades demográficas variavam entre 15 e 20 habitantes por hectare (CODEM, 1967).

Figura 2 – Cervejaria Adriática localizada no centro tradicional de Ponta Grossa, década de 1960.



A indústria metalúrgica Schiffer, situada na avenida Ernesto Vilela exemplifica e comprova o uso mais denso nesse bairro. Instaurada em 1938 como uma pequena oficina mecânica para consertos de máquinas e serviços de torno, tem sua razão social modificada em 1964 para Metalúrgica Schiffer S.A., abrangendo na atualidade 40.000 m<sup>2</sup> de área urbana e empregando mais de 600 funcionários. O aumento na concentração populacional desse bairro motivou-se pelas oportunidades de emprego geradas com a existência dessa e de outras atividades no bairro. A localização da

fábrica na avenida Ernesto Vilela não aconteceu por acaso. Essa avenida se tornaria cada vez mais uma importante via de acesso à cidade. Então, toda a faixa da avenida Ernesto Vilela que segue desde o centro tradicional até a altura da metalúrgica Schiffer, passou a ser utilizada como uma zona de comércio e de prestação de serviços.

As antigas residências encontradas nessa avenida, construídas pelos imigrantes, foram gradativamente sendo substituídas por uma série de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços. Mercados, revendas de autopeças, sapatarias, cabeleireiros, farmácias, revendedoras de automóveis, clínicas odontológicas, escolas, lojas de materiais de construção, supermercados e até mesmo uma praça com um pequeno zoológico, a praça Getúlio Vargas<sup>4</sup>, passaram a fazer parte da paisagem do bairro Nova Rússia e especificamente da avenida Ernesto Vilela (Figura 3).

Figura 3 – Avenida Ernesto Vilela, sentido bairro-centro, 2006.



---

<sup>4</sup> A praça Getúlio Vargas era popularmente conhecida como “praça dos bichos”.

A avenida D. Pedro II, paralela a Ernesto Vilela, aparece como um segundo eixo de expansão para o bairro Nova Rússia, com um uso menos intenso que a avenida Ernesto Vilela, durante a década de 1960. Entretanto, apresentou uma outra característica, pois a tendência dos usos nessa via especificou-se cada vez mais no comércio e nos serviços ligados ao setor automobilístico e de transportes. Essa característica consolidou-se com o surgimento de concessionárias de automóveis e caminhões, revenda de autopeças, postos de abastecimento, latoarias e outras atividades durante esse período e os subseqüentes.

Outro eixo de expansão encontra-se na zona sul da cidade. A expansão do bairro Oficinas aconteceu pela introdução de uma diversidade de estabelecimentos comerciais. Depois que a ferrovia sofreu processo de sucateamento e as oficinas foram desativadas, assim como foram sendo desinstaladas as serrarias aí existentes, uma nova função passou a existir no bairro. Como o surgimento de novas habitações era processo inevitável, a expansão de atividades comerciais e de serviços desdobrou-se por seu turno. Mas o fez não aleatoriamente e sim, seguindo um eixo preferencial.

O novo eixo, a avenida Visconde de Mauá (Figura 4), se tornaria zona de expansão para atividades econômicas nesse bairro. A influência da passagem da linha férrea em Oficinas teve peso histórico, já que o pátio de oficinas para as máquinas estava aí situado, assim como a existência de uma grande parte das moradias dos funcionários da ferrovia. A natural tendência de densificação para esse bairro ficou comprometida com o decréscimo das atividades ferroviárias, na segunda metade da década de 1950. A presença de serrarias e olarias no entorno desse bairro foram atividades que favoreceram alguma renda às famílias remanescentes, que não mais trabalhavam nas dependências da ferrovia.

Como já existia alguma diversidade comercial em torno da ferrovia e a existência de atividades como as olarias e as serrarias, o processo de expansão dessas e de outras atividades continuou durante a década de 1960. E reforçou o papel da avenida Visconde de Mauá como principal via de acesso na zona sul da cidade, pois importantes atividades econômicas teriam suas instalações iniciais junto a essa avenida, como a indústria Kurashiki, produtora de filamentos de algodão. Através da pavimentação na citada avenida, tornou-se facilitado o fluxo de automóveis e pessoas, abrindo oportunidades para o desenvolvimento de novas atividades nessa região.



As regiões lindeiras a esse eixo de expansão foram sofrendo processo de adensamento demográfico, através do aumento no número de residências. Com uma variação de 32 habitantes por hectare nas zonas mais próximas ao centro, chegando a uma variação de 18 habitantes por hectare na região mais periférica ao sul, o bairro Oficinas apresentava maiores densidades que o bairro Nova Rússia, estatística comprovada pela própria história de formação do bairro, anteriormente descrito.

Figura 4 – Indústria Kurashiki na avenida Visconde de Mauá, 2006.



Outra importante área de expansão da cidade está na zona leste. O bairro Uvaranas tem importante destaque por sua função predominantemente residencial. Privilegiada por uma vasta área de declividade amena, constitui área de expansão de áreas residenciais. A distribuição populacional acontece por divisores bem demarcados na área urbana. O primeiro é a presença da avenida Carlos Cavalcanti.

Toda a região de Uvaranas foi marcada pela presença do 13º Batalhão de Infantaria Blindada (13º BIB). Durante a década de 1960, toda a área habitada estava situada no entorno do 13º BIB. Seguindo a leste, a presença de chácaras e de fazendas misturava-se aos novos loteamentos que passavam a fazer parte da

paisagem. Porém, a grande área de desenvolvimento urbano estava a norte da avenida Carlos Cavalcanti, já que toda a área a sul da avenida, desde seu início, próximo ao centro, até o extremo do 13° BIB, encontrava-se em topografia de grande declividade, inviabilizando o processo de ocupação. No setor entre o centro até o 13° BIB, as densidades demográficas variavam entre 30 a 38 habitantes por hectare. Nas imediações do quartel, as densidades variavam de 20 a 26 habitantes por hectare, enquanto o setor a leste do quartel encontrava-se em patamar próximo a 10 habitantes por hectare (CODEM, 1967).

Ao sul da avenida Carlos Cavalcanti, predominavam nascentes e córregos pertencentes à bacia do arroio Olarias. As poucas habitações existentes fizeram parte de um processo de ocupação desordenado e configurou essa área como de baixa qualidade, caracterizando essa região com uma constituição de habitações populares e de favelas (Figura 5).

Figura 5 – Vila Coronel Claudio ao sul da avenida Carlos Cavalcanti (ao fundo, vista parcial do bairro Oficinas), 2006.





O desenvolvimento do norte da cidade continuou com o adensamento do bairro Neves, contíguo ao bairro Uvaranas. A expansão desse setor, através da edificação de novas residências, marcou o norte da cidade como região de expansão preferencialmente residencial, tendo as madeireiras e as serrarias como atividades de destaque nesse período. Entre elas, destacava-se a indústria madeireira F. Slaviero & Filhos S.A. (Figura 6) e A. Rêla Indústria e Comércio, fabricante de lâminas de madeira, ambas instaladas em 1947, e com acesso junto à avenida Monteiro Lobato. Esta passou a ter importância proeminente, como principal via de acesso para Ponta Grossa a partir do norte da cidade, para quem vem de São Paulo, pela PR-151, passando por Castro.

Figura 6 – Indústria F. Slaviero no prolongamento da avenida Monteiro Lobato, década de 1960.



O norte da cidade, durante a década de 1960, teve desenvolvimento muito lento, predominando residências unifamiliares, ainda com características ruralísticas,

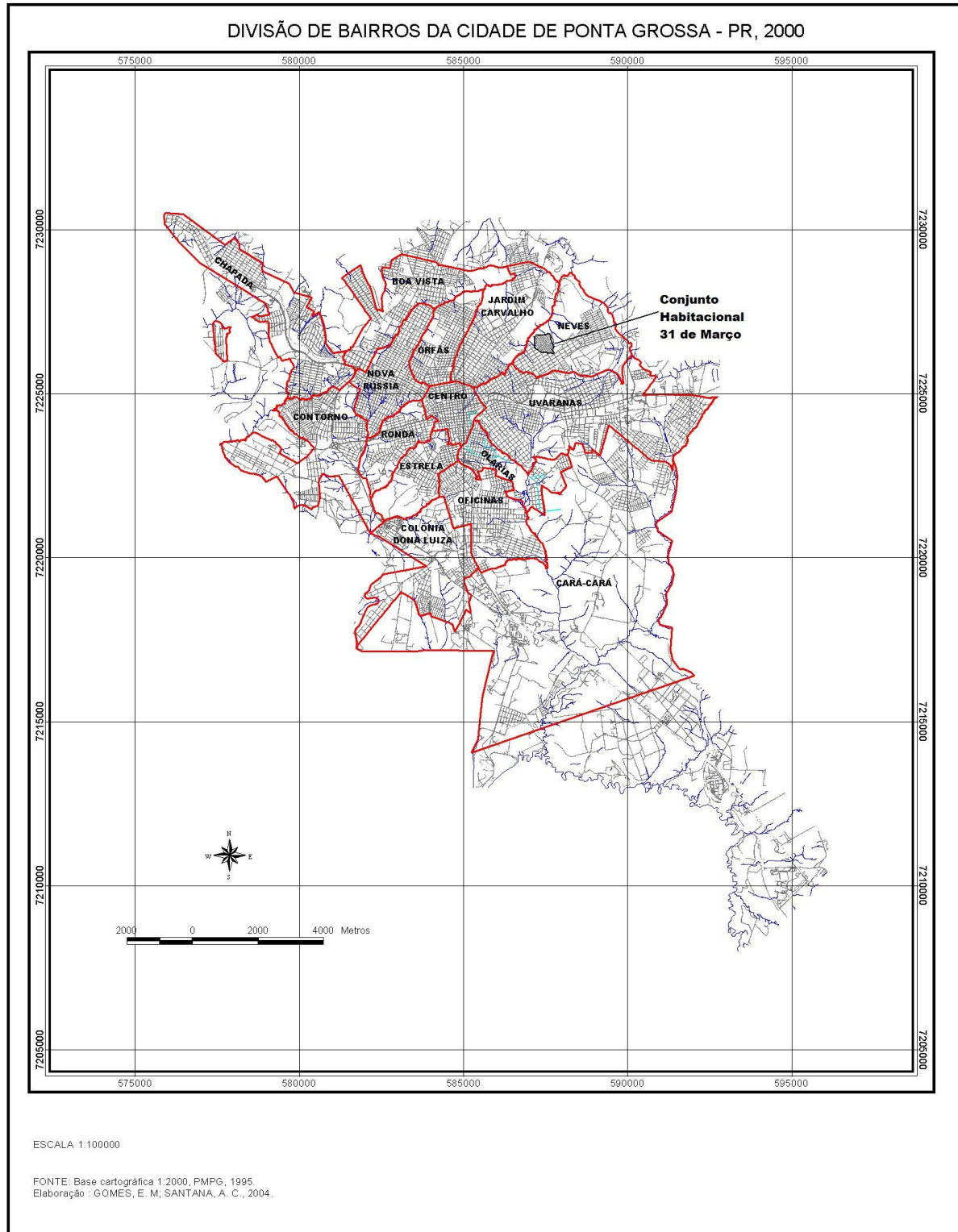
com uma socialização do tipo comunitário e densidades demográficas variando de 25 a 30 habitantes por hectare, nas proximidades do Jardim Carvalho (pertencente ao bairro Neves) e no bairro Órfãs (LÖWEN SAHR, 2001). Apenas com a construção do conjunto 31 de Março (Mapa 3), no bairro Neves, com densidades variantes entre 90 e 120 habitantes por hectare, alteraria essa ocupação monótona. Essa densidade foi alterada, não só quebrando a expansão segundo o Modelo Clássico de Gradientes, como foi o primeiro loteamento a ser construído em área não contígua à área já urbanizada (LÖWEN SAHR, 2001). O principal fator indutor do adensamento populacional no norte da cidade e do bairro Uvaranas acabou sendo a especulação imobiliária.

A maior parte das áreas loteadas e incorporadas ao espaço urbano fizeram parte de grandes propriedades rurais, cujos proprietários souberam oportunamente explorar. Essa especulação acentuou-se com o desenvolvimento das migrações campo-cidade. As migrações que aconteceram entre as décadas de 1950 e 1970, foram decorrentes das políticas econômicas adotadas no país, ocasionando a substituição de parte da mão-de-obra utilizada no campo por equipamentos mecânicos, tecnologicamente mais sofisticados e outros insumos.

Ponta Grossa, como centro regional, absorveu a população rural de toda a região polarizada por sua influência. O processo migratório trouxe como consequência uma demanda por empregos muito maior do que a cidade pôde ofertar, causando uma invasão de áreas desocupadas e de áreas legalmente não viáveis para a construção civil. Acentuou-se a favelização de áreas próximas ao centro, em áreas de ocupação irregular, principalmente em volta dos arroios e em áreas de acentuada declividade.

A mera descrição da expansão da malha urbana não é suficiente para entender a complexa relação existente no espaço urbano. Para melhor entendê-lo, é necessário acrescentar explicações sobre a função que a cidade como um todo exerce em determinado período histórico. Na busca desse entendimento, se recorre aos elementos do planejamento, que teriam por objetivo nortear as ações políticas e econômicas destinadas a consolidarem um desenvolvimento social mantenedor da qualidade de vida para parcelas cada vez maiores da população local. E o diagnóstico, como elemento de base para o planejamento, representa a descrição factual da realidade local, colaborando no processo de entendimento do papel local perante as exigências de instâncias políticas e econômicas superiores.

Mapa 3 – Conjunto habitacional 31 de Março.



Através do diagnóstico realizado no Plano Diretor de 1967 (CODEM, 1967), Ponta Grossa apresentaria entre outras, três principais causas para sua estagnação econômica. Seriam elas o declínio do setor madeireiro, a estrutura produtiva baseada na agropecuária calcada no sistema produtivo dos latifúndios e a falta de ampliação do sistema de energia elétrica.

Com o distanciamento das áreas de corte, o beneficiamento e o transporte da madeira em Ponta Grossa ficaram inviáveis para seus exploradores. Muitos desses exploradores implantaram seus equipamentos de beneficiamento em outras localidades como Apucarana, Guarapuava, Campo Mourão e Cascavel, mostrando um deslocamento direcionado para oeste e noroeste do estado. A comercialização da madeira beneficiada foi transferida para a capital Curitiba, facilitada com a melhoria de algumas rodovias (principalmente a BR-376). Um desses casos se encontra no exemplo da indústria Wagner S.A., instalada em Ponta Grossa em 1943 (CHAMMA, 1988), produzindo laminados de imbuia, pasta mecânica, papelão e beneficiando madeiras como jacazinhos, cerejeira, caviúva, marfim, cedro e jacarandá. A indústria Wagner teve sua sede original instalada no bairro Olarias. Situada próxima à estação ferroviária colaborava na ocupação desse bairro com sua participação na atividade madeireira. Essa empresa teve sua sede deslocada para Curitiba em data não divulgada. Mesmo em processo de entrevista, esse dado não foi possível de ser contabilizado.

As formas de produção agropecuária, encontradas em Ponta Grossa durante a década de 1960, mantiveram-se calcadas em uma estrutura de latifúndios com técnicas de produção primitivas. Segundo o diagnóstico do plano diretor de 1967 (CODEM, 1967), o capital excedente acumulado por esses proprietários latifundiários, foi aplicado muito mais na exploração comercial e na especulação imobiliária, ao invés de ser aplicado na produção industrial e em técnicas mais aprimoradas de produção e gerenciamento. Ações estas acreditavam os realizadores do plano diretor, que poderiam gerar um maior dinamismo econômico através de um aumento nas rendas dos trabalhadores. Desde que acompanhado da melhora no sistema educacional ponta-grossense, colaborando para o decréscimo nos índices de analfabetismo e com ênfase ao ensino técnico. E esse aumento nas rendas seria alcançado com a expansão do trabalho assalariado e aumento do nível salarial e, conseqüentemente, com um aumento no poder de consumo.

O terceiro fator causal da estagnação econômica estaria vinculado à

disponibilidade de energia.

Uma análise do consumo anual *per capita* no período 61/65 mostra que, de 61 para 62 o consumo *per capita* cresceu 1,7%; entre 62 e 63 este crescimento foi de 8,18%; entre 63 e 64 houve um decréscimo de 1,29%; e finalmente, entre 64 e 65 houve um agravamento do problema, com decréscimo de 6,43% no consumo *per capita* de energia. (CODEM, 1967, p. 62, v. 1).

Esse decréscimo cabe muito mais ao aumento de estabelecimentos comerciais e industriais, assim como a ampliação de novas residências do que propriamente pela diminuição do consumo de energia.

A retomada econômica de Ponta Grossa, no início da década de 1970, esteve vinculada à criação de um parque industrial ligado às atividades agropecuárias tradicionalmente cultivadas, fomentado pelo, então, prefeito Cyro Martins e a ampliação do sistema energético em Ponta Grossa.

Como o desenvolvimento industrial é um tipo de atividade totalmente dependente de um sistema de energia, Ponta Grossa, na intenção de suprir sua carência nesse setor, passou a ter uma nova conexão com o funcionamento da usina de Figueira (Usina Termelétrica de Figueira S.A. – UTELFA: empresa com participação acionária da Copel), com disponibilidade de 20.000 KW de potência para uso.

Para ajudar na caracterização de Ponta Grossa, durante esse período, interessante faz-se essa passagem do álbum comemorativo de 1963:

Energia elétrica em quantidade suficiente aliada à topografia altamente favorável, com vastas áreas de terreno ao redor da cidade e mais a situação privilegiada de entroncamento rodo-ferroviário, oferecendo comunicação fácil e segura com todos os centros consumidores ou produtores, dão à Ponta Grossa a possibilidade de ser, brevemente, uma cidade industrial de valor incalculável para a economia do Estado. Isso se dará pela ampliação do nosso parque industrial, que se desenvolve promissora, bem como pela implantação de novas indústrias, que apenas aguardam a solução do problema de energia elétrica para se fixarem em nosso município. (ÁLBUM COMEMORATIVO, 1963, p. 45).

Para se ter uma noção da importância da transformação na base da economia ponta-grossense, dentro do ÁLBUM COMEMORATIVO (1963) existe uma comparação entre dois períodos, para o setor secundário. O autor afirmando isentar

os valores do processo inflacionário apresentou para o setor secundário, em 1950, um valor de produção na ordem de Cr\$ 275.908.000,00 e para 1961, um valor estimado em Cr\$ 4.250.042.315,00. Entre as indústrias existentes, havia o predomínio na transformação, principalmente aquelas ligadas aos setores madeireiro e metalúrgico; e na alimentação com o processamento de carnes e derivados, bebidas e refrigerantes. Entre as indústrias que dinamizavam a economia local, destacavam-se a Companhia Antarctica Paulista – Indústria Brasileira de Bebidas e Conexos, filial Adriática (cervejaria), situada no centro tradicional da cidade, na avenida Vicente Machado. Atualmente, está fechada. Metalúrgica Schiffer (fundição e fábrica de máquinas industriais para serrarias), encontrada na zona noroeste da cidade, na avenida Ernesto Vilela, fundada em 1947 e em pleno funcionamento. Indústrias Wagner S. A. (madeira compensada), que atualmente tem sua sede em Curitiba. F. Slaviero & Filhos S. A. (madeireira), já citada. E outras indústrias como Frigorífico Wilson do Brasil S. A., situado no bairro Uvaranas onde atualmente funciona a Sadia. Indústrias Theófilo Cunha S. A. (madeira, papel e papelão) e Materiais para Construção Ind. e Com. S. A. (artefatos de cimento – manilhas).

O setor terciário também sofreu um incremento nos valores ao que diz respeito às transações comerciais. Deduzido o fator inflacionário, em 1950 houve um movimento de Cr\$ 700.000.000,00, enquanto em 1962 o valor das transações alcançou Cr\$ 16.000.000.000,00. A diferença de valores apresentados para o setor secundário e o setor terciário, vem da presença de um número elevado de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços do que, efetivamente, pelo porte desses estabelecimentos.

Os valores sobre o setor primário não aparecem nessa publicação. Entendendo que a produção agropecuária estava vinculada, nesse período, ao início do processo de produção agrícola em grandes propriedades monocultoras como a soja e o trigo, portanto, sem um grau elevado de produtividade e até mesmo dividindo áreas de plantio com outras culturas como milho e sorgo. E, ainda, tendo outras propriedades rurais com sua produção voltada à pecuária efetuada de forma extensiva, facilmente chega-se à conclusão sobre a baixa participação desse setor na formação do montante total do PIB local, liderado até aqui pelo setor terciário.

No entanto, a distribuição espacial dessas indústrias complementa outras justificativas para o processo de evolução urbana. Inicialmente incipientes, representaram um processo de transformação na base econômica local que,

gradativamente, transfere para o setor secundário os valores de produção adquiridos em maior porcentagem pelo setor terciário, a partir do período aqui estudado.

Através dos valores apresentados, verificou-se a baixa expressividade das atividades industriais comparados com os valores alcançados pelas atividades comerciais e de serviços. Ponta Grossa necessitava transformar sua base econômica, já que as tradicionais formas de fomento econômico impediam seu pleno desenvolvimento. Essa transformação na base econômica porque passaria Ponta Grossa, marcaria o crescimento da cidade de forma a acentuar as diferenças sociais, refletidas na distribuição espacial diferenciada da população pontagrossense.

A expansão da área urbanizada que ocorreu na década de 1960 seguiu indubitavelmente as linhas de acesso à cidade. A extensão da área urbanizada, que desde o final do século XIX acompanhava o traçado das estradas de ferro, passou a acompanhar as linhas de acesso à cidade, sempre adensando mais nas regiões dos espigões. Buscando o nexo para essa tendência, necessário se faz uma descrição para as mudanças político-econômicas adotadas no Brasil e no Paraná, que colaboraram para a transformação urbana experimentada por Ponta Grossa, fenômeno estendido a muitas outras cidades brasileiras.

## 2.1 As mudanças políticas estaduais e locais necessárias à retomada econômica

Os ganhos econômicos apresentados para a década de 1960 permitiram novas inversões e, automaticamente, a cidade mostrou uma expansão da malha urbana de forma exponencial, revelando a prioridade dada aos investimentos no setor imobiliário. Essa expansão desafiou a atuação da administração pública municipal, que foi atingida não apenas por ela, mas, também, sofreu pressão pelas mudanças político-econômicas ocorridas em âmbito estadual e nacional. Ainda dentro do plano diretor de 1967, verificou-se que o planejamento pensado para dinamizar a economia pontagrossense não ocorreu em sua totalidade:

A adoção de uma política baseada na cobrança do custo real dos serviços prestados; a elaboração de um cadastro fiscal eficiente,



capaz de dinamizar a arrecadação dos tributos municipais; a criação de uma autarquia ou empresa pública para operar com maior flexibilidade os recursos obtidos pela adoção desta política; a implantação de um programa de treinamento que assegure um máximo rendimento do pessoal sem aumento substancial de investimentos neste setor são, entre outras, medidas que podem ser adotadas sem emprego de recursos financeiros de grande vulto. Estas medidas, aliadas a uma política de implantação física que estimule a máxima utilização do equipamento urbano disponível, permitirão à Prefeitura ampliar, pouco a pouco, seus investimentos de capital, melhorando a prestação de serviços à população e as condições competitivas de localização econômica do município. Com isso, quebra-se o círculo vicioso prejudicial ao desenvolvimento ponta-grossense. (CODEM, 1967, p. 88, v.1).

Mas essa necessidade cresceu não apenas pela baixa produtividade alcançada por meios de produção tradicionais, mas, também, em virtude do comportamento político-econômico da elite local. A existência de um plano diretor em Ponta Grossa não passou de um mero cumprimento da legislação nacional existente na época, que obrigava municípios com mais de 20.000 habitantes a apresentarem tal plano diretor.

As propostas de ordenação espacial contidas no plano diretor foram ignoradas, levando o poder público municipal a ações setoriais, impedindo a utilização maximizada dos equipamentos urbanos. A implantação do núcleo 31 de Março, em 1967, na região nordeste da cidade, em área não contígua à urbanizada, marcou outra tendência para o crescimento habitacional. A falta de uma legislação específica para a demarcação precisa do perímetro urbano foi outro fato que colaborou para a expansão desordenada da área urbana. Mesmo com a consolidação do plano diretor em 1967, a primeira legislação a respeito da demarcação do perímetro urbano aconteceu apenas em 1992. Uma tentativa de demarcar a “zona urbana” aconteceu pelo decreto n° 498, em 1979, durante a gestão do prefeito Luiz Carlos Zuk (DECRETO LEI N° 498, 1979).

A década de 1960 também foi marcada por mudanças radicais em relação ao comportamento político-econômico em âmbito estadual e nacional. O golpe militar proferido em 1964 trouxe uma nova postura em relação às diretrizes político-econômicas adotadas no país.

Após o golpe de 1964 e a centralização estatal das decisões não só políticas, como também as econômicas e as sociais, o governo interveio decisoriamente no desenvolvimento do país, que a partir desse momento passou a ser praticado. Com



esta postura extremamente centralizadora, o governo militar, tendo na presidência o general Castelo Branco, conseguiu refrear a inflação até então existente. A partir de 1967, no governo Costa e Silva, a política econômica brasileira tomou como ação a liberalização de créditos para novas inversões, controlando institucionalmente a balança de pagamentos. Esse controle fez com que os salários dos trabalhadores urbanos permanecessem estagnados ou, até mesmo, diminuíssem seu real poder de compra. Além disso, a oferta de mão-de-obra nas cidades de maior porte, que se tornou excedente com o crescimento vegetativo e com as migrações internas colaboraram na desestruturação dos salários dos trabalhadores.

Em contraposição, o governo também controlava institucionalmente o processo de ajuste de preços dos produtos (SINGER, 1989). Os fatores aqui expostos não são suficientes para explicar toda a complexa relação que desencadeia o processo de industrialização no país, estando esse sujeito às variações na economia internacional, porém, pretendem fazê-lo em linhas gerais.

Curioso se faz à procura do entendimento sobre quais fatores econômicos, políticos e sociais se apresentaram como preponderantes nessa transformação espacial. Esses processos estiveram atrelados a modificações ou incorporação de novas técnicas no processo de produção em que esteve mergulhada a cidade de Ponta Grossa e que culminou com a modificação na divisão internacional do trabalho, alterando os papéis locais diante das exigências econômicas e políticas externas. Que técnicas foram essas? Técnicas ligadas à produção agroindustrial e à substituição do sistema de transporte ferroviário – que trouxe a Ponta Grossa o ápice de seu desenvolvimento sócio-econômico e urbano (década de 1920 à de 1940) – pelo sistema rodoviário.

Ponta Grossa mostrou-se adaptada aos novos condicionantes, pelo menos no que se referia às pretensões econômicas e políticas de parte da sociedade pontagrossense ligada à indústria e ao comércio. Mesmo com um gradativo processo de sucessões no poder local por parte da elite campeira, com o advento da República e, mais tarde, no período do Estado Novo, a classe de comerciantes e industriais que crescia em Ponta Grossa, passou a participar tanto do poder local quanto do poder estadual. Mas, a partir da década de 1960, se teve a marca da ruptura no poder político estadual, através da eleição de Ney Braga para o governo paranaense (DE PAULA, 2001).

Este marco é bem descrito por José Carlos M. de Paula:

Embora apontado por alguns como representante da elite campeira (WACHOWICHZ, 1988) por proceder da cidade de Lapa, Braga acaba contrariando essa lógica. O café deixava de ser o produto primeiro da economia paranaense, sendo substituído pela soja e, com ele, é implantado todo um modelo de modernização da agricultura paranaense que será marcado por intensa atividade migratória do campo para a cidade, principalmente nas regiões onde o café teve maior desenvolvimento. Ao mesmo tempo, o estado começava a definir a industrialização como meio de acelerar o desenvolvimento brasileiro, opção que se radicalizaria após 1964 (DE PAULA, 2001, p. 59).

A presença do advogado e fazendeiro Plauto Miró Guimarães na prefeitura municipal de Ponta Grossa, em 1966, entrou em consonância com as prerrogativas de Ney Braga e de seu sucessor na cadeira de prefeito, o Sr. Cyro Martins, trazendo neste momento as modificações necessárias para dar continuidade ao processo de industrialização da cidade. “Um processo que instrumentaliza o espaço urbano no sentido de privilegiar a industrialização como via de acesso mais rápido ao desenvolvimento econômico.” (DE PAULA, 2001). Entre as contribuições do ex-prefeito Plauto Miró Guimarães, destacou-se a implantação de uma moderna rede telefônica a uma companhia mista, denominada Companhia Ponta-grossense de Telecomunicações (CPT). Miró Guimarães ainda participou do governo Ney Braga como secretário de Negócios do Interior e Justiça (CHAMMA, 1988).

Mas foi na gestão de Cyro Martins, a partir de 1969, que se teve o marco da retomada econômica para Ponta Grossa. Através do Plano de Desenvolvimento Industrial (PLADEI), projeto técnico elaborado pela firma A. Noronha Serviços de Engenharia S.A., com objetivo de dotar a cidade com a infra-estrutura necessária à instalação dos complexos industriais. O setor secundário iria contribuir de maneira irreversível para elevação dos valores de produção que compõem parcialmente o desenvolvimento econômico ponta-grossense.

O problema de geração de energia foi solucionado ainda nessa gestão, com a encampação da Companhia Prada de Eletricidade de Ponta Grossa pela Companhia Paranaense de Eletricidade (COPEL). Outros investimentos foram realizados como a pavimentação de 200.000 m<sup>2</sup> de ruas em diversos bairros, o revestimento primário de vias públicas e estradas distritais por cerca de 1.500.000 m<sup>2</sup>, ampliação de praças, ampliação da rede de iluminação pública beneficiando 2.700 residências, além da ampliação da rede de telefones públicos.

Ainda nessa gestão foi inaugurada a nova estação rodoviária situada entre a

avenida D. Pedro II e a avenida Visconde de Taunay, proporcionando maior fluidez para os ônibus, evitando seu tráfego pelo centro da cidade.

Toda essa nova realidade que se espacializou com o fomento ao desenvolvimento industrial e para o crescimento urbano, veio marcada por uma densificação populacional nunca antes experimentada. O desequilíbrio social ficaria estampado na paisagem quando ocorreu o processo de deslocamento de parte da população rural emigrante. Obviamente que a presença de indústrias de grande porte, como as esmagadoras de soja e as indústrias de fertilizantes entre outras, desencadeariam a diversificação tanto do parque industrial ponta-grossense quanto de atividades de apoio e aquelas ligadas ao setor terciário.

Mesmo perdendo sua posição econômica e política privilegiada dentro do estado, Ponta Grossa manteve destaque regional. A própria estrutura urbana desenvolvida ao final do século XIX e início do século XX, foi testemunho da notória participação na economia paranaense, assim como seu papel de pólo regional. A presença de equipamentos urbanos que não se encontravam em cidades interioranas de seu entorno garantiram a Ponta Grossa tal papel.

## 2.2 A expansão de loteamentos não contíguos à área urbana

O que aconteceu com as relações sociais em Ponta Grossa, a partir desse período, está atrelado aos condicionantes técnicos que acompanharam as transformações na divisão internacional do trabalho. As transformações subseqüentes marcaram esse espaço com uma remodelação desordenada.

Mostrando o que aconteceu em termos de planejamento para a cidade de Ponta Grossa, verificou-se que dentro das propostas de organização apontadas nos dois planos diretores existentes (CODEM, 1967; PMPG, 1992), transformações ocorreram, mas não propriamente no sentido organizacional como deveria acontecer. O que pôde ser constatado foi a construção do espaço urbano através das decisões políticas vigentes em cada gestão, com direcionamento apenas setorial no que diz respeito ao planejamento.

A realidade social encontrada em Ponta Grossa a partir das migrações campo-cidade, fenômeno que abrangeu os maiores centros urbanos do país, agiu

como uma força de compressão sobre o Estado, já que a oferta de empregos foi reduzida frente ao número de trabalhadores que passaram a existir nas cidades de médio e grande porte.

A realidade urbanística de Ponta Grossa, dentro do contexto apresentado, se expressa nos números levantados pela equipe técnica da CODEM (1967):

Os padrões construtivos, em Ponta Grossa, correspondem a um nível muito baixo de aspirações da população. A maioria das casas é de madeira e esta proporção tende a se manter conforme se pode deduzir do fato de que em 1964 foram construídas 111 residências de alvenaria contra 620 de madeira; em 1965, a proporção foi de 103 para 351, e no primeiro semestre de 1966 foram construídas 64 casas de alvenaria para 192 de madeira. A grande maioria delas apresenta espaço interno insuficiente e a proliferação de favelas é problema que vem se ampliando na cidade.” (CODEM, 1967, p. 18, v. 1).

Na tentativa de solucionar o problema habitacional gerado pelas migrações internas, aconteceu a criação, por parte do governo federal pós-64, de uma instituição autônoma para o financiamento de habitações populares – o Banco Nacional de Habitação (BNH) –, que modificou o sistema de construção de habitações, que antes era realizado exclusivamente pela iniciativa privada ou pela autoconstrução.

Nesse período, a especulação imobiliária tornou-se mais intensa na cidade, assim como se intensificou a segregação habitacional e o encarecimento dos serviços públicos. Esse processo aconteceu com a implantação de loteamentos não contíguos à área urbanizada da cidade. O exemplo desse tipo de ação encontrou-se na construção do núcleo habitacional 31 de Março, no bairro Neves, em 1967, como resultado de uma política voltada à população de menor poder aquisitivo (LÖWEN SAHR, 2001, p. 15). A densidade demográfica estabelecida entre 120 a 150 habitantes por quilômetro quadrado, no bairro 31 de Março, quebrou com a distribuição populacional, que até esse momento, seguia o Modelo Clássico de Gradientes. Essa variação média na densidade só era ultrapassada pela região central da cidade (LÖWEN SAHR: 2001).

Em sua organização interna, para a década de 1960,

Ponta Grossa se apresenta como mais um exemplo da ocupação anárquica que caracterizou o desenvolvimento das cidades

brasileiras no período pós-guerra. A proliferação indiscriminada de loteamentos realizados sem nenhum critério estendeu a cidade além do que seria razoável para abrigar sua população. Em consequência, os serviços urbanos não puderam acompanhar seu crescimento, caracterizando, atualmente, uma situação de precariedade absoluta neste setor. (CODEM, 1967, p. 10, v.1).

O exemplo que é apresentado pela criação do núcleo 31 de Março comprova a situação em que

[...] a construção de casas para os mais pobres ajudou de fato a viabilizar a cidade corporativa, pois os conjuntos foram utilizados como 'extensores' urbanos, que deram suporte de equipamentos urbanísticos e propiciaram a especulação imobiliária. (SANTOS *apud* GONÇALVES, 2000).

A incorporação de terras ao espaço urbano ponta-grossense sofreu um incremento de 480% entre 1940 e 1990, refletindo na realidade “um processo de incorporação de terras rurais ao espaço urbano sem uma correspondente ocupação, evidenciando a grande especulação imobiliária reinante” (DE PAULA *apud* GONÇALVES, 2000, p. 70), intensificado no período de 1950 a 1970.

Com a realização de um plano diretor em 1967, Ponta Grossa passou a ter possibilidades de planejar o desenvolvimento da cidade, atrelando a recuperação social através do crescimento econômico local. O possível plano de habitação popular proposto no plano diretor não alcançou seus objetivos, já que o processo de favelização e construção de habitações de baixa qualidade persistem até os dias de hoje.

Como o movimento de construção de habitações populares foi de alcance nacional, criou-se no Paraná a Companhia de Habitação Popular do Paraná (COHAPAR), em 14 de maio de 1965, através da lei nº 5.113, com a finalidade de integrar o Paraná no Sistema de Financiamento de Habitação. Localmente, as ações eram efetuadas pela Companhia de Habitação Popular de Ponta Grossa (COHAB-PG), criada em 22 de maio de 1969.

O programa habitacional discutido no plano diretor (CODEM, 1967), com sua implantação ficando a cargo da COHAB-PG, estava embasado em uma análise que levava em conta o nível educacional das classes marginalizadas e menos privilegiadas. Acreditando essa população encontrar-se em um nível de

desenvolvimento educacional aceitável, através da verificação dos números em relação à educação ponta-grossense, acreditavam os realizadores do plano diretor, que esta população estaria propensa a um nível mais alto de renda, pois estariam aptos a serem empregados em atividades que exigissem uma qualidade técnica mais avançada. Mas o que a realidade acabou por mostrar foi justamente o avanço da ação estatal na questão habitacional, pois o aumento da população marginalizada é progressivamente crescente, como mostra a tabela 2.

Tabela 2 – Crescimento relativo da população total, da população urbana e da população favelada de Ponta Grossa de 1960 até 1996.

Período	População Total		População Urbana		População Favelada	
	Habitantes	Cresc. (%)	Habitantes	Cresc.(%)	Habitantes	Cresc. (%)
1960	90.889		77.803		614	
		39,4		44,3		257,3
1970	126.647		112.253		2.194	
		47,4		53,1		311,9
1980	186.647		172.870		9.038	
		25,6		27,7		143,4
1988/91	233.517		219.456		22.000	
		8,5		15,3		62,8
1996	253.243		241.254		35.000	

Fonte: LÖWEN e MELLO, DEPAC e IBGE.

Org.: GONÇALVES (2000).

Para o período analisado nesse capítulo, percebe-se a grande expansão das habitações irregulares em Ponta Grossa, que alcançaram um crescimento relativo de 257,3 % entre 1960 e 1970. Valor, este, extremamente expressivo em relação aos 44,3 % de crescimento da população urbana e os 39,4 % de crescimento da população total.

Mesmo com intervenção cada vez maior por parte do Estado, na construção de habitações para famílias de baixa renda, suas políticas impediram o acesso a essas habitações para uma parcela considerável das famílias de baixa renda ou

para aquelas famílias que não apresentavam renda.

Entretanto, a ação do Estado beneficiou outra parte considerável da população, através da incorporação de glebas rurais ao espaço urbano. Os loteamentos realizados pela COHAB-PG entre os períodos de 1967 e 1969 chegam a número de quatro, tendo o conjunto 31 de Março como mais expressivo já que apresentava um total de mil casas construídas. Os outros três são os conjuntos Operários do DER, com 31 casas, construído em 1967, na zona oeste da cidade; Flávio Guimarães com 72 casas e Luiz da Cunha com 100 casas, ambos construídos em 1969 e próximos a áreas já urbanizadas (GONÇALVES, 2000, p. 77). Segundo SILVA (*apud* GONÇALVES, 2000), os dois primeiro conjuntos foram destinados à população com renda familiar entre um a cinco salários mínimos, enquanto os dois últimos se enquadraram nos valores de renda familiar entre seis e dez salários mínimos.

Devido à localização periférica dos conjuntos habitacionais, algumas conseqüências apareceram. Como exemplo teve-se a produção de vazios urbanos e sua valorização por meio da implantação de equipamentos urbanos deslocados até os novos loteamentos. Porém, para esse período, o número de loteamentos privados ainda foi maior que o número de projetos habitacionais públicos. Contudo, a década de 1960 marcou o início da intervenção do Estado no espaço urbano de Ponta Grossa, assim como de todo Brasil (GONÇALVES, 2000, p. 79).

Dessa forma, Ponta Grossa, durante a década de 1960, passou a apresentar um crescimento urbano desordenado. A conformação urbana apresentada seria modificada em virtude das transformações político-econômicas adotadas em âmbito nacional e estadual, agindo sobre o local que mostrou reciprocidade nessa projeção.

O período posterior, que decorreu durante a década de 1970, veio apresentar um aumento populacional reduzido em comparação ao período anterior. Esta próxima fase entraria em um momento de ascensão econômica dentro do país, conhecida popularmente como período do “milagre econômico”, e Ponta Grossa participou desse processo através do fomento agroindustrial aqui incentivado. A retomada econômica aconteceu, porém a estrutura social da cidade ficou marcada pela diferença estrutural da sociedade ponta-grossense, que marcou a paisagem com a segregação espacial.

### 3 O PERÍODO DE 1968 A 1980.

Ponta Grossa, em 1975, possuía uma população de aproximadamente 170.000 habitantes, considerando o limite municipal. Contava com 400 estabelecimentos industriais, 1.500 casas comerciais, 500 estabelecimentos de prestação de serviços, assim como 18 agências bancárias, uma Caixa Econômica Federal (CEF), 62 hotéis e pensões, 27 farmácias e 40 postos de gasolina. Os sistemas de fornecimento de água e energia passaram a ser controlados pelo Estado, tendo como órgãos gestores a Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR) e a COPEL, respectivamente.

Nesse período, entre 1968 e 1980, intensificaram-se as densidades populacionais nos bairros, havendo um aumento considerável tanto no número de habitações quanto no número de estabelecimentos ligados às atividades econômicas. Enquanto a população total sofreu um incremento populacional de 47,0%, passando de 126.940 habitantes em 1970, para 186.647 habitantes em 1980, a população urbana experimentou um acréscimo de 54,0%, já que em 1970 apresentava 112.253 habitantes e em 1980, 172.946 habitantes. A população rural por sua vez experimentou um decréscimo de 6,7%, passando de 14.687 habitantes em 1970, para 13.701 habitantes em 1980 (Tabela 1).

A participação da força de trabalho teve um acréscimo significativo no setor secundário, considerando sua participação relativa para o período 1970/80, em relação ao total da força de trabalho, com um crescimento de 98,7%, enquanto os setores primário e terciário apresentaram um acréscimo de 3,0% e 61,6%, respectivamente. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (*apud* GONÇALVES, 2000), em 1960, o setor secundário apresentou um número de 5.605 trabalhadores; em 1970 passou para 10.087 trabalhadores; chegando em 1980 com 20.049 trabalhadores, conforme tabela 3.

O processo de distribuição das atividades econômicas e a distribuição dos equipamentos urbanos seguiram a tendência de aglutinarem-se em torno das vias de acesso à cidade, enquanto as habitações tenderam a ocupar as áreas lindeiras às vias de acesso e, concomitantemente, acentuou-se o processo de construção de habitações populares através de financiamentos estatais.



Tabela 3: Participação da força de trabalho por setores da economia na cidade de Ponta Grossa, 1940 a 1991.

ANO	Setor Primário		Setor Secundário		Setor Terciário	
	Trabalhadores	(%)	Trabalhadores	(%)	Trabalhadores	(%)
1940	2.861	23,7	2.513	20,8	6.682	55,5
1950	2.697	15,5	4.376	25,1	10.339	59,4
1960	4.228	15,2	5.605	20,2	17.960	64,6
1970	4.566	11,5	10.087	25,5	24.888	63,0
1980	4.703	7,2	20.049	30,9	40.214	61,9
1991	4.911	5,8	24.671	29,2	55.053	65,0

Fonte: FIBGE, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991.  
Org.: GONÇALVES (2000).

Nessa evolução, o centro tradicional continuou concentrando a maioria dos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços. Porém, toda região no entorno do pátio central da estação ferroviária sofreu processo de desvalorização, principalmente quando se refere ao seu valor de troca, por motivo da paralisação da atividade ferroviária e o decréscimo no fluxo de pessoas nessa área. Muito das edificações utilizadas como moradias foram sendo substituídas por casas comerciais, com algumas ofertando uma diversidade de produtos, com vendas no atacado e no varejo, como foi o exemplo da casa Esperidião, na rua Benjamin Constant. Passaram, também, a serem comuns na paisagem bares, cabeleireiros, sapatarias, armazéns e a presença de diversas casas de diversão noturna, marcando essa zona como uma área de meretrício. A revalorização da área do pátio central da estação ferroviária aconteceria apenas na década de 1990, com a implantação de um terminal central de transporte coletivo urbano e a criação do complexo ambiental governador Manoel Ribas, em substituição às antigas instalações do pátio ferroviário.

Em contrapartida, as vias que foram asfaltadas e os melhoramentos em iluminação pública, abastecimento de água e energia elétrica alcançados, passaram a fornecer uma sobrevalorização do solo, encarecendo seu valor na região central da cidade e nos bairros mais próximos ao centro. Lojas de tecidos e de alta costura como João Varassin e Ricardo Kossatz (Figura 7), na avenida Vicente Machado,

assim como a presença da indústria de bebidas Adriática, presente na paisagem central da cidade desde 1906 e as casas Pernambucanas, estão entre as atividades de destaque na região central, para esse período.

Figura 7 – Ricardo Kossatz Magazine na avenida Vicente Machado, década de 1980.



O comércio passou a intensificar-se para o norte do centro tradicional, formando um verdadeiro centro comercial, podendo ser demarcado por polígono formado pela avenida Vicente Machado, avenida Bonifácio Vilela, rua Penteado de Almeida, e avenida Balduino Taques. Nessa área, o predomínio de atividades comerciais e de prestação de serviços intensificou-se com muitas lojas de roupas, armarinhos, supermercados, bancos (como Bradesco, Banco do Brasil, Itaú, Bamerindus, Banestado e Caixa Econômica Federal), a presença do hospital Santa Casa, instalado na década de 1920, farmácias, escolas como o colégio estadual Regente Feijó, colégio São Luís, colégio Sant'Ana e colégio Sagrada Família, imobiliárias, tabelionatos, cinemas (como o Cine Inajá, Cine Ópera e Cine Império),

lojas de material de construção, postos de combustíveis e outros.

Fato notável, entretanto, foi a integração da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras com a Faculdade de Direito, a Faculdade de Odontologia e a Faculdade de Farmácia e Bioquímica, antes isoladas, constituindo, a partir de 1961, a Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, localizada na praça Santos Andrade, esquina da avenida Bonifácio Vilela com a rua Penteado de Almeida. A localização da universidade ao norte do centro da cidade contribuiria para uma nova dinâmica nessa área. Passou, então, a transformar em sua área de entorno, com maior ênfase para a década de 1970, antigas residências de famílias tradicionais, em pensões e repúblicas que passariam, gradativamente, a atender os alunos da Universidade vindos de outras localidades.

Nesse período, a região noroeste da cidade apresentou grande dinamismo no desenvolvimento urbano, haja vista a implantação de diversas atividades econômicas no bairro Nova Rússia. O surgimento de novas agências bancárias na região central do bairro, assim como a difusão de diversos estabelecimentos comerciais ligados aos transportes trouxeram, gradativamente, um peso maior a esse bairro, acentuando os papéis de corredores comerciais das avenidas Ernesto Vilela e D. Pedro II (SANTOS, 2002). Mas esse dinamismo criado por essa estrutura não garantiu uma densificação populacional tão intensa quanto a que aconteceu na zona leste da cidade, principalmente nos bairros Olarias, Oficinas e Uvaranas.

Seguindo pela avenida D. Pedro II em direção ao centro, a presença das instalações da nova rodoviária, no cruzamento com a avenida Visconde de Taunay, marcou esta segunda via como novo eixo de expansão da cidade. A implantação de novas atividades na avenida Visconde de Taunay contribuiu para o adensando populacional e para o aumento na importância do bairro Ronda, na zona oeste da cidade. Agregaram-se nessa via, os principais órgãos públicos da cidade como o prédio da Prefeitura, da Câmara Municipal, o DETRAN e o prédio da Receita Estadual.

Nesse período, o bairro Ronda apresentou uma maior densificação populacional do que no período anterior, criando condições para estender a avenida Visconde de Taunay até a BR-376 (trecho rodovia Presidente Kennedy), formando uma via de acesso à cidade na região oeste da cidade. Essa via de acesso, além de ter importância por se apresentar como alternativa para as empresas de transporte coletivo intermunicipal, também interligaria novos loteamentos surgidos a oeste da

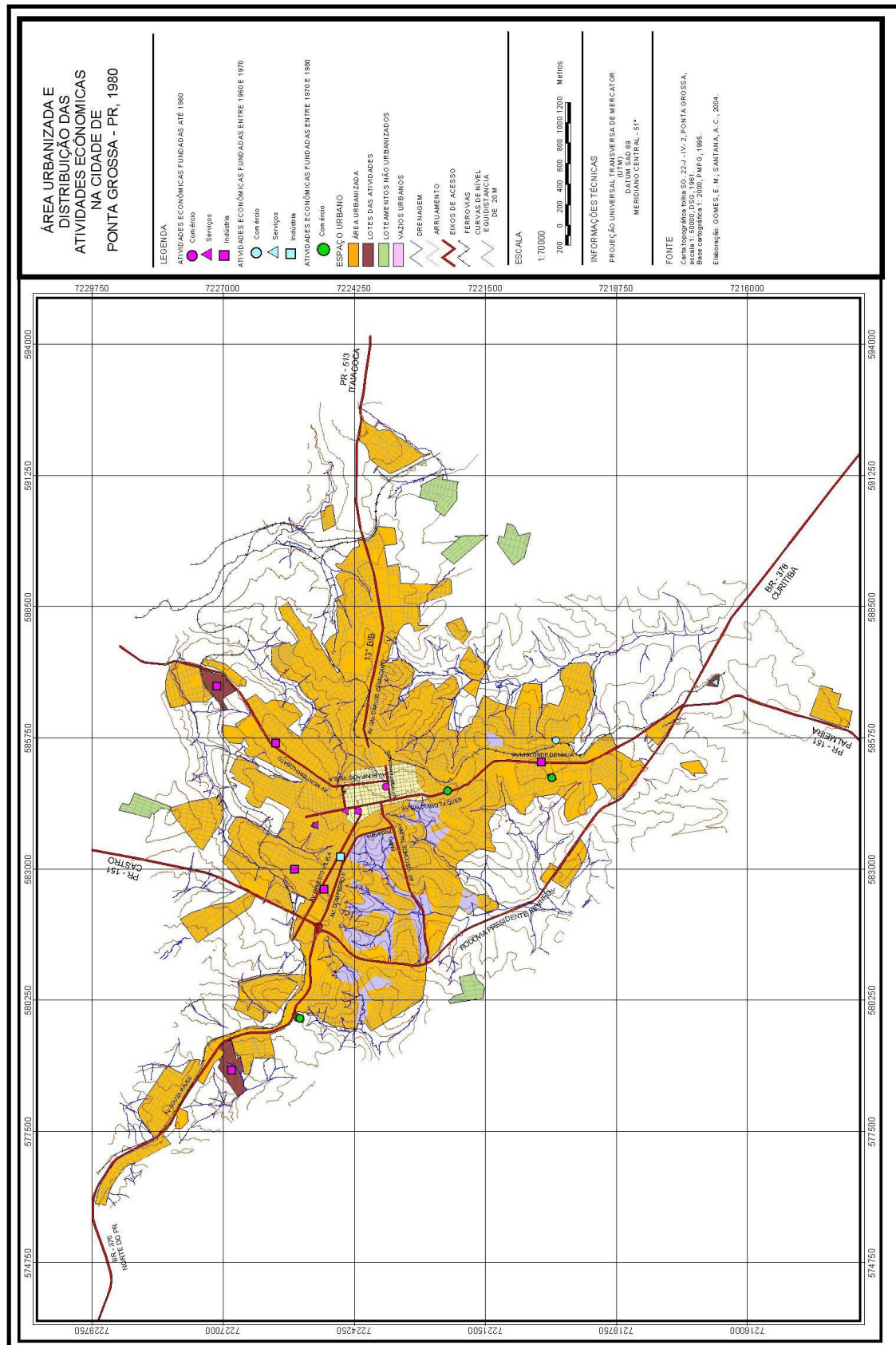
BR-376, tendo como exemplo típico o surgimento do conjunto habitacional Santa Paula I, em 1979.

A criação do Distrito Industrial Cyro Martins a sudeste da cidade, realizado através do Plano de Desenvolvimento Industrial de Ponta Grossa – PLADEI, sancionado por meio da lei nº 2.157, representaria um forte agente dinamizador para a crescente ocupação do sul da cidade. Esse ato potencializaria a ampliação das plantas industriais de antigas empresas e a criação de novas, apresentando um desenvolvimento mais intenso para a avenida Visconde de Mauá. O surgimento de novos loteamentos nessa região intensificou os adensamentos populacionais, contribuindo na dinâmica urbana encontrada na região sul e sudeste da cidade.

Então, com o funcionamento da cidade industrial em 1972, importantes indústrias contribuíram para o acelerado desenvolvimento urbanístico em Ponta Grossa tais como as esmagadoras de soja SANBRA S.A. (atual BUNGE S.A.) e CARGILL S.A., MAK BROS Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios Ltda., instalação do Cotonifício Kurashiki do Brasil Ltda., as fabricantes de fertilizantes SAGRO Ltda. e QUIMBRASIL S.A. e ainda passando por processo de ampliação, outra fabricante de fertilizantes, a INCOPA S.A. e a esmagadora de soja COINBRA S.A.

O leste da cidade continuou sendo a área de maior adensamento populacional, devido ao contínuo parcelamento do solo nessa região, principalmente no norte de Oficinas e parte de Uvaranas além do limite do 13º BIB. As presenças de algumas atividades econômicas na zona leste da cidade contribuíram no processo de ocupação descontínua e periférica, colaborando para um inoportuno crescimento horizontal. São exemplos a Companhia de Alimentos do Brasil (COMABRA) e a Paraná Refrigerantes S.A., representante dos produtos Coca-Cola, não funcionando mais a partir da década de 1990. Duas indústrias do setor alimentício, caracterizadas, portanto, como do segmento tradicional e, como tal, capacitariam a geração de um número considerável de empregos. Para suprir essa necessidade ampliada, o poder público municipal alterou as leis de zoneamento e parcelamento do solo para abrigar próximo às empresas até então descritas, habitações destinadas à parte da população que deveria suprir as necessidades de demanda de mão-de-obra (Mapa 4 e Apêndice B).

Mapa 4 – Área urbanizada e distribuição das atividades econômicas na cidade de Ponta Grossa – PR, 1980.





Aliados a essas atividades foram construídos na zona leste da cidade os conjuntos habitacionais Dal'Col, em 1977, David Federmann e núcleo Rio Verde, em 1981, além do núcleo Bortolo Borsato, em 1982, somando 1.307 habitações. Segundo GONÇALVES (2000), foi a partir da segunda metade da década de 1970 que o processo de intervenção estatal no setor da habitação teve presença marcante. Mas a presença dessas empresas não representou um forte poder no dinamismo populacional, já que as áreas de maior adensamento ainda se encontravam na área demarcada entre o centro da cidade e as ocupações do 13º BIB.

No norte da cidade, o processo de expansão continuou acontecendo em virtude da característica residencial unifamiliar. A quebra dessa tendência aconteceria com a construção do conjunto habitacional Monteiro Lobato (Figura 8), em 1978, com 768 habitações, sendo o primeiro conjunto verticalizado financiado pelo Estado (LÖWEN SAHR, 2001).

Figura 8 – Conjunto habitacional Monteiro Lobato, 2006.



Durante esse período se iniciou a transferência das famílias mais abastadas

para os bairros próximos ao centro e que agregavam equipamentos urbanos mais completos. Ou seja, que tinham acesso à água encanada, sistema de esgoto, iluminação pública, escolas, vias públicas asfaltadas ou com pavimentação poliédrica, áreas de lazer e segurança pública. Segundo LÖWEN SAHR (2001):

Até os anos 70, grande parte da classe alta de Ponta Grossa morava em residências unifamiliares na área central da cidade, as quais apresentavam elevada metragem quadrada e com características arquitetônicas de destaque. A partir de então, esta classe social se desloca para áreas residenciais de alto padrão fora do centro. As suas primeiras casas são transformadas, gradativamente, em estabelecimentos comerciais e de serviços de elevado padrão (butiques, agências de viagem, consultórios médicos, escritórios de advocacia, escolas particulares, etc.). (LÖWEN SAHR, 2001, p. 21).

Em vista desse processo, alguns bairros teriam sua população acrescida, aumentando a densidade populacional nessas regiões. O principal exemplo desse tipo de ocupação encontra-se no bairro Estrela (Jardim América e Vila Estrela), situado a sudoeste do centro tradicional e em área contígua a este, e a noroeste do bairro Oficinas. Esse bairro continha algumas atividades interessantes, como o SENAI – Centro de Educação Profissional Ponta Grossa –, o clube social Guarani, freqüentado pela classe alta que reside em seu entorno, além do supermercado Tozetto, o qual passou a exercer papel de destaque na região como atividade econômica. Fundado em 1951 como um simples armazém, passou a mercado em 1972, alcançando hoje um papel de destaque na economia ponta-grossense, apresentando duas filiais além da matriz, onde um destes tomou dimensões de um hipermercado.

Devido ao alto padrão residencial encontrado nesse bairro, possuidor de todas as características já citadas, fez com que o preço do solo concorresse com alguns valores encontrados no centro da cidade, notadamente a área mais valorizada. Outros bairros que se destacaram nesse processo de transferência das famílias mais abastadas foram o Jardim Carvalho (Jardim Carvalho e Vila San Diego), na zona norte da cidade e o bairro Neves (Jardim Florença). Além de suas vantagens em relação à topografia favorável ao uso residencial, esses bairros não foram contemplados com a presença de alguma atividade importante, que influenciasse diretamente sua dinâmica.

Em contraste a essa disposição espacial da classe alta ponta-grossense, uma

grande parcela da população oriunda das áreas polarizadas por Ponta Grossa e Curitiba, passou a estabelecer residência na cidade. Essa concentração populacional aconteceu em virtude das migrações campo-cidade que atingiram pequenos proprietários e empregados rurais diante do processo de mecanização do campo e concentração fundiária. Atrelado a essa realidade, o espaço urbano apresentou nesse período, uma intensa atuação do Estado na questão habitacional, através de pesados investimentos gestados pelo BNH, representado localmente pela COHAB-PG.

Em Ponta Grossa, entre 1977 e 1982, os investimentos chegaram a um total de 6.202 habitações, enquanto que, entre 1967 e 1969, os investimentos foram de 1.203 habitações (GONÇALVES, 2000, p. 77). Mesmo com a maior participação do Estado nos projetos habitacionais, não foi suficiente para atender a crescente demanda experimentada para essa década. Enquanto a população total da cidade crescia relativamente em 47,0% e a população urbana em 54,0%, a população favelada existente passou de 2.194 em 1970, para 9.038 em 1980 com um aumento relativo de 311,9% (ver tabela 2). Os dados existentes mostram que entre 1970 e 1980, houve uma queda na participação da população rural, tanto em números absolutos quanto em sua participação relativa.

Toda essa transformação urbana que aconteceu em Ponta Grossa nesse período, veio das mudanças político-econômicas realizadas no Brasil e no Paraná, iniciadas em décadas anteriores. O Brasil experimentou um novo impulso político e econômico no período do regime militar, entre 1964 e 1984, ocorrendo um processo de nacionalização para as indústrias de base e para instituições governamentais responsáveis pela realização de infra-estrutura e no setor da habitação, além de centralização no controle do balanço de pagamentos e na abertura de créditos para novos investimentos econômicos, por parte do Estado (FAUSTO, 2002). No Paraná, os investimentos em transporte, energia e comunicação, propiciaram uma revolução no sistema de produção e na lógica de distribuição espacial intra-estadual.

No que se refere à produção agropecuária, a característica foi a concentração fundiária, a introdução de culturas mecanizadas e grande evolução tecnológica. Também ocorreu

[...] substituição de culturas do tipo 'colonial' (isto é, baseadas na utilização de terras recém-desmatadas e em técnicas relativamente



primitivas, basicamente café) por culturas 'nobres', como a soja e o trigo, tecnicamente 'modernas'. (GERMER *apud* ROLIM, 1995, p. 55).

Além da característica acima citada,

[...] a utilização de insumos modernos oriundos da atividade industrial, como máquinas, tratores, implementos, sementes selecionadas, esquemas sofisticados de comercialização e financiamento, que começavam também a mudar qualitativamente o tipo de atividade industrial existente no Paraná. (ROLIM, 1995, p. 56).

Com essa característica, o Paraná também passou a processar sua produção, atuando na fabricação de óleos vegetais, frigoríficos, alimentos em geral, madeira, rações, fibras vegetais, etc., comprovando a diversificação na produção, mesclando produtos tradicionalmente cultivados com novos gêneros industriais.

Se por um lado, aquele era o momento do surgimento do moderno *agrobusiness* na economia brasileira, sendo o Paraná um dos seus espaços, ainda vivia-se no Brasil o ciclo expansivo do "milagre econômico", em que se verificava uma tendência à desconcentração das atividades econômicas, em especial das industriais, a partir de São Paulo. Esse foi o período da expansão industrial em direção a Belo Horizonte, Salvador e outros. Também foi o período em que começaram a ser feitos investimentos no Paraná, especialmente na Região Metropolitana de Curitiba, em setores industriais novos, desvinculados da base agropecuária do estado e mais voltados para a grande indústria nacional centrada na Região Metropolitana de São Paulo. O surgimento desses novos segmentos industriais no Paraná foi inicialmente percebido como decorrente das transformações da base agropecuária, especialmente aqueles vinculados ao gênero mecânica. No entanto, o seu detalhamento mostrava a grande participação de atividades que nada tinham a ver com a agroindústria. (ROLIM, 1995, p. 56).

Essa polarização da Região Metropolitana de Curitiba para atração do setor industrial influenciou determinantemente sua região de entorno. Ponta Grossa, por sua proximidade, beneficiou-se de um lado, por agregar setores industriais tradicionais, tendo as esmagadoras de soja e indústrias de fertilizantes como pioneiras no processo de ampliação da capacidade instalada, mas prejudicou-se ao polarizar a população rural de entorno que vêem na cidade uma condição de

inserção no mercado de trabalho e de ascensão social.

Locacionalmente, em Ponta Grossa, enquanto as atividades econômicas de maior dinamismo ocuparam lugares onde a acessibilidade foi facilitada, a fim de cumprir as exigências de fluidez do capital (ou seja, próximas às rodovias), a maior parte dessa população interiorana passou a localizar-se predominantemente em áreas de ocupações irregulares na cidade.

### 3.1 Mudanças nas atividades agropecuárias e migrações campo-cidade.

As transformações político-econômicas nacionais e estaduais alcançaram efetividade quando, localmente, novas inversões foram realizadas no país na década de 1970, através da desconcentração das atividades econômicas a partir do Sudeste. Essas inversões colaboraram no sentido de estabelecer uma ampliação do mercado interno nacional, com investimentos estatais no setor de comunicação e transporte, no setor energético e em indústrias de base. Nesse processo, outras regiões do país apresentaram condições para a implantação de uma nova forma de produção, baseada na indústria. Entre elas, destacaram-se Bahia, Minas Gerais assim como o Paraná.

A política econômica adotada no Paraná trouxe um potencial desenvolvimento industrial, com forte investimento estatal na infra-estrutura de comunicações, transporte e energia, e na política de atração de novos investimentos para o setor industrial. Essas transformações alcançaram, também, as regiões agropecuárias através da mecanização do campo, com o conseqüente processo de deslocamento populacional do interior paranaense. O Paraná experimentou nesse período uma fase de emigrações predominantemente inter-regionais. A concentração fundiária e a proletarianização dos camponeses causou um forte fluxo migratório para fora do estado.

Estima-se que cerca de 1,3 milhão de pessoas deixou o estado na década de setenta, sendo que aproximadamente 700 mil dirigiram-se ao estado de São Paulo e as demais deslocaram-se para outras partes do país, especialmente Amazônia e Mato Grosso do Sul. A maioria absoluta desses migrantes saiu de áreas rurais da soja. A modernização da agricultura e a conseqüente concentração fundiária são

elementos importantes para a explicação do fenômeno. No entanto, embora nem sempre considerada pelos analistas do período, a geada negra de 1975, que liquidou com a cafeicultura, desempenhou papel decisivo nesse processo. (ROLIM, 1995, p. 57).

As migrações campo-cidade intra-estaduais ocorreram mais intensamente na região do Paraná Tradicional (região que engloba cidades como Curitiba, Ponta Grossa e Paranaguá), havendo um fluxo populacional diferenciado na Região Metropolitana de Curitiba (Tabela 4).

Enquanto o Paraná Tradicional mostrava um acréscimo relativo de 27,85% em sua população total, entre o período de 1970 e 1980, Ponta Grossa apresentava um crescimento relativo de 47,0% em sua população total. Ponta Grossa, cidade de porte médio, por seu papel de centro regional, polarizou uma parcela considerável da população rural existente na região de entorno. As causas desse processo, já apontadas, não se encontravam apenas em ações locais, pois através dos papéis regionais, ditados pelas estruturas política e econômica nacionais, em cada período de desenvolvimento econômico nacional, induzem essas ações locais.

Tabela 4 – População, taxa de crescimento e participação relativa, por grandes regiões, no Paraná – 1970/1991.

REGIÕES	População			Taxa de Crescimento		Participação Relativa		
	1970	1980	1991 <sup>1</sup>	1970/80	1980/91	1970	1980	1991 <sup>1</sup>
RMC	821.233	1.440.626	1.975.624	5,62	2,87	11,85	18,83	23,48
Norte	3.691.940	3.149.611	3.175.691	-1,59	0,07	53,28	41,29	37,73
Extremo Oeste/Sudoeste	1.198.940	1.481.958	1.491.514	2,12	0,06	17,30	19,42	17,72
Paraná Tradicional	1.217.903	1.557.197	1.772.830	2,46	1,18	17,57	20,41	21,07
TOTAL	6.929.868	7.629.292	8.415.659	0,96	0,89	100	100	100

Fonte: Censo Demográfico – IBGE, IPARDES (*apud* ROLIM, 1995).

<sup>1</sup> Resultados preliminares

A inserção da formação econômica nacional nesse contexto se faz veemente para o entendimento das práticas realizadas em Ponta Grossa. E de como sua transformação urbana encaixou-se na tentativa de integração estadual e fortalecimento da economia paranaense.

Segundo GALVÃO e VASCONSELOS (*apud* MACEDO et al, 2002), “o desenvolvimento da economia brasileira pode ser caracterizado espacialmente por quatro fases: isolamento relativo ou arquipélago regional, articulação comercial, articulação produtiva e desenvolvimento regional difuso.” A primeira fase correspondeu aos antigos complexos agro-exportadores que eram praticados em regiões pontuais do Brasil, estendendo-se até o início do século XX.

A segunda fase estendeu-se até a década de 60 com a polarização do sudeste brasileiro, principalmente São Paulo, no processo produtivo e a conseqüente formação de um mercado interno, com a finalidade principal de abastecer o mercado sudestino.

A terceira fase que correspondeu à década de 1970 e alcançou 1980, e se enquadra para o período aqui apresentado, se referiu ao processo de desconcentração espacial das atividades econômicas em relação ao centro São Paulo/Sudeste. Entre os vários fatores que induziram esse processo, conforme DINIZ (*apud* MACEDO et al, 2002), estão a formação de deseconomias de aglomeração na área metropolitana de São Paulo e criação de economias de aglomeração em vários outros centros urbanos e regiões; a ação do Estado em termos de investimento direto, incentivos fiscais e construção da infra-estrutura; a busca de recursos naturais, traduzida pelo movimento das fronteiras agrícola e mineral, com reflexos na localização de um conjunto de atividades industriais; a unificação do mercado, potenciada pelo desenvolvimento da infra-estrutura de transportes e comunicações, com efeitos sobre a competição interindustrial e a localização.

Nesse contexto, existiu para o Paraná a tentativa de um planejamento para um desenvolvimento econômico autônomo, justificado na tentativa de superar as barreiras existentes pela polarização alcançada por São Paulo/Sudeste (MACEDO et al, 2002). Esse planejamento caminhava na tentativa de superar sua posição periférica e de dar uma resposta local ao tratamento diferenciado concedido pelo governo federal ao centro dinâmico vis-à-vis à periferia.

Mas a realidade apresentada não se aliou com o supostamente planejado, já que, segundo ROLIM (1995), o Paraná apresentaria duas frentes de desenvolvimento econômico, bloqueando a tentativa de integração estadual. Essas duas frentes de desenvolvimento teriam iniciado na década de 1970, as quais ele denominou Paraná Urbano e Paraná *Agrobusiness*. Uma, do Paraná Urbano, estaria

atrelada ao desenvolvimento industrial, com grande participação dos setores industriais não diretamente ligados à agropecuária, como é o caso do setor metal-mecânico. Ocorreu preferencialmente na região do Paraná Tradicional, envolvendo a capital Curitiba e a região que sofre influência por sua polarização, indo, grosso modo, de Paranaguá até Ponta Grossa e alguns municípios no sul do estado, na direção do vale do Iguaçu. E a outra, a do Paraná *Agrobusiness*, através da expansão das fronteiras agrícolas e sua integração no restante do estado, excetuando Foz do Iguaçu, com forte desenvolvimento da agroindústria e o desenvolvimento da agropecuária no molde capitalista, como é o caso das modernas culturas da soja e do trigo (ROLIM, 1995).

Com a fase do *milagre econômico*, no início dos anos setenta, criaram-se as bases para as transformações que se estenderiam pela década de 1980. Quanto ao setor primário:

Também ocorreram importantes mudanças qualitativas [...], com a introdução de culturas tecnificadas estabelecidas sob a égide de um novo tipo de relacionamento entre agropecuária e indústria, crédito e pesquisas abundantes, que propiciaram técnica e financeiramente a ocupação de novas áreas e a transformação daquelas tradicionais. As transformações na agricultura paranaense vindas com a soja e o trigo são fruto dessas determinações. (ROLIM, 1995, p. 52).

A grande transformação na pauta de produtos da agricultura paranaense, baseada na soja e no trigo, decorreu de um processo complexo ocorrido em nível nacional, que correspondeu a uma transformação nas relações existentes entre indústria e agropecuária, em que a indústria representava o setor dinâmico dominante (Tabela 5). Por outro lado, os locais onde existiam condições prévias – terras férteis, infra-estrutura, agricultura em padrões capitalistas etc. – que permitissem responder aos estímulos, como era o caso do Paraná, foram aqueles privilegiados pelo processo.

O crescimento da produção de soja e do trigo tem justificativa na reestruturação do sistema de produção agrícola adotado no estado a partir do incremento industrial e na expansão da fronteira agrícola brasileira que avançava sobre o oeste e o sudoeste paranaense.

O papel que coube a Ponta Grossa nesse processo de reestruturação da política econômica adotada no Paraná, ficou atrelado a sua posição geográfica.

Devido à proximidade com Curitiba, beneficiou-se pelos desmembramentos do parque industrial curitibano, polarizando indústrias tradicionais como as ligadas à produção de alimentos, com destaque as grandes esmagadoras de soja, às beneficiadoras de trigo e às químicas.

Tabela 5 – Variações absoluta e relativa na área plantada dos principais produtos agrícolas no Paraná: 1970/1980.

Principais produtos	Variação absoluta (ha)	Variação percentual
Algodão	-111.413	-24,9
Arroz	-62.191	-13,4
Café	-148.400	-14,2
Cana-de-açúcar	23.222	63,2
Feijão	24.849	3,2
Milho	281.691	15,0
Soja	2.115.789	695,5
Trigo	1.312.402	456,3

Fonte: SEAB/DERAL (*apud* ROLIM, 1995 : 55).  
Org.: O Autor.

Por sua posição de entroncamento rodo-ferroviário e centro regional, segundo dados do IBGE (1977), para a década de 1970, Ponta Grossa polarizava uma área de aproximadamente 79.541 Km<sup>2</sup>, servindo a uma população de 1.500.698 habitantes. Envolvia 50 municípios com características demográficas e atividades econômicas bastante contrastantes. As áreas de baixo contingente demográfico e economia pastoril situavam-se em municípios do Planalto dos Campos Gerais e de Guarapuava, tendo como exemplo Guarapuava, Irati e Prudentópolis. As áreas densamente ocupadas, de economia agrícola, situavam-se no oeste paranaense, polarizando os municípios encontrados principalmente na extensão da BR-277, chegando até Cascavel.

Além de iniciar as atividades de beneficiamento da soja, através da instalação de grandes esmagadoras de soja, Ponta Grossa mantinha com a área polarizada, relacionamentos econômicos voltados principalmente aos fluxos agrícolas, com 45,0% do total. Na distribuição de bens e serviços, estabeleceu 25,0% dos

relacionamentos para a economia e 30,0% para a população. Implementos e máquinas agrícolas, fertilizantes e fungicidas estiveram entre os principais bens distribuídos, com os quais Ponta Grossa comercializava ou produzia. Entre os serviços voltados à população, 67% destinaram-se ao seu comércio, 48,0% procuravam médicos, 16,0% corresponderam aos serviços de ensino médio e 6,0% aos serviços hospitalares (IBGE, 1977).

Ponta Grossa esteve integrada nesse processo, quando dispôs de vantagens territoriais e tributárias para a instalação de grandes esmagadoras de soja. Foi na década de 1970 que Ponta Grossa passou a ser conhecida como a “capital da soja”<sup>5</sup>. Porém, essa terminologia cabe mais a uma tentativa de mitificar a cidade com tal propriedade, do que propriamente trazer a sociedade ponta-grossense os benefícios sociais que tal incentivo deveria estabelecer.

Como consequência, Ponta Grossa apresentou nesse período, elevadas taxas de crescimento populacional urbano. Esse crescimento urbano acabou refletindo localmente as ações realizadas em instâncias superiores, evidenciando em sua paisagem o processo de ocupação irregular e a consequente favelização de parcela cada vez maior da população residente (Tabela 1).

O predomínio locacional para essa população desfavorecida orientou-se em torno dos grotões, dos arroios e das áreas de altas declividades. Politicamente, ficou confortável para a classe dirigente, já que toda essa população ficaria “escondida” em relação aos eixos de acesso à cidade e às áreas residenciais das classes mais privilegiadas. A forma de expansão da cidade, no tocante à característica do zoneamento, ainda marcava essas zonas de pobreza com a falta de importantes equipamentos urbanos. Entre elas cita-se o acesso à água encanada, a existência de sistema de esgoto e distribuição de energia elétrica. Existia, também, a dificuldade de acesso ao centro tradicional devido ao escalonamento dos horários dos ônibus urbanos, que freqüentemente demoravam mais de uma hora para uma nova viagem. Isso para as áreas urbanas que possuíam tal serviço.

Porém, esse desenvolvimento industrial iniciado em Ponta Grossa, liderado pelas grandes esmagadoras de soja não foi suficiente para suprir as demandas por emprego geradas por essa população interiorana, em sua maioria semi-analfabeta,

---

<sup>5</sup> Sobre a mitificação da soja como símbolo de desenvolvimento de Ponta Grossa, ver MONASTIRSKY (1997 : 69).

sem qualificação para seu ingresso no mercado de trabalho, ocorrendo um aumento em serviços informais e um achatamento nos níveis.

Essa configuração territorial apresentada por Ponta Grossa alcançou a década de 1980 com déficit social. A oferta de empregos na indústria diminuiu nessa fase assim como no setor agropecuário. Apenas o setor terciário apresentou uma evolução no número de empregos (Tabela 3). Um dos setores responsáveis para essa tendência são os transportes. O re-aparelhamento do porto de Paranaguá, assim como o aumento na produção de soja e trigo alcançado durante a década de 1970 trouxeram uma demanda para a área de transporte, por elevar a necessidade de escoamento dessa produção.

Então, durante a década de 1980, Ponta Grossa experimentou um desenvolvimento no setor de transportes e a tentativa de uma nova mitificação foi elaborada para Ponta Grossa. A nova tendência era apresentar Ponta Grossa como a “cidade do caminhão”, mais um símbolo ufanista que não traria grande repercussão social, em termos de ganho econômico e social.

Mesmo contribuindo para o desenvolvimento de capitalistas locais, já que algumas famílias ponta-grossenses beneficiaram-se desse processo com a criação de importantes transportadoras, revendedoras de caminhões e lojas de reparo de peças e motores, esse setor não movimentou um grande saldo econômico quanto o setor secundário. Os números de empregos e estabelecimentos gerados nesse período elevaram os números de algumas atividades ligadas a esse setor.

### 3.2 A função de Ponta Grossa como entroncamento rodo-ferroviário

O papel de entroncamento rodo-ferroviário com o qual Ponta Grossa ficou estigmatizada, beneficiou-a social e economicamente através de toda uma infraestrutura criada em função dos transportes. Primeiro, com uma expansão urbana incitada pelo sistema ferroviário de transporte, que trouxe à Ponta Grossa, durante a primeira metade do século XX, um crescente desenvolvimento econômico, político e social. Após a década de 1970, é o sistema rodoviário que despertará um novo setor para o desenvolvimento econômico local, já que no aspecto social, o desenvolvimento se mostra mais lento em relação ao período do primeiro sistema de



transporte.

Transportadoras, empresas de ônibus interurbano e intra-urbano, lojas especializadas, oficinas de reparo e manutenção, lojas de autopeças, revendedoras autorizadas estão entre os principais equipamentos que fornecem suporte a esse importante setor econômico. A maior parte dessa infra-estrutura desenvolveu-se, principalmente, na região lindeira à BR-376, na região noroeste da cidade, abarcando toda a extensão da avenida Souza Naves, e ao norte da cidade, pela PR-151, aparecendo nessa via algumas metalúrgicas e cooperativas. Esse tipo de uso, o de transportes, estendeu-se pela BR-376, através da zona oeste da cidade, pelo trecho da rodovia Presidente Kennedy, mesclando-se aí com algumas atividades industriais. A BR-376, denominada rodovia do café, é a rodovia que propicia maior fluxo à Ponta Grossa, pois possibilita sua interligação com o norte paranaense (principalmente a zona de influência de Londrina) à capital do estado. Numericamente, as duas regiões com os maiores índices de desenvolvimento econômico do estado.

Essa transferência de sistemas de transportes fez parte dos projetos de industrialização e urbanização realizados no Brasil desde a revolução de 30. Porém, não é apenas com o impulso ao desenvolvimento da indústria automobilística e os pesados investimentos em transporte e comunicação realizados no Brasil e também no Paraná, que Ponta Grossa conseguiu manter seu papel de entroncamento rodoviário. As instalações de indústrias de grande porte colaboraram com esse processo, ao polarizarem em Ponta Grossa o beneficiamento de grande parte da soja cultivada no Paraná.

Com a reestruturação do parque industrial paranaense e a integração estadual através da ampliação e melhoramento do sistema rodoviário, de telecomunicação e na ampliação do sistema de energia elétrica, Ponta Grossa continuou se destacando regionalmente. Esse destaque justificou-se, para esse momento, por sua posição geográfica, que além de entroncamento ferroviário, passou a ter em seu sistema viário o cruzamento de importantes rodovias, interligando o interior paranaense com a capital Curitiba e o porto de Paranaguá. Essa reestruturação da economia paranaense através da implementação de novos aparatos técnicos como aqueles ligados às atividades industriais, assim como o reaparelhamento de sua estrutura viária trouxe à Ponta Grossa um novo significado diante das mudanças econômicas no estado e no país.

No Brasil, segundo SANTOS; SILVEIRA (2001), a abertura de rodovias se deu inicialmente como complemento das ferrovias, sendo utilizadas em sua grande maioria para transporte de produtos entre as fazendas produtoras e as estações ferroviárias. Essas estradas eram em sua totalidade não pavimentadas. A tentativa de processo de integração nacional para complementar as exigências do capital internacional alcançaram grande desenvolvimento a partir da década de 1930.

Nesse contexto, a partir da segunda metade da década de 1950, o governo de Juscelino Kubitschek estimulou a industrialização no país levando-o a um novo patamar de desenvolvimento, com investimentos estrangeiros em áreas consideradas prioritárias: indústria automobilística, transportes aéreos e estradas de ferro, eletricidade e aço (FAUSTO, 2002, p. 236).

Vista em termos numéricos e de organização empresarial, a instalação da indústria automobilística representou um inegável êxito. Porém ela se enquadrava no propósito de criar uma “civilização do automóvel” em detrimento da ampliação de meios de transporte coletivo para a grande massa. A partir de 1960 a tendência a fabricar automóveis cresceu, a ponto de representar quase 58% da produção de veículos em 1968. Como as ferrovias foram na prática abandonadas, o Brasil se tornou cada vez mais dependente da extensão e conservação das rodovias e do uso dos derivados do petróleo na área de transportes. (FAUSTO, 2002, p. 237)

O desenvolvimento desse setor no processo de reestruturação territorial brasileira levou o Paraná a tomar decisões políticas acertadas quanto ao desenvolvimento industrial. O Paraná Tradicional, gozando de condições pretéritas, teve na década de 1960, uma fase de reestruturação para o novo ciclo de desenvolvimento que estaria por vir. Com a unificação do mercado nacional através de melhorias nos sistemas de transporte e sua integração, além do incentivo à industrialização, o Paraná intensificou obras em infra-estrutura no setor energético e de transportes, procurando integrar internamente o estado. “Entre 1950 e 1970 praticamente quadruplicou a extensão rodoviária regional, o que dá uma dimensão de importância que vem assumindo esse setor de transporte terrestre, mormente se atentarmos para o fato de que a rede ferroviária se manteve quase estacionária” (IBGE, 1977, p. 265). Outro indicador da importância do setor dos transportes no Paraná foi uma evolução no número de veículos rodando nas estradas paranaenses (Tabela 6). Entre 1950 e 1970, o número de automóveis aumentou em mais de sete

vezes, o número de ônibus aumentou em duas vezes e meia, enquanto o número de caminhões cresceu pouco mais de quatro vezes.

Tabela 6 – Ampliação da rede rodoviária e aumento do número de veículos – Paraná.

<b>Anos</b>	<b>Extensão Rodoviária (Km)</b>	<b>Automóveis</b>	<b>Ônibus</b>	<b>Caminhões</b>
1942*	74.229 <sup>1</sup>	17.380	1.219	11.757
1952	77.643	64.619	3.553	41.618
1960	135.347	117.689	4.787	71.943
1970	297.671	467.225	9.187	172.550

Fonte: IBGE – Anuário Estatístico, 1953 – 1961 – 1971.

<sup>1</sup> 1943.

\* Cf. Geografia dos Transportes no Brasil. IBGE.

Nessa reestruturação, Ponta Grossa, mesmo perdendo influência como entreposto comercial, devido ao crescimento de cidades principalmente no norte do estado, se portou como encruzilhada de importantes rodovias que ligaram o oeste e o norte do estado, além das regiões centro-oeste e sudeste brasileiras, com Curitiba e com o porto de Paranaguá.

Este deslocamento regional da economia paranaense é fundamental na história econômica de Ponta Grossa, pois determina o início do retrocesso econômico da Região Sul, em benefício da ascensão da Região Norte. Este processo interfere na economia de Ponta Grossa em três pontos básicos: primeiro com a estagnação econômica de uma região que tinha em Ponta Grossa um dos seus centros principais; segundo, Ponta Grossa passou a ser uma das principais cidades receptoras da mão-de-obra ociosa da região, e terceiro, a vinculação e readaptação da cidade ao sistema de transporte integrado à economia da região Norte, que Ponta Grossa passou a desenvolver, inicialmente com o café – quando este produto, na fase final do seu ciclo, passou também a ser escoado pelo porto de Paranaguá -, e posteriormente com a soja. (MONASTIRSKY, 1997, p. 31).

Essa reestruturação do sistema viário paranaense é importante no

entendimento do rearranjo espacial alcançado no Paraná e que interfere na dinâmica social e econômica de Ponta Grossa.

Com uma discussão já realizada sobre os dois primeiros enfoques estabelecidos por MONASTIRSKY (1997), na citação anterior, cabe aqui uma explanação sobre a importância de Ponta Grossa no rearranjo espacial do sistema econômico paranaense em função da melhoria no sistema rodoviário. Dentro desse enfoque, deve-se considerar o re-aparelhamento do sistema viário paranaense juntamente com a reestruturação do Porto de Paranaguá, principal modal de escoamento para a produção paranaense destinada à exportação. O sistema rodoviário teria a função de interligar as zonas agrícolas do Paraná ao Porto de Paranaguá, efetivando a tendência de investimentos em propriedades monocultoras, com a utilização de técnicas modernas e voltadas à exportação.

Segundo o histórico do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) (DER/PR, 2004), o Paraná apresentaria planejamento para a interligação estadual desde o período pós-guerra. Sob o Decreto-Lei nº 547 foi criado em 1946 o Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER/PR), órgão governamental de fomento às obras de abertura e manutenção de rodovias no Paraná. Através do DER/PR, o governo estadual de Moysés Lupion (1947-1951) criou o Plano de Transporte que tinha como objetivo a circulação dos produtos agrícolas. Devido à deficiência nesse setor, se comportava como fator de estrangulamento para o desenvolvimento da economia paranaense.

Em 1956, o ex-presidente Juscelino Kubistchek, através do DNER, aprovou o Plano Quinquenal de Obras Rodoviárias (1956-1960). Seu correspondente no Paraná foi o Plano de Obras Novas, baseado em estudos sobre a produção agrícola e mineral e sobre a densidade demográfica.

Com uma reformulação em 1958, esse Plano sofreu modificações, pois após a década de 1960, a preocupação com a industrialização tornou-se ponto de pauta para a economia paranaense, necessitando esta instalar e ampliar a infra-estrutura básica, compreendendo energia elétrica e pavimentação de rodovias.

A principal obra rodoviária da década de 1960 foi a construção da BR-376, a rodovia do café, ligando o Porto de Paranaguá a Paranavaí, no noroeste do estado. Essa e outras obras realizadas nesse período foram sustentadas com investimentos da CODEPAR – Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná (criada em 1962), com apoio financeiro de instituições governamentais americanas, como a

Aliança para o Progresso.

Segundo DER/PR (2004):

Nas gestões governamentais seguintes, há uma preocupação cada vez maior com o planejamento econômico e social do Estado e com a formulação de uma política desenvolvimentista regional, integrada aos planos nacionais de desenvolvimento. A partir de 1975, torna-se mais clara a proposta de uma reforma administrativa e de um programa de governo, no qual se combinam simultaneamente os interesses federais e estaduais, públicos e privados (DER/PR, 2004).

Com a tendência do DNER delegar a conservação das rodovias aos órgãos estaduais, o DER/PR promoveu entre 1976 e 1978 o Programa de Pavimentação de Rodovias Alimentadoras, para implantação de 1.120 quilômetros de rodovias componentes do Plano Rodoviário Estadual, posteriormente, pavimentadas. O recurso foi obtido através de empréstimos junto ao BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento. Outros programas ainda contribuíram para a crescente pavimentação e conservação de rodovias no Paraná, como é o exemplo do Programa Especial de Rodovias Municipais e Intermunicipais para o escoamento de Safras (PROSSAFRASS). Este programa foi um convênio estabelecido entre o DER/PR e as prefeituras municipais tendo por objetivo a execução e pavimentação de estradas atreladas aos planos de escoamento das safras e a intercomunicação de regiões.

Nesse período, portanto, predominaram os investimentos voltados as regiões que se interligavam pelo desenvolvimento da agricultura para exportação e para interligação entre regiões intra-estaduais. A partir da década de 1980 outros programas foram instituídos sempre em busca de soluções para a integração das zonas rurais produtoras, tendo em vista a interligação entre as regiões intra-estaduais.

Fazendo parte da reestruturação territorial paranaense, juntamente com o reaparelhamento das rodovias, aparece o Porto de Paranaguá como alternativa para o escoamento da produção agrícola paranaense voltada à exportação.

O Porto de Santos detinha até o final da década de quarenta, mais de 60% das exportações de café do Brasil. A maior participação do Paraná nas exportações desse produto somente aconteceu com a construção da 'Rodovia do Café' (BR-376), em 1961, que passa por Ponta Grossa, e com a ampliação e aparelhamento do Porto de

Paranaguá. Durante os anos sessenta, ocorre uma maior equanimidade entre a participação dos Portos de Santos, Paranaguá e outros (Rio de Janeiro e Vitória), na movimentação das exportações de café. (MONASTIRSKY, 1997, p. 33).

Essa nova configuração territorial paranaense, através do incremento material e técnico, manteria a participação de Ponta Grossa como entreposto comercial entre as regiões produtoras e os pontos de escoamento da produção. Mesmo perdendo importância com o desenvolvimento de outras cidades, principalmente no norte do Paraná, que alcançaram tal posição de destaque face à produção e comercialização do café, até então, pauta principal das exportações nacionais.

Esse re-aparelhamento do Porto de Paranaguá e a ampliação da rede rodoviária paranaense, aliada ao processo de ampliação da capacidade industrial instalada, Ponta Grossa experimentaria uma mudança nos comportamentos econômico e social locais. Enquanto a cidade redefiniria o direcionamento de captação de tributos e de elevação do PIB local através do fomento ao desenvolvimento do setor secundário, o comportamento social ficaria comprometido.

A polarização regional de Ponta Grossa, devido ao crescimento no número de grandes indústrias, atraiu uma grande parte da mão-de-obra ociosa das regiões de antiga produção de erva-mate e de extração de madeira, que nesse período estavam em fase de declínio. O contingente populacional, adicionado à cidade com a migração campo-cidade, ficou caracterizado por pessoas de baixo grau de escolaridade e sem formação técnica coerente para satisfazer a demanda dos empregos gerados na indústria. Mesmo com a criação de instituições voltadas para o ensino técnico, tendo como exemplo o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Social da Indústria (SESI) e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o número de empregos gerados pela indústria não foi suficiente para contemplar toda a população vinda da região polarizada.

Enquanto o setor secundário respondia por 25,6% dos empregos, em 1970, o setor terciário apresentava uma taxa de 62,9% para o mesmo período. Em 1980 o setor secundário passou a representar 30,9% dos postos de trabalho, enquanto o setor terciário experimentou uma diminuição em sua participação, correspondendo a 61,9% da força de trabalho (Tabela 3).

Essa realidade não foi exclusiva de Ponta Grossa, pois, o país como um todo passou por essa reestruturação face à industrialização dependente e ao inchaço

demográfico nas cidades de médio e grande porte. Como meio de tentar solucionar os problemas habitacionais gerados por esse crescimento demográfico urbano, o governo continuou investindo na área de construção civil voltada às populações de baixa renda. Tanto fez, que para o período de 1968 a 1980, Ponta Grossa experimentou a superação dos investimentos estatais em projetos habitacionais quando comparados aos investimentos privados, tendo participação direta do BNH, representado no Paraná pela COHAPAR.

### 3.3 O financiamento habitacional e sua influência no espaço da cidade.

A fase de construção de conjuntos habitacionais para a década de 1970 efetivou-se em 1976, com as alterações na lei nº 2.839, sobre parcelamento e desmembramento do solo urbano, criando a ZR-4, Zona Residencial Quatro. Regulamentada no artigo 34, parágrafo 2º, e destinada exclusivamente a conjuntos habitacionais de interesse social, essa lei tornava obrigatório a testada mínima de onze metros de frente e área mínima de 275 m<sup>2</sup> para os terrenos residenciais (GONÇALVES, 2000).

Esses conjuntos habitacionais de interesse social distribuíram-se preferencialmente nas zonas periféricas da cidade, compreendendo entre 1977 e 1983 a construção de 6.181 unidades habitacionais (Tabela 7), abrangendo a segunda fase da política habitacional em Ponta Grossa, segundo divisão de GONÇALVES (2000). Esses conjuntos habitacionais seguiram a tendência de quebrar o crescimento contíguo à área urbanizada, tendo suas localizações distribuídas de modo análogo ao conjunto 31 de Março, ou seja, foram construídos em áreas descontínuas à área urbanizada.

Para se ter noção da espacialidade criada na distribuição desses conjuntos habitacionais, primeiramente destaca-se a implantação daqueles conjuntos que foram distribuídos pela zona oeste da cidade. Distribuídos mais precisamente a oeste da BR-376, trecho rodovia Presidente Kennedy, exemplifica-se essa fase com a construção dos conjuntos habitacionais Santa Paula I (1979), Santa Paula II (1981) e Santa Paula III (1982), somando 1.901 casas no total. Ainda na zona oeste da cidade, também foram construídos os conjuntos Santa Maria (1981) com 600 casas

e o conjunto Santa Terezinha (1981) com 492 casas. Somadas as unidades habitacionais desses cinco conjuntos, acabou por apresentar em sua totalidade, a área urbanizada de maior desenvolvimento para esse período.

Tabela 7 – Conjuntos habitacionais construídos na cidade de Ponta Grossa no período de 1977/1982.

<b>CONJUNTOS HABITACIONAIS</b>	<b>Nº DE UNIDADES HABITACIONAIS</b>	<b>COMPANHIA</b>	<b>MERCADO</b>	<b>ANO</b>
DAL'COL	187	COHAPAR	ECONÔMICO	1977
MONTEIRO LOBATO	768	COHAPAR	ECONÔMICO	1978
SANTA PAULA I	1467	COHAPAR	POPULAR	1979
DAVID FEDERMANN	197	COHAPAR	ECONÔMICO	1981
SANTA PAULA II	234	COHAPAR	POPULAR	1981
SANTA TEREZINHA	492	COHAPAR	POPULAR	1981
SANTA MARIA	600	COHAPAR	POPULAR	1981
RIO VERDE	770	COHAPAR	POPULAR	1981
SANTA LUZIA	576	COHAPAR	POPULAR	1981
SANTA PAULA III	200	COHAPAR	POPULAR	1982
BORTOLO BORSATO	352	COHAPAR	POPULAR	1982
Lotes isolados – FICAM	338	COHAPAR	POPULAR	1980-83
TOTAL DE MORADIAS	6181			

FONTE: PROLAR, COHAPAR E CEF – 1999.

Org.: João Douglas Gonçalves

Numa faixa lindeira à avenida Souza Naves, a noroeste da cidade, encontra-se, ainda, o conjunto Santa Luzia (1981), com 576 unidades habitacionais, mostrando o dinamismo que essa zona da cidade estava iniciando e que alcançaria um crescimento substancial na década de 1980. Esse crescimento habitacional efetuado nas zonas noroeste e oeste da cidade, justapondo-se à distribuição das



atividades econômicas, estaria atrelado ao desenvolvimento do setor terciário, destacando a posição dos equipamentos e atividades ligadas, principalmente, ao setor de transportes.

Em contraposição, outra faixa de construção de conjuntos habitacionais limitou-se à periferia da zona leste da cidade, tendo a construção de dois conjuntos com padrão urbanístico mais elevado que os anteriormente descritos. Foram os casos dos conjuntos Dal' Col (1977) e David Federmann (1981), que somavam 384 unidades habitacionais, porém já apresentavam ruas asfaltadas com iluminação pública, coleta de lixo, linha de ônibus, além de apresentarem índices construtivos mais elevados que os conjuntos estabelecidos na zona oeste da cidade, onde o predomínio das atividades econômicas de grande e médio porte foi sendo estabelecido, preferencialmente.

Entre o bairro Uvaranas e o conjunto 31 de Março, foi criado um novo conjunto habitacional denominado Rio Verde (1981). A construção do conjunto Rio Verde, com 770 unidades habitacionais, veio como acréscimo à especulação imobiliária exercida na cidade, por propiciar a formação de vazios urbanos entre a área de sua localização e o centro da cidade. Esse fenômeno tende a elevar o custo social na cidade, quando essa população residente da periferia demanda maiores investimentos para a ampliação dos equipamentos e serviços urbanos ainda inexistentes. Outro conjunto habitacional com essa característica foi o Bortolo Borsato (1982), construído em área muito afastada da cidade, situado a sudeste do bairro Uvaranas e que também propiciou a formação de vazios urbanos entre essa área e o centro da cidade.

Como já citado, no norte da cidade, mais precisamente no bairro Jardim Carvalho, foi construído o conjunto Monteiro Lobato, o primeiro conjunto habitacional verticalizado da cidade, erigido com investimento estatal. Esse conjunto tinha a capacidade de 768 unidades habitacionais e foi destinado às famílias de classe média. Porém, a zona norte da cidade não apresentou um aumento expressivo no número de atividades econômicas para esse período. O predomínio de atividades econômicas ainda se manteve nas antigas estruturas produtivas, sendo predominante a presença de madeireiras e marmorarias, por exemplo. Dessa forma, o conjunto Monteiro Lobato situava-se em uma posição ligeiramente afastada do centro da cidade, atestando a veracidade sobre a especulação imobiliária e a criação de vazios urbanos.

A maioria desses conjuntos seria destinada a suprir a carência de mão-de-obra nas regiões onde o crescimento de novas atividades econômicas era expoente. Porém, essa intenção mostrou-se frustrada, quando as instituições responsáveis pelos projetos habitacionais adotaram a renda como parâmetro na venda das habitações. Esta atitude afetou diretamente o processo de inclusão-exclusão social, ao eleger aquelas famílias com renda suficientemente alta para cumprir as exigências das formas de parcelamento, na aquisição do imóvel, e deixando de atender a parcela mais carente da população. Só que essa parcela da população, com condições de cumprir as exigências das formas de pagamento, tinham predominantemente seus empregos localizados na área central e em outras regiões da cidade. Justamente onde a existência de atividades econômicas era mais densa. Um exemplo é o que aconteceu com o bairro Nova Rússia, que se tornou um subcentro comercial da cidade. Ou nas zonas oeste, sudoeste e sul da cidade, onde predominaram as instalações das maiores e mais importantes indústrias.

A extensa distribuição horizontal das novas habitações e a distância a ser percorrida no trajeto casa-trabalho, trouxe a necessidade da ampliação do sistema de transporte coletivo urbano, que desde cedo mostrava o corporativismo existente na cidade. Essa afirmação fica comprovada através da ação monopolista concedida à empresa Viação Campos Gerais, que desde o início de suas atividades, aparece como detentora exclusiva de todo o sistema de transporte coletivo urbano da cidade.

Com essa resultante, somada aos padrões de construção encontrados nos novos loteamentos que, além do índice construtivo mínimo, possuíam a característica de não serem contemplados em sua totalidade com os equipamentos urbanos básicos garantidos em lei. Acontece que os conjuntos habitacionais de interesse social, por serem direcionados a famílias de baixa renda, geralmente são construídos sem ruas pavimentadas, sem meio-fios, ou ainda faltando a ligação desses loteamentos com a rede de esgotos<sup>6</sup>, para citar alguns exemplos.

Não fossem esses problemas, outra questão despontou como relevante na questão da exclusão social e espacial que o processo de expansão horizontal e

---

<sup>6</sup> A distribuição de equipamentos urbanos e as condições de vida nas áreas habitacionais de interesse social foram bem expostas por GONÇALVES, J. D. **Política habitacional e espaço urbano** : cidade de Ponta Grossa – Paraná. Florianópolis : UFSC, 2000. Dissertação de Mestrado.

desordenada da cidade alcançou. A construção de todos os conjuntos aqui destacados apresentou divergência de âmbito social, quando se compara o público alvo a quem se destinavam e o padrão de moradores que efetivamente ocuparam as novas residências, ao representarem estes, uma parcela da população que constituía parte da demanda solvável.

Apesar de serem destinadas a apenas uma categoria de trabalhadores, as unidades habitacionais passaram a abrigar diversas categorias de trabalhadores, devido à falta de demanda da categoria designada a adquirir o imóvel financiado. (GONÇALVES, 2000, p. 81).

Tal procedimento adotado para a distribuição das moradias tornou-se mais um fator favorável à especulação imobiliária. Mas, essa acentuada especulação imobiliária não foi exclusiva de Ponta Grossa, sendo esta, apenas um dos vértices onde despontou uma sucessão de fenômenos, que fizeram parte mesmo, da história da apropriação da terra no Brasil.

Sobre o processo de especulação imobiliária e as formas de renda da terra no Brasil, interessante é a citação de CAMPOS FILHO:

Como se sabe, a especulação imobiliária urbana, de um modo geral, é, no quadro do capitalismo, uma forma pela qual os proprietários da terra recebem uma renda transferida dos outros setores produtivos da economia, especialmente através de investimentos públicos na infra-estrutura e serviços urbanos, que são os meios coletivos de produção e consumo ao nível do espaço urbano. Nas economias capitalistas em vias de industrialização, essa transferência corresponde, pelos níveis muito altos que alcança, a um freio substancial ao processo de desenvolvimento da indústria e da agricultura, que são os setores produtivos geradores da riqueza social. Isso ocorre pelo fato de essa transferência retirar-lhe significativa capacidade de investimento produtivo, além de gerar expressivas deseconomias urbanas. Estas, além de aumentarem os custos de produção das empresas, provocam um custo social elevado, uma verdadeira dilapidação da força de trabalho. Aumentam-se desse modo os custos de produção em geral e reduz-se, também, a capacidade pública e privada de investimentos produtivos, esterilizando-se parcela importante da poupança interna, fazendo o Brasil mais dependente da poupança estrangeira. (CAMPOS FILHO, 1999, p. 48).

Mas SINGER (1982) nos esclarece sobre a procedência da valorização do solo urbano. Ele deixa claro que a propriedade privada da terra é condição primeira

para se estabelecer os meios de produção, através dos quais o lucro é obtido pela exploração da força de trabalho. É nestas condições que o capital gera lucro. Portanto, afirma SINGER (1982), o capital imobiliário é um falso capital ao gerar renda através da monopolização do acesso a uma condição indispensável às atividades de produção.

Este caráter da propriedade imobiliária na economia capitalista não aparece de imediato, porque ela raramente se apresenta em sua forma 'pura', ou seja, como propriedade de uma extensão de solo urbano intocada pela mão do homem. Quase sempre a propriedade imobiliária urbana é dotada de certas benfeitorias – ela é desmatada, arruada, cercada e não poucas vezes construída –, o que dá a impressão que o seu 'valor' resulta das inversões feitas nestas benfeitorias. Mas, na realidade, a influência de tais inversões sobre o 'valor' do imóvel muitas vezes é negligenciável. Para perceber isso, basta lembrar que imóveis com as mesmas benfeitorias podem ter preços completamente diferentes, conforme sua localização. É comum que o preço de um imóvel seja constituído inteiramente pelo 'valor' do terreno, pois o valor da construção, em termos de materiais usados, pode não cobrir sequer o custo de sua demolição. (SINGER, 1982, p. 22).

Tal citação esclarece, de modo geral, como o processo de especulação imobiliária é realizado sobre a produção do solo urbano. Porém, ainda existe o papel do poder municipal na regulação da terra urbana, agindo como uma barreira ao fenômeno de livre especulação. Esse entrave se dá através da sanção de leis que estabelecem regras para o zoneamento e parcelamento do solo urbano. Porém, mesmo a legislação municipal se desenvolveu baseada em diretrizes criadas e orientadas pela Constituição Federal e pelas leis estaduais. Assim, o papel do Estado frente às decisões políticas e econômicas se faz de fundamental importância, quando a reflexão sobre o processo de produção do espaço urbano e suas relações com a forma de reprodução da sociedade, torna-se relevante quando atinge um elevado nível de complexidade.

### 3.4 As novas funções do Estado e suas implicações no espaço urbano.

O Brasil, que teve seu processo de urbanização atrelado a uma

industrialização econômica e politicamente dependente, apresentou características próprias quanto à natureza de seu desenvolvimento sócio-econômico. O sistema agro-exportador que o Brasil praticara durante longo período mostrou sinais de enfraquecimento quando, durante o desenrolar das duas Guerras Mundiais e as constantes crises internacionais neste período, apresentou dificuldade em exportar seus produtos excedentes (FAUSTO, 2000). O modo como o Brasil adaptou sua economia, juntamente com as numerosas imigrações, transformou o caráter antes exclusivamente agro-exportador, fazendo com que os capitais concentrados aqui e vindos do exterior fossem direcionados para investimentos internos, inicialmente em uma indústria de bens de consumo.

Em um caso ideal, os cidadãos têm direito às benfeitorias urbanas sejam elas de acesso à moradia, ao trabalho ou aos serviços coletivos. Entretanto, ao observar a situação do espaço nacional após as décadas de 1960 e 1970, verificou-se a extrapolação do espaço urbano sobre o rural, principalmente o que diz respeito à concentração populacional nas cidades. O Estado agindo como interventor na industrialização-urbanização brasileira, incentivou o fortalecimento de grupos hegemônicos e, assim, permitiu o desenvolvimento pontual de setores da economia, relegando às cidades o ônus da resolução dos problemas populacionais. Entre as causas existentes, destacaram-se aquelas geradas tanto pela migração campo-cidade, ocasionada pela mecanização no campo e o aumento no tamanho das áreas agrícolas e na quantidade das grandes propriedades, quanto aos próprios problemas urbanos como acesso à habitação, ao trabalho, aos serviços coletivos e na disputa política pelos interesses de classe (CAMPOS FILHO, 1999).

O estabelecimento de políticas urbanas no Brasil, estando intimamente ligadas ao papel centralizador que o Estado exercia em sua forma *keynesiana*, acabava por agir como limitador aos objetivos de máxima lucratividade do capital. Os capitais privados, segundo essa relação, submeteram suas operações às regras e limitações emanadas pelos Estados nacionais (SINGER, 2000).

O comportamento do Estado brasileiro e de suas políticas urbanas agiu (e continua a fazê-lo) no sentido de favorecer esse tipo de relação com o uso da terra. Historicamente, o processo de ocupação da terra no Brasil iniciou no período imperial, onde a ocupação se dava por concessões denominadas sesmarias e “datas” - concessões urbanas, fundamentadas na utilização funcional desses sistemas de ocupação.

A apropriação das sesmarias era mediada pela Coroa Portuguesa, através da Câmara e eram inscritas na lei (lei dos livros). Para as datas não havia uma legalidade, mas sim uma legitimidade inscrita na prática social (lei-em-ação), estabelecida desde o período colonial, e a natureza complementar da livre ocupação e do sistema sesmarial, constituíram aspectos fundamentais da lei de propriedade urbana no Brasil.

A Independência, em 1822, levou a queda do sistema sesmarial, tornando-se oficial o sistema de posse de terras devolutas. Em 1850, é estabelecida a Lei das Terras que oficializava as posses que eram divididas entre posses oficiais e o apossamento informal.

As primeiras leis estabelecidas ainda na República Velha relacionavam-se à posse da terra, e as leis seguintes se relacionavam ao estabelecimento e posse dos sítios urbanos, e depois, os padrões de construção civil e também de tráfego/trânsito urbano, que cada vez mais serviam como diferenciadores de classes sociais distintas, isto ocorrendo já na fase de República após 1930.

Após esse período de implantação da Lei das Terras modificou-se o sistema de urbanização, já que a propriedade passou a ter valor de mercadoria, exigindo a mudança em uma forma mais precisa na demarcação dos loteamentos e ruas, onde mais tarde criaram-se padrões para a construção de edifícios.

As ruas ou vias de acesso foram estabelecidas de acordo com sua função e não mais com sua relação ao domínio ou propriedade, enquanto os conceitos de urbano e rural estavam ligados ao padrão de construção estabelecido. Desta feita, sancionou-se que edifícios – feitos de material e com padrões de construção e assim legalizados - estabeleciam o espaço urbano, e casas – geralmente feitas de madeira – caracterizavam o espaço rural.

Mas inflamou-se uma preocupação por parte da classe dominante, quanto ao modo de vida que levavam. Levantou-se, então, a questão dos acessos a lugares distintos para esta classe e a higienização e saneamento dos ambientes, já que nesta época existia uma aglomeração de pessoas no centro da cidade, consideradas infectadas e violentas, formadas por grupos de afro descendentes e de proletários europeus. Dentro deste enfoque que surgiram legislações baseadas nas condições do saneamento cujo levantamento foi feito por médicos e, analogamente, associaram os ambientes degradados aos grupos sociais menos favorecidos (ROLNICK, 1997).

Essa última forma de procedimento descrita levou as cidades brasileiras (com Rio de Janeiro e São Paulo em destaque) a executarem grandes planos de reestruturação urbana, afastando as populações menos favorecidas para áreas cada vez mais distantes das áreas comerciais e administrativas da cidade.

Esse histórico sobre a questão das políticas urbanas adotadas no Brasil só certifica um processo crescente de exclusão social e espacial. Esse posicionamento do Estado brasileiro, em privilegiar a elite capitalista brasileira, traria um significado único em seu papel, trazendo a necessidade de um enfoque mais pormenorizado de sua ação, quando do decorrer do período 1968-1980. Esse período, como já destacado, reconhecia um Estado absolutamente centralizador, que, além de privilegiar a elite capitalista brasileira, também intensificava suas relações com o capital norte-americano através das relações militares entre os dois países.

#### 4 A DÉCADA DE 1980.

Ponta Grossa, durante a década de 1980, apresentou crescimento urbano preferencialmente na área habitacional. Esse fato decorreu da necessidade de assentar um contingente populacional derivado das ondas migratórias que se sucederam nas décadas anteriores. Outro fator importante foi uma necessidade de suprir a demanda por postos de trabalho, criados em Ponta Grossa, através do incremento nos setores secundário e, principalmente, terciário. Esse fenômeno aconteceu em âmbito nacional, a partir da desconcentração industrial do Sudeste brasileiro.

O crescimento econômico alcançado para esse período já não foi tão intenso quanto o período anterior. Ponta Grossa, por ter tradicionalmente uma base industrial no beneficiamento de madeira e, mais recentemente, na industrialização de produtos alimentares, sofreu o impacto gerado na reestruturação que estava acontecendo no Paraná. A justificativa encontra-se nas observações de ROLIM (1995), que mostrou haver uma contínua mudança na estrutura industrial paranaense, mesmo tendo uma graduação lenta para a década de 1980, ocorrendo uma concentração das indústrias mais modernas e dinâmicas na Região Metropolitana de Curitiba.

Em 1980, madeira e produtos alimentares respondiam por cerca de 40% do Pessoal Ocupado do Paraná. Em 1985, esses dois gêneros, ainda os mais importantes, respondiam por 34%. A Região Metropolitana já apresentava estrutura diferente: minerais não-metálicos e madeira respondiam por apenas 24%, em 1985, 25% do Pessoal Ocupado já estava nos gêneros minerais não-metálicos e mecânica. Além disso, aumentava rapidamente a participação de gêneros considerados mais modernos e principalmente mais distantes da base agropecuária do estado na estrutura industrial da Região Metropolitana. (ROLIM, 1995, p. 68).

Quanto à população, Ponta Grossa apresentou índices mais tênues de crescimento demográfico do que em relação ao período anterior. Em números absolutos a população aumentou, mas sua participação relativa caiu em relação à década anterior.

Enquanto a população total em 1970 foi de 126.940 habitantes, em 1980,



Ponta Grossa contava com 186.647 habitantes. Portanto, apresentou um crescimento relativo de 47,0% durante o decorrer da década de 1970. Em 1991, Ponta Grossa estava com 233.984 habitantes. Houve, então, um crescimento relativo de 25,4%, havendo, portanto, um decréscimo no saldo demográfico durante a década de 1980, quando analisada a participação relativa. Dessa forma, a população urbana apresentou um crescimento relativo de 28,2% para a década de 1980 contra 54,0% para a década de 1970. A população rural já havia sofrido decréscimo na década de 1970, perdendo 6,7% dos rurais, enquanto na década de 1980 esse decréscimo acentuou-se em 10,1%, transferindo desse decréscimo relativo a um decréscimo absoluto da população (Tabela 1).

Economicamente, Ponta Grossa ampliou sua participação relativa quanto à geração de empregos no setor terciário, enquanto a indústria reduziu sua participação relativa na geração de empregos.

A criação do PLADEI, no final da década de 1960, surtiu efeito positivo no que tange ao incentivo de desenvolvimento industrial, porque contribuiu para o crescimento no número de indústrias e conseqüentemente de empregos nesse setor, mas já não foi tão dinâmico para a década de 1980. Em 1970, o setor secundário correspondia a 25,6% do total de empregados inseridos no mercado formal, enquanto que o setor terciário representava 62,9%, com o setor primário participando com apenas 11,5%. Em 1980, o setor secundário sofreu um acréscimo em sua participação, quase dobrando o número de trabalhadores na indústria, tendo sua participação elevada de 25,6% para 30,9% do total de empregados, havendo um decréscimo relativo na participação do setor terciário, que caiu para 61,9%. O setor primário também perdeu, com uma participação de 7,2%, em 1980. Em 1991, o setor secundário apresentou uma queda em sua participação relativa, indicando 29,2% do total de empregados, enquanto o setor terciário elevou sua participação para 65,0% do total dos empregados. O setor primário continuou diminuindo sua participação relativa com 5,8% (ver tabela 3). Dessa maneira, além da criação de novos postos de trabalho no setor terciário, elevou sua participação no montante total do PIB local.

Como resultado, verificou-se um crescimento urbano mais intenso nas áreas próximas a localização das novas atividades. Como já referido essa localização estendeu-se preferencialmente nas zonas periféricas da cidade, principalmente em torno das rodovias, facilitando o escoamento da produção. As atividades do setor

terciário adensaram mais no centro da cidade e expandiram-se em torno dos principais eixos viários, destacando as avenidas Ernesto Vilela e D. Pedro II, no bairro Nova Rússia; avenida Visconde de Mauá, no bairro Oficinas; e avenida Carlos Cavalcanti, no bairro Uvaranas. Com a presença de um número menor de atividades e menor densidade demográfica, aparecem a avenida Visconde de Taunay, no bairro Ronda e avenida Monteiro Lobato, no Jardim Carvalho.

Setorialmente, o bairro Nova Rússia se consolidou como subcentro de Ponta Grossa, ao conter em seu espaço, uma diversidade de atividades econômicas. Muitas delas repetiram a função exercida no centro, como bancos, supermercados e lojas de vestuário e calçados, seguindo a tendência do que já vinha ocorrendo na década anterior. Porém, enquanto o centro proporcionava serviços especializados como escritórios de advocacia, odontológicos e laboratórios de análises clínicas, para citar alguns exemplos, Nova Rússia apresentava, em contrapartida, atividades ligadas ao setor de transportes, tendo como exemplo típico, a presença de concessionárias de venda de automóveis, caminhões e tratores. Essas atividades estavam localizadas em sua maioria, em áreas lindeiras à avenida Ernesto Vilela e à avenida Dom Pedro II.

O bairro Nova Rússia, em sua área de maior concentração de atividades econômicas, obteve um aumento na densidade demográfica para esse período. Enquanto no início da década de 1970, Nova Rússia apresentava uma densidade demográfica variante entre 30 e 60 habitantes por hectare, chegou à década de 1980 com uma variação na densidade demográfica entre 60 e 90 habitantes por hectare.

O prolongamento da avenida Dom Pedro II em sentido noroeste termina com sua adesão à avenida Souza Naves. A avenida Souza Naves polarizou a maioria das atividades ligadas ao setor de transportes. Outro forte fator dinamizador para o desenvolvimento dessa região foi, justamente, o acréscimo de algumas atividades industriais nessa área. Uma observação a ser feita detém-se no fato de que, a quase totalidade das empresas ligadas ao setor de transporte se caracteriza como complementar as atividades mais dinâmicas, como as indústrias de beneficiamento de soja ou metalúrgicas.

A transferência da utilização do transporte ferroviário para o rodoviário intensificou a utilização do caminhão no escoamento da produção em todo o país. E Ponta Grossa, por seu impulso industrial, participou de um notável crescimento na

utilização desse meio de transporte que traria uma nova simbologia quanto ao papel de entroncamento rodo-ferroviário. De “capital da soja” em 1970, Ponta Grossa passou a ser considerada a “cidade do caminhão”, devido ao aumento no número de transportadoras que passaram a existir na cidade e à diversidade de estabelecimentos comerciais e de serviços ligados ao setor de transportes. Toda essa diversidade de serviços e comércio para os transportes passou a concentrar-se preferencialmente na avenida Souza Naves, já que a BR-376 é o principal canal de ligação entre o norte e o noroeste do Paraná com a capital Curitiba e o Porto de Paranaguá.

Entre as atividades existentes destacaram-se as revendedoras de caminhões como as representantes da Volvo, da Scania e da Mercedes-Benz. Ainda se destacaram por sua relevância econômica, a Comercial Gerdau S.A., implantada em 1983, produzindo ferramentas industriais e produtos metalúrgicos; a Multimaq – Indústria e Comércio de Peças para Máquinas Industriais Ltda., fundada em 1989; a Jabur Pneus S.A., comércio e acessórios para veículos, fundada em 1985; e também, o supermercado Degraf, fundado em 1980. Outras atividades passaram a fazer parte da paisagem, tais como estabelecimentos de retífica de motores como a E. Degraf, empresa de capital local, que também trabalha com venda dos mais variados tipos de peças para caminhões; de reparo e venda de pneus como a D’Paschoal, empresa de alcance nacional. Passou a concentrar, também, estabelecimentos de reparo e fabricação de carrocerias, tapeçarias, vidraçarias, estofarias, tornearia mecânica, além de postos de abastecimento, hotéis, restaurantes, bancos (Banco do Brasil e Bradesco). Essas atividades se justapõem às atividades do período anterior, como depósitos de produtos comercializados por atacado, principalmente de produtos do setor primário, destinados ao abastecimento da população ponta-grossense, como batata, feijão, milho e arroz, além de uma diversidade de produtos distribuídos para os supermercados como chocolates, óleos vegetais, amidos de milho e outros.

A extensão alcançada pela zona noroeste de Ponta Grossa, em termos de área urbanizada, culminou com o surgimento de diversos loteamentos localizados principalmente nas áreas lindeiras à avenida Souza Naves. A existência de uma relação entre os novos conjuntos habitacionais que foram produzidos nessa zona da cidade e a criação de novas oportunidades de emprego, com um predomínio do setor terciário, parece conclusiva.

O público alvo ao qual os novos conjuntos habitacionais foram construídos nesse período foi a população de baixa renda. Tanto o fez, que uma parcela considerável da população que passou a habitar as áreas lindeiras à avenida Souza Naves, como no conjunto Santa Luzia, e na Vila Sabará, exerciam funções ligadas às atividades ali encontradas. A presença de famílias de motoristas de caminhão e proprietários de pequenas oficinas mecânicas se faz constante nessa zona da cidade.

Seguindo para a zona oeste da cidade, a criação de conjuntos habitacionais como Santa Paula, Santa Marta e Santa Bárbara vieram na intenção de atender a demanda por trabalhadores que acabaria surgindo com a distribuição das diversas atividades econômicas. Na abrangência da BR-376, pode-se citar a Macrofértil – Indústria e Comércio de fertilizantes, fundada em 1984 e a BUTURI Transportes Rodoviários, uma das mais importantes transportadoras da cidade, fundada em 1984. Outras transportadoras alcançaram grande destaque na década de 1980 como a Transportadora N. Ferreira e a Transportadora Fátima, possuidoras das maiores frotas de caminhões da cidade nesse período.

A PR-151, em trecho contíguo à área urbana de Ponta Grossa, apresentou a instalação de importantes atividades, especialmente para a década de 1980. Entre elas destacou-se: Cooperativa Agropecuária Batavo Ltda., no processamento de cereais em geral, sendo fundada em 1987; W3 Indústria Metalúrgica Ltda., fabricante de móveis de metal, fundada em 1989; Águia Sistemas de Armazenagem Ltda., também fabricante de móveis de metal e fundada em 1988; e Águia Florestal Indústria de Madeiras Ltda., fundada em 1984.

Nesse mesmo período surgem novos loteamentos na zona norte da cidade, próximos à PR-151. Como exemplo, tem-se a construção do conjunto habitacional Nossa Senhora das Graças, criado em 1990, contendo inicialmente 511 casas e destinado a população de baixa renda<sup>7</sup>. Outros conjuntos realizados na zona norte da cidade confirmam essa relação. Em área periférica, ainda foram construídos o conjunto Santa Mônica – criado em 1993, com 919 moradias; Rio Pintangui I – criado em 1991, com 200 moradias; Pitangui II – criado em 1991, com 500 moradias;

---

<sup>7</sup> Segundo GONÇALVES (2000), a população de baixa renda era considerada para famílias com renda de até seis salários mínimos, que, conforme a CEF, estava associada ao mercado popular.

e Pitangui III – criados em 1993, com 61 moradias e todos destinados à população de baixa renda.

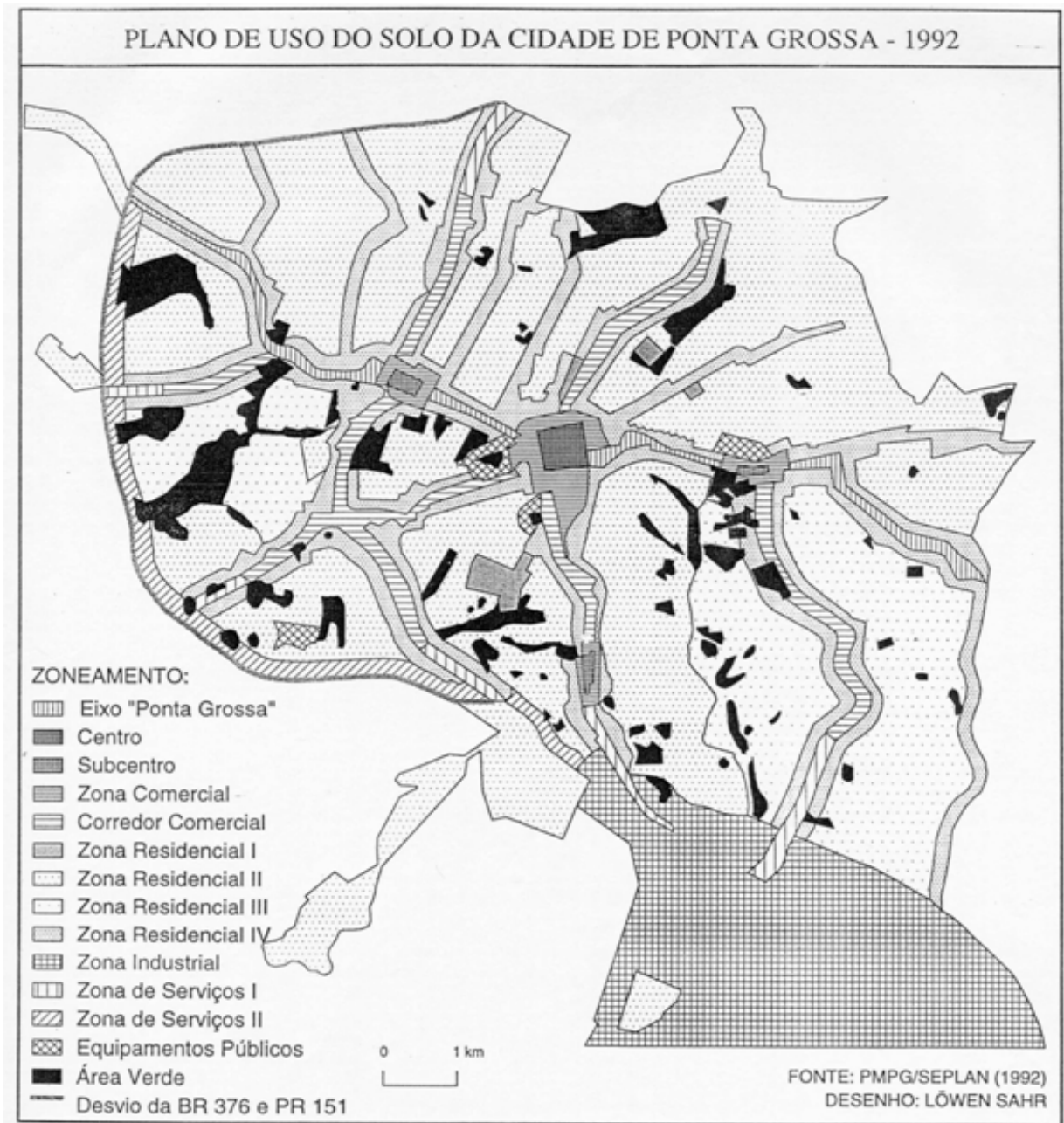
Na zona oeste da cidade, em virtude do processo já descrito, vai aparecer o adensamento em termos de loteamentos urbanos ao redor da avenida Visconde de Taunay, que nesse processo firmou-se como importante eixo de acesso à cidade, já que passou a ligar não só a BR-376 com o centro da cidade, a rodoviária e a prefeitura, mas através de seu prolongamento, passou a ligar os bairros Santa Paula e Santa Terezinha ao centro da cidade. Dessa forma, o bairro Ronda apresentou crescimento em termos de população, porém, irrelevante frente a outros bairros.

A distribuição espacial das principais atividades econômicas da cidade continuou apresentando preferência locacional. Aliás, esse fator já fora previsto no plano diretor de 1967, que privilegiava as áreas em torno da BR-376 e da PR-151 com usos industriais de grande porte. Perseguindo essa tendência, ou seja, acompanhando o traçado da BR-376 em sentido sul, encontra-se uma zona de adensamento, tanto na distribuição de atividades econômicas quanto na distribuição da população. É a avenida Visconde de Mauá que passou a concentrar, desde 1970, importantes indústrias como Kurashiki, Monofil e Sanbra e, a partir da década de 1980, passou também a apresentar uma grande variedade de atividades comerciais e de prestação de serviços. Alguns exemplos são a CVL, concessionária da FIAT, instalada na década de 1980, além de outras atividades de menor importância, no que se refere a sua participação individual, mas importante espacialmente por permitir o acesso a diversos bens de consumo para parte da população aí residente. Alguns exemplos são as mercearias, padarias, cabeleireiros, postos de abastecimento, oficinas mecânicas, etc. A sequência dessa distribuição, ao se direcionar para a periferia da cidade, vai culminar com a convergência da avenida Visconde de Mauá com a BR-376, e a localização das grandes indústrias, com destaque as esmagadoras de soja, as de beneficiamento de trigo e as químicas (adubos e fertilizantes).

Como o desenvolvimento urbano em Ponta Grossa aconteceu em forma tentacular, ou seja, seguindo preferencialmente os principais eixos estruturais da cidade, há um rompimento no processo de ocupação e uso do solo urbano. A partir da zona sul (bairros Oficinas e Cará-Cará), tendo significado expressivo com a localização de atividades econômicas de maior dinamismo, há a presença de diversos vazios urbanos até as imediações da avenida Carlos Cavalcanti, eixo

estrutural do bairro Uvaranas (Figura 9).

Figura 9 – Plano de uso do solo da cidade de Ponta Grossa (destaque para as áreas verdes consideradas vazios urbanos), 1992.



Nesse contexto, os novos conjuntos habitacionais produzidos próximos ao bairro Uvaranas vão localizar-se em algumas áreas, consideradas em períodos anteriores como vazios urbanos. São construídas, por exemplo, entre a área urbanizada contígua e os conjuntos habitacionais isolados, como o Bortolo Borsato.

O bairro Uvaranas não ficou consolidado como área para desenvolvimento de

importantes atividades econômicas. Alguns exemplos se encontram na presença da Águia Química Ltda., fabricante de tintas, situada a avenida Carlos Cavalcanti e fundada em 1989; e a Sadia S.A., frigorífico e massas, fundada em 1989. Interessante, porém, foi a existência de um intenso fluxo de caminhões pela PR-513, que liga Ponta Grossa ao distrito de Itaiacoca, região de extração calcária. Esse fluxo se dava em conta da existência de empresas que beneficiavam esse calcário, produzindo matéria-prima para indústria de talco – como a COSTALCO – e atividades correlatas. Próximo ao conjunto Dal'Col, ao lado das instalações da Paraná refrigerantes (representante dos produtos Coca-Cola), localizava-se um parque destinado à realização de feiras agropecuárias e industriais denominado EFAPI – Exposição e Feira Agropecuária e Industrial. O local onde ocorria a EFAPI, atualmente é ocupado pelas novas instalações do campus universitário Uvaranas, da UEPG, instalado no início década de 1990 com os cursos de Agronomia e Engenharia Civil (Figuras 10 e 11).

A zona norte da cidade continuou expandindo lentamente. Mesmo com a presença de algumas atividades econômicas de significativa importância, como as madeireiras e algumas marmorarias, com menor expressão econômica. O predomínio da existência de residências unifamiliares de elevado padrão construtivo e a presença de conjuntos habitacionais verticalizados vão caracterizando essa área como uma zona destinada à ocupação predominantemente residencial. A zona norte da cidade apresentou-se bastante recortada, com a presença de uma vasta área de novos loteamentos.

A distribuição dessas e outras atividades vieram, durante a década de 1980, a interferir decisoriamente na expansão física da cidade. Como exemplos estão aqueles loteamentos instalados na zona oeste da cidade e ao longo da avenida Souza Naves, descritas para a segunda e a terceira fase das políticas habitacionais de Ponta Grossa, segundo classificação de GONÇALVES (2000).

Toda essa conjuntura apresentada para Ponta Grossa, em seu desenvolvimento social e econômico, tem na esfera local o reflexo de decisões tomadas em instâncias superiores. Assim sendo, a continuação da análise das mudanças políticas e econômicas conquistadas em nível estadual e nacional se



Figura 10 – Entrada do Campus da UEPG, bairro Uvaranas, 2006.



Figura 11 – Avenida Carlos Cavalcanti a partir da entrada do Campus da UEPG, bairro Uvaranas, 2006.





fazem veementes. Verificou-se, então, que foi por esse processo de mudanças políticas significativas no Brasil que marcaram as mudanças qualitativas no comportamento social e econômico em nível estadual e local.

#### 4.1 A abertura política nacional e a reestruturação produtiva no Brasil e no Paraná

Após anos de repressão e centralização política e econômica por parte do governo militar, uma tendência à aceitação das liberdades políticas foi gradativamente sendo permitida, em especial no governo Geisel, após 1974. Essa ação estendeu-se até o mandato do último presidente militar, o general João Baptista Figueiredo. Uma série de fatos decorreu dessa alteração, onde, entre elas, existiu a tentativa de um contínuo crescimento econômico, alcançada até então, pelo chamado “milagre econômico” (período de 1969 até 1973). Esse projeto de continuidade foi teorizado através do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) constituindo a estatização das atividades industriais de base. Assim, nesse período foram criadas as principais indústrias estatais de base como a Eletrobrás e a Embratel, além de diversas hidrelétricas, tendo como expoente a construção da usina de Itaipu. Localizada no Rio Paraná, na fronteira Brasil-Paraguai, foi realizada a partir de um convênio firmado entre os dois governos. A Itaipu começou a funcionar a partir de 1984.

Mas esses maciços investimentos não deram resultados positivos à economia brasileira, que ao final da década de 1970 apresentava um quadro econômico com elevadas taxas inflacionárias, alcançando um índice anual de 110,2% em 1980, gerando um quadro de “estagflação”, combinação de estagnação econômica com inflação. O Brasil entrou em um clima de recessão, apresentando um declínio médio de 1,6% ao ano para o PIB nacional, entre 1981-1983.

Na continuação da abertura política, estabeleceu o processo de eleição em 1984. A vitória de um candidato civil, através de eleições via colégio eleitoral, veio a confirmar as transformações que vinham ocorrendo dentro do país, politicamente falando. O primeiro presidente civil após o regime militar foi Tancredo Neves, que por motivo de saúde, acabou falecendo antes de assumir o posto. Em seu lugar, assumiu o vice-presidente José Sarney que, necessitando conquistar autoridade,

seguiu a linha de governo estabelecida por Tancredo Neves.

As decisões políticas se fixavam em dois pontos:

[...] na revogação das leis que vinham do regime militar, estabelecendo ainda limites às liberdades democráticas – o chamado ‘entulho autoritário’; na eleição de uma Assembléia Constituinte, incumbida de elaborar uma nova Constituição. (FAUSTO, 2002, p. 285).

E ainda,

Quando Sarney assumiu o governo, em 1985, o quadro econômico era menos grave do que em anos anteriores. O grande impulso proveniente das exportações permitira a retomada do crescimento. A queda das importações e o avanço das exportações resultaram em um saldo da balança comercial de US\$ 13,1 bilhões. Esse saldo permitia pagar os juros da dívida. Além disso, o Brasil acumulava reservas que chegavam a US\$ 9 bilhões no fim de 1984. Havia assim folga para negociar com os credores externos e o governo podia dar-se ao luxo de dispensar o mal-estar causado pelas idas ao FMI, concentrando-se no acordo direto com os bancos credores privados. Mas o problema da dívida externa e interna subsistia a longo prazo, assim como o da inflação, que chegou aos níveis dramáticos de 223,8% em 1984 e 235,5% em 1985. (FAUSTO, 2002, p. 286).

Para enfrentar os altos índices de inflação ainda existentes, os ministros da economia, Dílson Funaro e do planejamento, João Sayad, escolheram a criação de uma nova moeda, o cruzado, em substituição ao cruzeiro, com uma paridade de mil para um, acabando com o regime de inflação indexada. Entre as ações econômicas, efetuaram o congelamento dos preços e da taxa de câmbio por tempo indeterminado e os aluguéis por um ano. Além disso, também ajustaram os salários através de uma média dos últimos seis meses e um abono de 8%. O salário seria reajustado automaticamente toda vez que a inflação alcançasse o patamar de 20%. (FAUSTO, 2002).

O controle da inflação, através do fortalecimento artificial da moeda brasileira, não suportou muito tempo. O crescimento econômico que o país vinha experimentando com o aumento nas exportações e o congelamento dos preços trouxe uma valorização real dos salários, levando a população brasileira a um nível de consumo elevado, indo desde carne e leite até automóveis e viagens ao exterior. Houve um novo impulso às importações e a inflação retornou com elevados índices

ao final de 1986. O Brasil declarou moratório em fevereiro de 1987.

Dentro desse contexto econômico tumultuado, a Assembléia Nacional Constituinte reuniu-se em 1º de fevereiro de 1987, encerrando suas atividades formalmente em 5 de outubro de 1988, quando foi promulgada a nova Constituição Brasileira. Entre as conquistas sociais, foi importante a criação do *habeas-data*, que assegurava às pessoas o direito de obter dados de seu interesse constantes dos arquivos de entidades governamentais, bem como a previsão de um código de defesa do consumidor. O processo de abertura política estava consolidado e foi atestado com processo de eleições diretas para a Presidência da República, em 1989. A disputa ocorreu entre os opositores Fernando Collor de Mello, representante da elite brasileira, e o representante da esquerda, Luís Inácio Lula da Silva.

Politicamente, o Brasil vinha apresentando uma reorganização da classe trabalhadora brasileira, através da organização sindical, localizada principalmente em São Paulo, na região do ABCD paulista, havendo grandes paralisações abrangendo trabalhadores principalmente do setor metal-mecânica, atestando forte presença dos trabalhadores das indústrias automobilísticas. Também contribuiu nesse processo a transferência de trabalhadores autônomos para a condição de assalariado com diploma, envolvendo categorias como bancários, professores, médicos, sanitaristas e outras categorias. Esses setores encontraram apoio nos movimentos da Igreja Católica no Brasil, além da reorganização dos movimentos no campo.

Analizando a problemática a partir da perspectiva político-institucional, devem ser ressaltados os efeitos sociais da redefinição do papel do Estado que se despojou de sua função social e abriu mão de seu papel de regulador, gerenciador e provedor de políticas públicas setorializadas, com vistas a assegurar à coletividade as condições indispensáveis de dignidade social, delegando ao mercado sua regulação. É o caso da implementação de políticas de privatização de setores estratégicos e do direcionamento privilegiado de recursos públicos para setores privados, que, prevalecentemente, passam a deter o controle das condições indispensáveis para o desenvolvimento e bem-estar social. (MAMMARELLA, 2001, p. 59)

No quadro da economia brasileira, o processo de desconcentração industrial continuou acontecendo de forma gradual. Mas, a maior autonomia dirigida aos municípios, trouxe uma nova tendência na competição pela atração de atividades econômicas mais dinâmicas. No sentido inverso, o interesse de localização dessas

atividades, principalmente as indústrias modernas, passaria a exigir outros fatores locais, diferenciando-se dos fatores tradicionais como proximidade aos fornecedores de matéria-prima, aos recursos energéticos ou ao mercado consumidor. Segundo MACEDO et al (2002), os novos requisitos locais seriam:

[...] base educacional e cultural; existência de centros de ensino e pesquisa; concentração de recursos de pesquisa; presença de parques tecnológicos; mercado de trabalho profissional e qualificado; relações industriais articuladas geograficamente (redes de empresas, *clusters*, arranjos produtivos, etc.); existência de serviços especializados; facilidades de acesso; e ambiente favorável de negócios. MACEDO et al (2002, p. 7).

Esses novos fatores locais levaram DINIZ (*apud* MACEDO et al, 2002) a apresentar uma idéia sobre uma reconcentração das atividades econômicas no Brasil, que atendendo as exigências acima citadas, seria liderada pelo Estado de São Paulo e, secundariamente, pelo eixo formado entre Belo Horizonte (MG) e Porto Alegre (RS). Essa idéia foi defendida como a tese da “concentração poligonal”.

Outra tese, que segundo MACEDO et al (2002) seria complementar a da “concentração poligonal”, seria das “ilhas de produtividade”, formulada por PACHECO (*apud* MACEDO et al, 2002). Este afirmava estar acontecendo uma desconcentração relativa de alguns setores importantes da economia como automobilística, vestuário, têxtil e de calçados, alterando o padrão de localização regional das atividades econômicas, acentuando heterogeneidades regionais. MACEDO (et al, 2002) ainda afirma que o fluxo de investimentos alcançados na segunda metade da década de 1990 é que traria uma maior manifestação da tese das “ilhas de produtividade”.

No Paraná, houve a tentativa de se estabelecer um projeto de desenvolvimento autônomo. Esse projeto consistia na eliminação da relação centro-periferia, polarizado por Sudeste/São Paulo sobre as demais regiões. Para esse período, o de integração nacional e o da relativa desconcentração industrial importantes foram as críticas realizadas por PADIS (*apud* MACEDO et al, 2002, p. 10), frente às questões básicas da economia paranaense, sejam elas: a identificação dos estrangulamentos dinâmicos de uma economia periférica (problemas de infraestrutura, insipiência das relações interindustriais, etc.); a necessidade de avanço do processo de industrialização do Paraná, de forma a “modernizar” a sua estrutura

econômica e social, bem como a natureza de seus processos políticos; e os limites e as possibilidades do Estado Local em implementar “políticas de desenvolvimento” que viessem a quebrar o “sistema centro-periferia”.

Na tentativa de solução para esses problemas, foi criado um “projeto paranista de desenvolvimento”, através de intervencionismo estatal e o uso de uma ideologia desenvolvimentista. Esse projeto foi disseminado pela Companhia de Desenvolvimento do Estado do Paraná (CODEPAR), e estava centrado em três objetivos: a integração do Estado, então fracionado no Velho Paraná (inclusive Curitiba), no Paraná Cafeeiro-Paulista (Norte do Paraná) e nas fronteiras de ocupação do Oeste; a integração vertical plena da indústria paranaense via um processo radical de substituição de importações, principalmente de bens intermediários e de capital; e o fortalecimento e a expansão dos pequenos e médios capitais locais (MACEDO et al, 2002).

Nesse contexto [...] o caminho escolhido pelo “projeto paranista de desenvolvimento” (intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista), então disseminado pela Codepar, negou, na prática, a realização de um Paraná autônomo: o novo rumo da industrialização do país, então na fase de integração produtiva, ‘conduziu, [no dia-a-dia], a que se reformulassem caminhos e possibilidades para o Paraná. Passou-se da tentativa emancipatória à busca de complementaridade. Ou seja, a afirmação do Paraná frente (ou contra) São Paulo, explicitada pela substituição de importações estaduais, foi substituída pela constatação de um ‘papel’ industrial complementar a ser desempenhado’ pela economia paranaense. (AUGUSTO, *apud* MACEDO et al, 2002, p. 11).

Algumas conseqüências resultantes dessas políticas ficaram caracterizadas pela modernização da agricultura e o papel do Estado frente à necessidade de créditos para inversões na agricultura, na indústria e na criação de infra-estrutura. A diversificação da estrutura industrial, com a concentração dos novos gêneros (como metal-mecânica, material elétrico e de transporte) na Região Metropolitana de Curitiba e a modernização de gêneros tradicionais (produtos alimentares, madeira, vestuário, etc.) havendo ampliação das margens de valor agregado. A adoção de políticas de exportação para produtos industrializados. A presença maciça de capitais de outros estados e de capitais estrangeiros no processo produtivo.

Por fim, ocorreram mudanças nas relações de produção no campo, mudança na estrutura do emprego, aumento na intensidade das migrações rurais e a expulsão

de paranaenses para outras regiões do país. Além disso, o processo de urbanização e metropolização vêm culminar para o crescente inchaço demográfico nas cidades de grande e médio porte, ocasionando um crescimento populacional sem o correspondente na questão de geração de empregos e acesso aos meios de consumo coletivo.

Dentro desse contexto, Ponta Grossa, cada vez mais vem apresentando a necessidade de uma reestruturação social que possa acompanhar o desenvolvimento econômico agora liderado pelo setor industrial. Acompanhada pela necessidade de acesso aos bens de consumo coletivo, a questão habitacional acaba por se tornar reivindicação legítima por parte da população de baixa renda. Além de ser referenciada como ponto de pauta nas disputas políticas locais, entremeada pelos interesses dos vários agentes que tem poder de decisão, sejam eles o próprio poder público municipal, os agentes imobiliários, ou até mesmo, quando possível, a sociedade civil organizada.

#### 4.2 Crescimento horizontal de Ponta Grossa e os financiamentos através da CEF.

Paralelo ao desenvolvimento do setor terciário, com acentuado desenvolvimento de atividades com pouca dinâmica econômica, e da geração de empregos na indústria, se vê crescer em Ponta Grossa loteamentos destinados as mais variadas camadas da sociedade. Portanto, esse período destacou-se, particularmente, por apresentar a maior diversificação em termos de influência de companhias e empresas, promovendo projetos habitacionais na cidade de Ponta Grossa.

Além dos projetos habitacionais, existiram intervenções quanto às ocupações irregulares e a conseqüente favelização na cidade. Entre 1983 e 1990, o CESE, hoje Departamento de Ação Comunitária (DEPAC), órgão municipal responsável pelos problemas sociais de moradia, promoveu a regularização, remoção, desfavelamento e impediu despejos judiciais em dez áreas de ocupações irregulares, totalizando 526 famílias beneficiadas, consideradas medidas paliativas. Além das ações ocorridas nos anos 80, em 1985 foram aprovadas conforme lei n° 4.856, modificações nas ZRIS – Zonas Residenciais de Interesse Social, passando a delimitar,

especificamente, as favelas e as ocupações irregulares. (GONÇALVES, 2000, p. 67).

A questão habitacional em Ponta Grossa, para a década de 1980, abrangeu a segunda e a terceira fase da política habitacional, descritas por GONÇALVES (2000). Ao serem consideradas, marcaram o espaço urbano com um crescimento horizontal exagerado. Na segunda fase houve uma tendência de instalação de loteamentos em áreas periféricas com o mínimo de infra-estrutura, colaborando com o processo de especulação imobiliária, cujo procedimento no seu funcionamento já foi explicitado. A terceira fase (Tabela 8) caracterizou-se como a fase de maior diversificação em termos de influência de companhias e empresas, promovendo projetos habitacionais na cidade de Ponta Grossa. Isso aconteceu após a promulgação da Constituição de 1988, dando maior autonomia e responsabilidade aos municípios quanto às questões sociais (GONÇALVES, 2000, p. 85).

Outra característica da terceira fase deteve-se na construção de diversos conjuntos verticalizados. Destinados à classe média ponta-grossense, que formam o chamado “mercado econômico”, destacaram-se o conjunto habitacional Raul Pinheiro Machado, criado em 1988 e localizado no bairro Jardim Carvalho; os conjuntos Acácia I (Figura 12) e Acácia II, criados em 1991 e 1992, respectivamente, localizados no bairro Oficinas; o conjunto habitacional Betaras, criado em 1991 e localizado no bairro Uvaranas; e o conjunto habitacional Antares, criado em 1994 e localizado no bairro Cará-Cará, ao sul do bairro Oficinas.

Enquanto os conjuntos habitacionais verticalizados eram destinados à classe média, a maioria dos conjuntos habitacionais destinados a classe baixa, considerados aqui como “mercado popular”, continuou com a característica de habitações unifamiliares e com localização periférica.

Ponta Grossa, frente à nova realidade, acabou criando a Companhia de Habitação de Ponta Grossa (PROLAR), cuja função era o atendimento à demanda por novas habitações de interesse social. Porém, a liberação de financiamento ficaria a cargo da Caixa Econômica Federal, a qual repassou recursos não apenas para a PROLAR como também a outras companhias de habitação, incluindo financiamentos para companhias privadas, como foi o caso da construtora Wosgrau.

Essa nova fase da política habitacional no Brasil coincidiu com a presença do empresário e político Pedro Wosgrau Filho na cadeira de prefeito no início da década de 90. Entre as ações efetivadas em sua gestão, houve uma reorganização

Tabela 8 – Projetos habitacionais promovidos na cidade de Ponta Grossa no período 1988/1994.

<b>Proj. Habitacionais</b>	<b>Nº IMÓVEIS</b>	<b>COMPANHIA</b>	<b>MERCADO</b>	<b>ANO</b>
C. H. Raul P. Machado	208	COHALAR	ECONÔMICO	1988
C. H. Jardim Conceição	328	COHAPAR	POPULAR	1989
C. H. N. S. das Graças	511	PROLAR	POPULAR	1990
C. H. Santa Marta	503	PROLAR	POPULAR	1990
C. H. Acácia I	244	COHALAR	ECONÔMICO	1991
C. H. Betaras	048	WOSGRAU	ECONÔMICO	1991
C. H. Flórida	072	WOSGRAU	ECONÔMICO	1991
C. H. Rio Pitangui I	200	PROLAR	POPULAR	1991
C. H. Rio Pitangui II	500	PROLAR	POPULAR	1991
C. H. Jardim Baraúna	214	COHALAR	ECONÔMICO	1991
C. H. Acácia II	144	COHALAR	ECONÔMICO	1992
C. H. Santa Bárbara	500	COHALAR	POPULAR	1993
C. H. Araucária	129	PROLAR	POPULAR	1993
C. H. Rio Pitangui III	061	PROLAR	POPULAR	1993
C. H. Verona	360	PROLAR	POPULAR	1993
L. URB. Santa Mônica	919	PROLAR	POPULAR	1993
L. URB. Rio Tibagi	420	PROLAR	POPULAR	1993
C. H. Antares	400	COHALAR	ECONÔMICO	1994
C. H. Cristo Rei	367	CEF	POPULAR	1994
Lotes isolados – FICAM	30	COHAPAR	POPULAR	1988-89
<b>TOTAL DE IMÓVEIS</b>	<b>6.156</b>			

FONTE: CEF, COHAPAR E PROLAR – 1999.

Obs.: o mercado popular passou a ser até seis salários mínimos conforme CEF.

Org.: João Douglas Gonçalves

na estrutura de uso do solo urbano, através da elaboração de um novo Plano Diretor para Ponta Grossa. No Plano Diretor de 1992, estariam traçadas as novas diretrizes



para o uso e ocupação do solo urbano. O Plano Diretor, apesar de consolidado por lei, não foi cumprido em sua totalidade em gestões posteriores, permanecendo no processo político, ações setoriais escamoteadas por relações clientelísticas.

Figura 12 – Conjunto habitacional Acácia I, bairro Oficinas, 2006.



A maior autonomia e responsabilidade passadas aos municípios acarretaram um ônus extra quanto aos investimentos direcionados à questão habitacional. Dessa forma, tanto as companhias estatais e municipais de habitação, quanto as construtoras privadas, procuraram realizar suas obras em áreas já possuidoras de alguma infra-estrutura urbana, como disponibilidade de luz elétrica, água encanada, sistema de esgoto e outros. Porém, a construção desses loteamentos continuou com a tendência de serem localizados nas áreas periféricas da cidade.

Com a maior diversidade na participação das companhias de habitação, um número pouco superior a seis mil habitações foi realizado entre o período de 1988 e 1994, caracterizando a terceira fase da política habitacional em Ponta Grossa. Se forem somados aos da segunda fase, tem-se a resultante de aproximadamente doze

mil habitações efetivamente construídas.

Como já vinha ocorrendo na década anterior, a ocupação por famílias destituídas de renda em áreas de ocupação irregular próxima ao centro prosseguiu de maneira contínua. Enquanto a população ponta-grossense alcançava a década de 1990 com 233.517, havendo um crescimento relativo de 25,6%, a população urbana chegava em 219.456 habitantes, com um crescimento relativo de 27,7%. A população favelada, incluída na população urbana, passou de 9.038 habitantes em 1980, para 22.000 habitantes no início da década de 1990, com um crescimento relativo de 143% (Tabela 2).

A situação urbana, nesse ponto de sua evolução, caminhou para um sistema de contínua fragmentação e segregação espaciais. A localização cada vez mais periférica da população com menor poder aquisitivo, atrelado a falta ou dificuldade de acesso aos bens de consumo coletivo, tornaram extremamente oneroso o custo de vida na cidade para essa camada da população. Além de cercear a esperança em uma expectativa de ascensão econômica e social, dentro do quadro urbano criado pelos agentes imobiliários em Ponta Grossa. A classe média foi direcionada para habitações verticalizadas e semiperiféricas, porque ao menos se localizaram próximas aos principais eixos de acesso à cidade. E a classe alta, além de deslocar-se para áreas privilegiadas, iniciaria um processo de segregação espacial ainda maior, quando ao início da década de 1990, seria lançado a “moda” do condomínio fechado. Uma estrutura habitacional formada por unidades habitacionais unifamiliares de altíssimo padrão construtivo, preferencialmente toda murada, com áreas de lazer, segurança interna e acesso exclusivo para moradores.

O poder público municipal, com sua função regularizadora do processo de ocupação e uso do solo urbano, mostrou-se pouco eficiente quanto à organização do zoneamento da cidade. Essa falta de eficiência na reorganização do espaço urbano se deu em um momento em que a cidade sofria pressões externas, através da reestruturação econômica pela qual vinha passando o capitalismo mundial, culminando com uma nova divisão internacional do trabalho. A efetiva reorientação econômica alcançada na década de 1980 foi marcada com o início da eliminação das restrições institucionais ao capitalismo, começando pelo controle dos fluxos de capitais externos sobre fronteiras nacionais e culminando na privatização dos serviços públicos e na ‘flexibilização’ dos direitos trabalhistas.

A partir da década de 1990, com o advento do neoliberalismo e o projeto de

privatização das indústrias estatais de base e a entrada de capital estrangeiro no país, trás um novo mecanismo no funcionamento das sociedades nacionais.

## 5 O ESPAÇO URBANO DE PONTA GROSSA APÓS 1990.

Ponta Grossa alcançou a década de 1990 com sua estrutura social bastante frágil. Ao mesmo tempo entrava em uma nova fase relacionada ao desenvolvimento econômico, quando gradativamente foi se inserindo no processo de reestruturação produtiva iniciada ao final da década de 1980. Essa mudança aconteceu com o processo de liberalização econômica e de privatizações em âmbito mundial, agitada por uma redefinição nas relações de trabalho e nas formas de produção. Uma reestruturação que se tornou muito mais acentuada pela inserção de novas tecnologias, mecanismos de automação, informação e conhecimento científico no processo produtivo.

Ponta Grossa alcançou 1991 com uma população total de 233.984 habitantes, chegando em 2000 com uma população total de 273.469 habitantes, apresentando um crescimento relativo de 16,9%, para a década de 1990. Uma participação menor que a década de 1980, que teve um crescimento relativo de 25,4%. A população urbana também aumentou durante a década de 1990, passando de 221.671 habitantes em 1991, para 266.552 habitantes em 2000. Houve um crescimento relativo de 20,2% para a década de 1990, também menor do que a participação de urbanos na década de 1980, que foi de 28,2%. A população rural que era de 12.313 habitantes em 1991, diminuiu para 6.917 habitantes em 2000, havendo um decréscimo relativo de 43,8% da população rural.

Esse contínuo processo de perda de população na participação relativa encontra justificativa na distância que tomou o fenômeno de migrações campo-cidade no tocante ao crescimento demográfico, que se mostrou mais acentuado nas décadas de 1950 e 1960. Mas, mesmo assim, a população acabou aumentando em números absolutos. Só que esse crescimento não aconteceu seguindo a tendência da década anterior, com um grande desenvolvimento das zonas noroeste, oeste e sul da cidade. O desenvolvimento urbano diferenciado aconteceu a partir da década de 1990, predominantemente nas zonas sudeste e leste da cidade. Ainda ocorreu uma expansão na zona norte e alguns loteamentos novos nas demais zonas.

Mas a área de intenso adensamento ainda aconteceu no centro da cidade, que teve sua área aumentada em relação à localização das atividades econômicas. Passou a ser demarcado pelo quadrilátero limitado pelas ruas Marechal Deodoro,

Visconde de Nácar, Theodoro Rosas e Benjamin Constant e com tendência a se expandir na direção norte (PMPG, 1992, p. 38, v. 2). O aumento na produção de edificações verticais no centro da cidade também contribuiu para essa densificação da área central. A antiga área do Pátio Central da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) passou por uma reestruturação, quando no início da década de 1990 foi construído um terminal central para transporte coletivo urbano chamado de Terminal da Estação (Figura 13).

Figura 13 – Terminal Central no Complexo Ambiental Governador Manoel Ribas, 2006.



Logo depois, toda a antiga estrutura do pátio central foi reformulada através de um projeto de revitalização. Foi transformada em um parque com características de uso público, onde passou a ser denominada de Complexo Ambiental Manoel Ribas ou, simplesmente, “Parque dos Quatro Elementos” (Figura 14). Algumas edificações foram preservadas como o antigo prédio da estação, que mudou de função, sendo utilizado como uma biblioteca histórica. O antigo armazém de cargas também foi preservado, passando a ser chamada de “Estação Arte” sendo utilizada



como centro de produção e exposição cultural. Essas mudanças trouxeram uma nova dinâmica na parte leste da zona central da cidade.

Figura 14 – Complexo Ambiental Governador Manoel Ribas, 2006.



A partir de 2003, essa região sentiria uma nova dinâmica ao ser implementado um novo *shopping center*. O *shopping* Paladium (Figura 15) se destaca por seu tamanho (o maior da cidade) e por conter atividades econômicas dinâmicas como as Lojas Americanas e Marisa, além de modernas salas de cinema, funcionando pelo sistema *multiflex*.

Os antigos bairros já consolidados, como Nova Rússia, Oficinas e Uvaranas, também experimentaram uma maior densidade demográfica a partir da década de 1990 (Mapa 5 e Apêndice C).

Nova Rússia, agora considerado um subcentro da cidade, apresentou uma tendência de ocupação dos vazios urbanos aí existentes, através da venda de glebas, agora mais valorizadas devido à infra-estrutura urbana disposta nesse bairro. A presença de uma diversidade de atividades econômicas e institucionais, como hospitais e escolas e a construção de um *shopping center* em 1999 (*Shopping*

Figura 15 – *Shopping Palladium*, 2006.



Total), interferiu na valorização da terra urbana. Outro fator que influenciou a valorização fundiária e, também, a dinâmica populacional no bairro Nova Rússia foi a construção de um terminal secundário<sup>8</sup> para transporte coletivo urbano. Foi criada uma linha especial que interligava o terminal central com o terminal secundário, aumentando a velocidade média no trajeto feito por esta linha especial, assim como desafogava o tráfego no centro da cidade quando os ônibus das linhas dos bairros mais periféricos passaram a circular apenas entre o referido bairro e o terminal secundário. As avenidas Ernesto Vilela e D. Pedro II consolidaram-se não só como vias de acesso à cidade, mas, também, como importantes eixos comerciais, função proposta no Plano Diretor de 1992, quando fala de uso e ocupação do solo urbano.

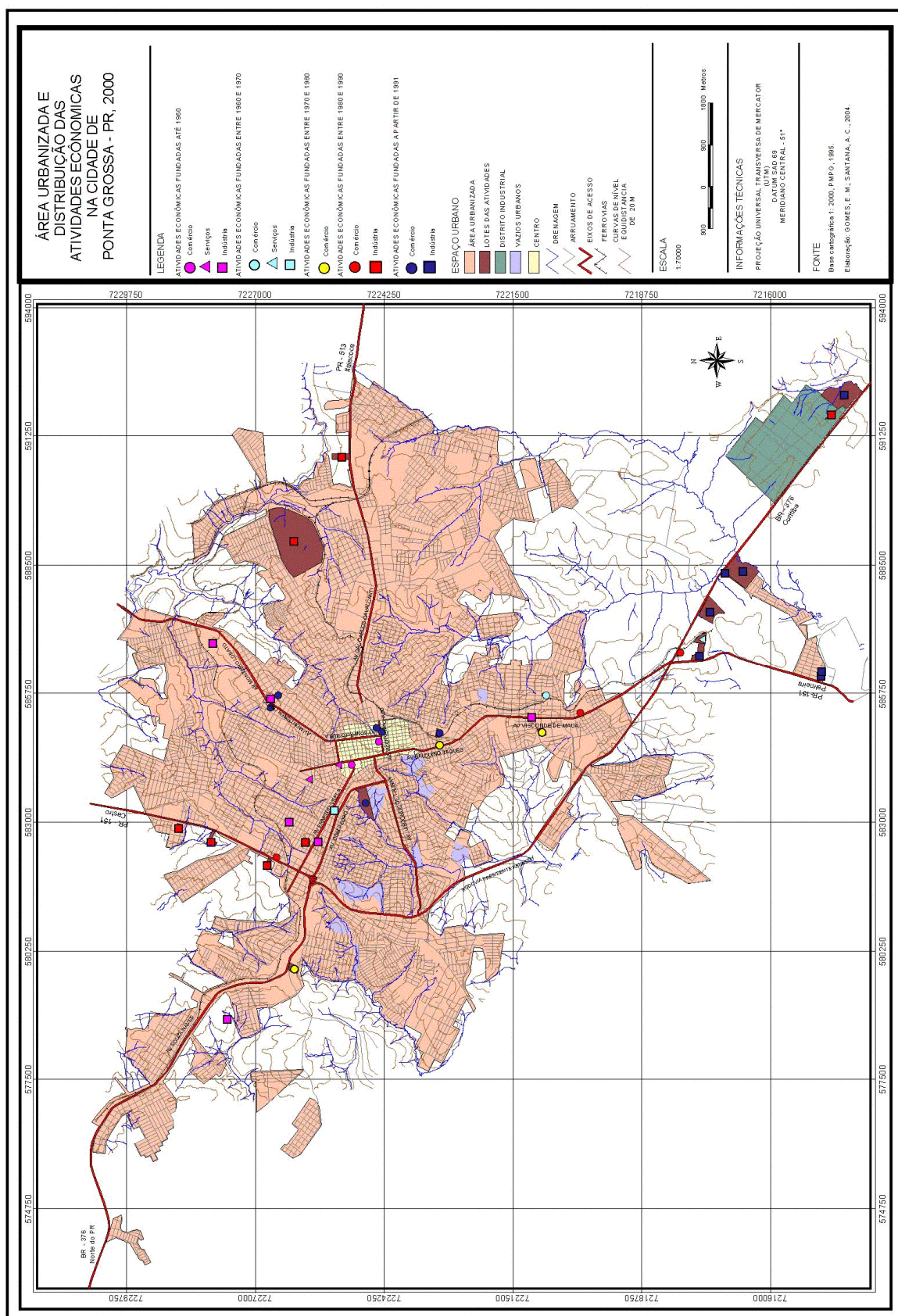
A zona oeste da cidade sofreu um processo de expansão em termos de loteamentos e de densidade demográfica. Entretanto, foi na área lindeira à avenida Visconde de Taunay, no trecho que vai do centro da cidade até a BR-376, que se elevou em maior grau a densidade demográfica e, também, onde os usos se

---

<sup>8</sup> Terminal Nova Rússia. Também existe um terminal secundário no bairro Olarias (Terminal Olarias).



Mapa 5 – Área urbanizada e distribuição das atividades econômicas na cidade de Ponta Grossa – PR, 2000.





tornaram mais evidentes (Figura 16). Continuando em sentido oeste, ultrapassando o limite da BR-376, a expansão ocorreu apenas em função de novos loteamentos.

Figura 16 – Vista da avenida Visconde de Taunay no sentido bairro-centro, 2006.



Uma importante atividade instalada na avenida D. Pedro II veio colaborar, pelo menos, no aumento do movimento da população entre os bairros Nova Rússia e Ronda. Foi a fundação, em 1993, do hipermercado Condor.

O processo mais interessante foi o que ocorreu nas zonas sul e sudeste da cidade. A consolidação do Distrito Industrial, com a implantação de novas plantas industriais e a ampliação de antigas indústrias, se tornou forte fator dinamizador no processo de crescimento da área urbanizada. Entre as novas indústrias, destacou-se a cervejaria Kaiser Brasil Ltda. (Figura 17), fundada em 1997, a Tetra Pak, fabricante de papéis e embalagens, fundada em 1999, a Continental do Brasil Produtos Automotivos Ltda., fundada em 1998, fabricante de pneus e acessórios, a Beulieu do Brasil Ltda., fabricante de artefatos de tapeçaria e carpetes, fundada em 1998 e a Masisa, fabricante de chapas de compensado para exportação, fundada em 2001. As características mais notáveis dessas transformações são as novas formas de gerenciamento e o emprego de modernas tecnologias e automação no processo

produtivo, exigindo maior qualificação da mão-de-obra empregada, porém, dispensando um número considerável de empregados menos qualificados, diferenciando-se das indústrias ditas tradicionais.

Figura 17 – Indústria Kaiser, 2006



Porém, ao invés de as novas áreas residenciais se efetivarem no entorno do Distrito Industrial, elas vão acontecer na zona sudeste da cidade, principalmente em novos loteamentos produzidos na área da bacia do rio Cará-Cará. Esse processo já havia sido iniciado na década anterior com conjuntos habitacionais criados em áreas não contíguas à área urbanizada. A infra-estrutura criada para atender a demanda de loteamentos isolados produzidos ao final da década de 1980 e início de 1990, passaram a atender os novos loteamentos produzidos na fase mais atual da política habitacional da cidade de Ponta Grossa, que ocorreu entre 1997 e 2000. Foram construídas 3.733 novas residências, onde a maioria delas com investimentos da PROLAR e algumas da COHAPAR (GONÇALVES, 2000).

Dessa forma, em processo contínuo, essa expansão habitacional ocorreu, também, na zona leste da cidade. Porém, nessa zona da cidade, outros fatores colaborariam para o crescimento da área urbanizada. A instalação de importantes

instituições de ensino como a construção do novo campus da Universidade Estadual de Ponta Grossa, em 1990, corrobora no adensamento demográfico de seu entorno. Atualmente, apresenta quatro blocos setoriais, uma central de salas de aula, modernos laboratórios de pesquisa e um centro desportivo, para o curso de Educação Física e para atividades acadêmicas e com a comunidade externa, além de um Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC). Juntamente, existe ainda o Colégio Estadual Agrícola. No início do ano 2000 foi construído um novo centro de ensino superior, o Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais (CESCAGE), de iniciativa privada, iniciado com os cursos de Direito e Enfermagem.

Essa nova dinâmica apresentada por essa polarização educacional trouxe uma outra forma de exploração do solo urbano. São as unidades de moradias individuais, construídas para locação, comumente chamadas de *quitinetes*. Nos bairros próximos, onde a presença de casas de madeira é constante, a prática do aluguel de casas para estudantes também é comum, trazendo rendimentos extras aos proprietários que, geralmente, pertencem às camadas de classe média e classe baixa.

Outro fator importante, nessa zona da cidade, foi a revitalização da ferrovia, agora privatizada e sob o gerenciamento da América Latina Logística (ALL), que tem seu pátio de manobras localizado no bairro Uvaranas, aproveitando as antigas instalações da RFFSA (Figura 18).

Existem, ainda, a leste de Uvaranas, algumas empresas madeireiras, com destaque à Águia Florestal, onde a plantação de *pinus* abrange extensas áreas nessa região. Esse tipo de atividade acaba por demandar uma quantidade extensa de mão-de-obra para o corte e o manejo das árvores. Muitos dos trabalhadores dessas madeireiras são moradores dos bairros e loteamentos existentes na zona leste da cidade, como acontece no bairro Jardim Paraíso.

A existência de uma via que liga o bairro Uvaranas com a BR-376, alcançando o Distrito Industrial, pela zona sudeste, parece ser a via que possibilita o desenvolvimento dessa zona da cidade em consonância com a zona industrial. A chamada estrada geral do Cará-Cará passa por diversos loteamentos isolados como o Bortolo Borsato. Porém, essa via não está pavimentada na maior parte de sua extensão.

Mas, a principal via de acesso, a avenida Carlos Cavalcanti, que faz parte do eixo estrutural da cidade, abrangendo o espigão que corte a cidade no sentido leste-



noroeste, passa, também, por uma densificação na utilização de seu entorno. Além de postos de abastecimento, comuns nessa avenida, também se encontram uma diversidade de atividades, principalmente comerciais como restaurantes, concessionárias, padarias, livrarias, escolas, farmácias, casas agropecuárias, e outras.

Figura 18 – Pátio de manobras da ALL, bairro Uvaranas, 2006.



Nessa troca de sentido de crescimento apresentado por Ponta Grossa, para a década de 1990 em diante, se vê crescer em importância a zona norte da cidade. Essa zona, que tem como principal via de acesso, a avenida Monteiro Lobato, tem seu crescimento voltado para a área habitacional. Mas, o padrão de construção encontrado aí, principalmente ao final da década de 1990, vem apresentando um predomínio de construções de habitações voltadas à classe média (com a construção de “prédinhos” e sobrados conjugados) e à classe alta (com a construção de imponentes condomínios fechados).

Paulatinamente, se percebe a expulsão da população de classe média e baixa dessa zona, devido ao processo de valorização fundiária por que passa o bairro Jardim Carvalho. Com essa renovação no padrão construtivo tem-se uma

densificação na utilização da avenida Monteiro Lobato no que se refere à distribuição de atividades econômicas, principalmente comerciais. Nessa avenida se podem encontrar atividades como revendedoras de automóveis, postos de abastecimento, geralmente associados a lojas de conveniência (Figura 19). Também foi construído um hipermercado da empresa Tozetto, fundado em 1994. Ainda existe uma empresa de ônibus, a Iapó S.A., a madeireira A. Rêla S.A., que produz lâminas de madeira, além de restaurantes, farmácia, livraria, locadoras de vídeo, e outras atividades localizadas preferencialmente no trecho que vai do centro até, aproximadamente, o contorno de acesso ao conjunto habitacional Monteiro Lobato. Desse ponto em diante, os usos aí existentes são bastante peculiares como a existência de uma escola da Associação Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e do Hospital Psiquiátrico Franco da Rocha, algumas madeireiras como a F. Slaviero, além de uma unidade da Unidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), instalado também na década de 1990.

Figura 19 – Vista da avenida Monteiro Lobato, sentido centro -bairro, 2006.



Na área habitacional é comum a presença de conjuntos habitacionais isolados como Baraúna, Santa Lúcia, Tânia Mara e Santa Mônica, que se diferenciam muito

nas características construtivas quando comparadas às construções mais próximas ao centro e às atividades econômicas mais especializadas. Esses conjuntos habitacionais são destinados principalmente à classe baixa, com menores índices construtivos e padronização no aspecto arquitetônico. Apresentam uma infraestrutura urbana escassa, tendo a falta de vias pavimentadas, acesso à rede de esgoto e a morosidade no transporte coletivo urbano como alguns dos problemas mais comuns, pelos quais as famílias menos favorecidas passam.

A região do norte da cidade, que cresceu em área lindeira à PR-151, sofreu influência do crescimento de diversas atividades econômicas nessa região. Esse crescimento foi dinamizado com as presenças marcantes de algumas metalúrgicas e cooperativas. Também é comum a presença de diversas atividades comerciais e de serviços ligados ao setor de transportes. Em função dessa proximidade, as áreas habitacionais produzidas nesse entorno são consideradas habitações de interesse social, predominando as construções realizadas através das companhias de habitação como PROLAR e COHAPAR, e como já descrito, passam a apresentar todas as propriedades existentes nas produções de habitações de interesse social.

Esses novos delineamentos do crescimento urbano de Ponta Grossa têm respaldo nas diretrizes estabelecidas no Plano Diretor de 1992 (PMPG, 1992). Este afirma existir a necessidade de articulação entre as propostas de uso e ocupação do solo, do sistema viário e dos transportes, usufruindo a topografia (relevo) da cidade como condicionante de articulação para esse desenvolvimento, explorando os eixos mais dinâmicos para o processo de expansão urbana. (GOMES, 2000).

As adaptações pelas quais a sociedade ponta-grossense teve que passar não são fruto apenas das políticas públicas locais. As decisões de cunho político e econômico, adotadas em âmbito nacional refletirão substancialmente em nível local. Essa influência é sentida hoje, mais do que em outros períodos, devido ao seu caráter estrutural globalizante.

As transformações na economia global, através de seus ditames, se fazem sentir na esfera local, com a mudança nos papéis exercidos por essas localidades. A busca pela manutenção de uma determinada localidade ou região na esfera da produção capitalista, leva-a a uma adaptação aos novos meios de produção e nas relações trabalhistas.

Na busca por essa adaptação, Ponta Grossa se mostrou eficiente ao conquistar a aceitação de uma diversidade de novas empresas com características

de produção bastante modernizadas, levando a modificações nas relações trabalhistas. O crescimento relativo do setor terciário, menor que na década anterior, juntamente com o surgimento de novas indústrias com elevado grau de informatização e automação em seu processo produtivo, levaria a uma gradativa remessa de demissões, diminuindo o contingente humano nas atividades econômicas existentes.

A proliferação de atividades econômicas pertencentes aos setores menos dinâmicos arremessou a sociedade ponta-grossense, assim como na maioria das cidades brasileiras, a um estágio de sobrevivência alcançado através de uma forma de trabalho não vinculado aos padrões legais. A informalidade se faz presente quantitativamente, enquanto os empregos formais gerados exigem cada vez mais, um alto grau de especialização para cada área demandada. Essas características das relações trabalhistas também são conseqüências das políticas neoliberais adotadas no Brasil.

### 5.1 As políticas neoliberais influenciando o espaço urbano de Ponta Grossa.

O Brasil atravessou intensas mudanças quando da aceitação passiva das regras neoliberais ditadas pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial, a partir do Consenso de Washington, no final da década de 1980 e no início da década de 1990. Essa ação levou o governo brasileiro a realizar reformas institucionais através da abertura econômica e financeira, das privatizações e da desregulamentação dos mercados no país.

Além disso, a Constituição de 1988 garantiu maior autonomia para os estados, gerando maior capacidade competitiva frente às novas exigências externas. As novas regras possibilitaram o acirramento entre competitividade inter-regional, ocorrendo mesmo uma movimentação das atividades econômicas em direção a uma desconcentração territorial, fortalecendo, assim, o papel regional (SEBASTIANI, 2002). Como fator dinamizador da economia, a reestruturação industrial se tornou ponto-chave para a adaptação de uma determinada região aos parâmetros de qualidade ditados pelas organizações internacionais.

No Brasil, a continuidade do crescimento industrial passou a ter maior

representatividade com a estabilidade econômica alcançada com o Plano Real, a partir de 1994. Associado às reformas institucionais, elevou-se as taxas de investimentos no aparelho produtivo nacional, onde os investidores privados internos e externos se lançaram na construção de novas plantas industriais fora do eixo Rio-São Paulo optando “por centros de porte médio e grande, dotados de infra-estrutura (física, científica e tecnológica) adequada, situados estrategicamente dentro de um grande e novo mercado, polarizado por São Paulo e Buenos Aires (Mercosul)” (SEBASTIANI, 2002, p. 55).

A região Centro-Sul, assim como o Paraná, se mostrou dotada dessa infra-estrutura e dos mecanismos institucionais necessários para a viabilização da atração de novos investimentos. A economia paranaense alcançou intenso desenvolvimento através da articulação estreita de seis vetores, sejam eles:

[...] o pólo automobilístico; a modernização do agronegócio (com forte presença das cooperativas), a ampliação quantitativa e qualitativa do complexo madeireiro e papelero; a expansão da fronteira internacional, incluindo o Mercosul; o melhor aproveitamento das vocações e o desenvolvimento das aptidões regionais; e a retaguarda infra-estrutural, sobretudo na área de ciência e tecnologia, e ainda na otimização do tripé transporte, energia e telecomunicações (LOURENÇO, *apud* SEBASTIANI, 2002, p. 55).

Porém, a discussão enfatiza a necessidade de uma correlação entre poder público estadual e a classe empresarial do Paraná, a fim de acenar para mudanças no comportamento polarizador da Região Metropolitana de Curitiba. Principalmente no eixo Paranaguá-Curitiba-Ponta Grossa.

A participação brasileira no crescimento econômico foi lenta no começo da década de 1990, intensificando-se a partir de meados da década de 1990, com o Plano Real. O controle da inflação e os incentivos fiscais e tributários, justaposto a maior autonomia dos estados, proporcionaram um aumento na capacidade produtiva nacional. Mas, esse crescimento não aconteceu dentro de uma proposta de integração nacional.

Esse crescimento se aproximou mais do que MACEDO et al (2002) denominou *desenvolvimento regional difuso*, onde não ocorreu nem concentração nem desconcentração industrial. O aumento da capacidade produtiva se dá em núcleos regionais de desenvolvimento, direcionados a cidades grandes e médias. A



característica de cada núcleo regional está condicionada ao tipo de produção específica, como produção industrial de bens de capital, de bens de consumo duráveis ou relacionados à agroindústria.

A inserção do Paraná na estratégia de desenvolvimento econômico nacional concorre paralelamente ao plano de desenvolvimento regional difuso (MACEDO et al, 2002). Para esse momento verificou-se uma situação controversa ao que aconteceu em períodos anteriores, onde a intervenção centralizadora do Estado era considerada proeminente para a evolução da política econômica nacional. Segundo estudos do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2003), o Paraná entrou nesse novo contexto com reestruturação e modernização do seu aparato produtivo industrial, na intenção de garantir maior competitividade na comercialização de seus produtos no mercado interno e, principalmente, no externo. Uma reestruturação erigida não apenas com aumento de produtividade como, também, com uma maior diversificação das modalidades de produção.

Essa diversificação divide-se, territorialmente, em duas categorias: indústrias modernas e agroindústrias. A Região Metropolitana de Curitiba polarizou as indústrias modernas que alocam recursos advindos de técnicas de produção, engendradas ao processo produtivo, por maior utilização de pesquisas científicas e inovações tecnológicas. Nessa categoria, há uma liderança do setor metal-mecânico, principalmente com o desenvolvimento da indústria automobilística.

As regiões interioranas tentam se adaptar às inovações voltadas à agroindústria, alterando as relações de produção em setores tradicionais. Alguns exemplos estão nas indústrias de esmagamento de soja, beneficiamento de trigo, torrefação de café, desdobramento de madeira, além dos segmentos de vestuário, têxtil e calçados.

Ponta Grossa acabou por polarizar algumas indústrias dotadas de inovações tecnológicas e com incorporação de informação ao processo produtivo. Mesmo sendo indústrias ligadas a setores tradicionais, a sua localização se deu por proximidade à Curitiba e, à existência de condições prévias para a implantação dessas indústrias, como localização específica para área industrial (Distrito Industrial), menor custo na aquisição de terra urbana, além de incentivos fiscais e tributários. A existência de acesso à energia e a boas condições de transporte, integradas por um conjunto de importantes rodovias e a presença de importantes

indústrias, tornou Ponta Grossa em área de interesse para uma expansão industrial específica.

## 5.2 Indústrias automatizadas: ampliação para setores não ligados à agroindústria.

Saindo de uma tradicional busca por localização baseada na proximidade de matérias-primas e de fontes de energia, a indústria paranaense tendeu a buscar uma distribuição espacial de acordo com as especificidades regionais de produção. Isso quer dizer que a re-configuração espacial da indústria paranaense esteve vinculada a “um processo contínuo de diversificação, de novas etapas de produção e de mudanças nos requerimentos logísticos necessários ao enfrentamento dos desafios do novo paradigma de competição internacional.” (IPARDES, 2003, p. 2).

Paralelamente à mudança do fator locacional, também se verifica uma modificação na estrutura interna das plantas industriais.

Do ponto de vista da produção, as indústrias recentemente instaladas e as que passaram por reestruturação são pouco intensivas em matérias-primas e mão-de-obra e têm forte peso de informação e conhecimento incorporado ao valor dos produtos. Dessa forma, as decisões locacionais estão fortemente influenciadas pela disponibilidade de economias de aglomeração, de aprendizado e de eficiência coletiva, o que exige uma base local de ciência e tecnologia acumulada em universidades e instituições de pesquisa, existência de trabalhadores tecnicamente qualificados para exercer as funções exigidas pelas novas tecnologias e novas formas de interação e cooperação entre os agentes (IPARDES, 2003, p. 2).

Esse impulso para reestruturação produtiva foi alicerçado por uma política estadual de atração de novos investimentos, com uma concentração especial no setor da indústria metal-mecânica. Essa nova política aliada aos fatores locacionais e de produção, impulsionaram uma forte concentração industrial na Região Metropolitana de Curitiba. Entretanto, o interior paranaense mesmo apresentando outra dinâmica industrial, também a direciona para uma reestruturação produtiva.

A agroindústria paranaense continua como fator de sustentação de grande parte das atividades econômicas do interior do Paraná. No

entanto, é nítido o esgotamento de sua dinâmica em bases extensivas. O novo padrão agroindustrial está se orientando para a produção de bens mais elaborados, condizentes com a qualidade e a estratégia das grandes indústrias de alimentos, e para a reestruturação da indústria tradicional, desvinculando-se da proximidade das fontes de matéria-prima e buscando vantagens locacionais de outra ordem (IPARDES, 2003, p. 1).

No entanto, deve-se observar que maciços investimentos foram sendo realizados na Região Metropolitana de Curitiba e em sua área de abrangência. Os investimentos dirigidos a essa região são empregados para segmentos estruturantes da economia, portanto, tendo participação independente na economia brasileira, enquanto o interior, mesmo mantendo a importância das inversões, tem seu papel atribuído a um caráter complementar ao funcionamento da economia brasileira.

Os engates do Paraná na nova dinâmica regional estão ocorrendo fundamentalmente a partir da Região Metropolitana de Curitiba, que está se afirmando como um dos principais focos ou núcleos de dinamismo da economia brasileira e com fortes tendências de acentuar a sua integração externa. A quase totalidade dos investimentos de natureza estruturante, modeladores das transformações que vão forjar o futuro do Estado, está ocorrendo nessa região ou na sua área de influência direta (Ponta Grossa, Irati e Paranaguá, por exemplo). Isso não significa desprezar a importância dos investimentos que estão ocorrendo em outras regiões do Estado. No entanto, pode-se observar que os investimentos realizados no interior, em geral, além de serem de pequeno porte, não são de natureza estruturante ou permanecem tendo um caráter complementar às atividades econômicas da rede de núcleos dinâmicos da economia brasileira. Na maioria dos casos, esses investimentos constituem desdobramentos marginais da estrutura produtiva local (MACEDO et al, 2002, p. 18).

Na procura de alcançar uma proximidade maior com o desenvolvimento industrial de Ponta Grossa, interessante se faz o estudo realizado pelo IPARDES, onde mostra a configuração espacial para a década de 1990, segundo as mesorregiões estabelecidas pelo IBGE. A cidade de Ponta Grossa se encontra na mesorregião Ponta Grossa-Castro. Nesse contexto, não só a presença do número de estabelecimentos como geração de empregos e participação de cada segmento das atividades industriais no valor adicionado estadual, constituem dados importantes para perceber a distribuição regional dessas indústrias (Tabela 9).

Tabela 9 – Número de estabelecimentos, de empregados e participação no valor adicionado da mesorregião Ponta Grossa-Castro, segundo segmentos industriais especializados, 1990/2000.

SEGMENTO	Número Estab. (2000)	EMPREGADOS				PARTICIPAÇÃO NO VALOR ADICIONADO DA REGIÃO (%)		
		1995		2000				
		Abs.	%	Abs.	%	1990	1995	2000
Embalagens metálicas	2	481	1,90	228	0,90	6,06	1,04	0,66
Desdobramento de madeira	197	3.372	13,34	4.699	18,47	4,56	3,31	4,46
Celulose, papel e papelão	17	5.570	22,04	3.656	14,37	23,09	52,07	37,48
Embalagens de papel e papelão	5	2	0,01	254	1,00	0,00	0,04	20,81
Fertilizantes e defensivos	6	185	0,73	264	1,04	6,01	0,95	4,49
Perfumaria e cosméticos	2	–	–	22	0,09	1,54	0,25	0,08
Laminados e artefatos de plástico	5	12	0,05	41	0,16	2,94	0,10	0,05
Óleos e gorduras vegetais	5	676	2,68	355	1,40	27,43	6,35	3,47
Moagem de trigo	1	346	1,37	176	0,69	3,92	2,14	3,47
Abate de suínos, bovinos e outras reses	4	59	0,23	1.726	6,79	0,66	14,61	2,43
Laticínios	10	2.835	11,22	765	3,01	0,00	0,39	2,17
Cerveja, chope e malte	1			181	0,71			7,49
Segmentos não-especializados	776	11.731	46,42	13.071	51,38	23,78	18,74	12,96
TOTAL	1.031	25.269	100,00	25.438	100,00	100,00	100,00	100,00

Fontes: MTE – RAIS, SEFA.

Nota: Dados elaborados pelo IPARDES.

Nesse processo de reestruturação, Ponta Grossa apresenta destaque em

setores tradicionais da indústria, os quais apresentam maior participação no valor adicionado estadual, segundo dados da Secretaria da Fazenda (IPARDES, 2003 : 29), com peso maior no segmento de embalagens de papel e papelão, tendo como representante em Ponta Grossa, a Tetra Pak, indústria de embalagens. Também com representatividade aparece o segmento de cerveja, chope e malte com destaque para a moderna fábrica da Kaiser. O segmento desdobramento de madeira vem em terceiro, com participação em Ponta Grossa da Masisa, indústria de produção de aglomerados para exportação e da Águia Florestal (de capital local). O segmento de óleos e gorduras vegetais vem logo depois, representado principalmente pela Bunge, Cargill e Coinbra.

Em relação à oferta de empregos, o segmento desdobramento de madeira foi o que gerou mais postos de trabalho, representando em 2000, 18,7% dos empregos na mesorregião Ponta Grossa-Castro. O rearranjo produtivo e patrimonial no segmento de óleos e gorduras vegetais e no segmento de defensivos e fertilizantes no parque industrial de Ponta Grossa trouxe uma redução nos postos de trabalho.

O segmento de óleos e gorduras vegetais apresentou, de 1995 para 2000, redução nos postos de trabalho de 676 para 355. O segmento, que representava 27% do valor adicionado industrial da região em 1990, reduziu sua participação para 3,5% em 2000. Já, nos defensivos e fertilizantes a perda foi maior, com a participação no valor adicionado regional caindo de 6% para 4,5% (IPARDES, 2003, p. 44).

Porém, tradicionalmente, a indústria alimentar, com ênfase no esmagamento de soja, constitui a base industrial produtiva de Ponta Grossa, desde o início da década de 1970, com a criação do Distrito Industrial. Dessa forma, sua contribuição para o PIB local e para a geração de empregos torna-se essencial quando se pensam em formas de reestruturação do parque industrial ponta-grossense e sua relação com o desenvolvimento do Paraná.

### 5.3 A soja em Ponta Grossa: sua importância para as exportações nacionais

Em meados da década de 1970 e início da década de 1980, a indústria

alimentar paranaense passou por uma intensa modernização em sua estrutura agrícola. Ao mesmo tempo, passou ao movimento de industrialização de matérias-primas.

Carnes processadas, rações balanceadas, extração e refino de óleos vegetais passaram a dividir espaço com segmentos tradicionais (beneficiamento de cereais e torrefação de café) na composição do ramo alimentar. Já desde essa época, a implantação dessa estrutura sobrepunha-se à ampliação de segmentos com padrões e níveis distintos de sofisticação como doces, balas e massas alimentícias, que respondiam por parcela desprezível da produção global.

Uma avaliação preliminar dos anos 90, demonstra, em princípio, a manutenção daquela estrutura industrial, com o predomínio de 28,2% de beneficiamento e moagem de grãos, 29% de carne e 6,2% de óleo refinado (exclusive o bruto) no valor adicionado do gênero produtos alimentares em 1997, em detrimento de massas, doces, etc., com 9% (NOJIMA, 1999, p. 80).

Porém, a estrutura industrial alimentar teve que transpor alguns desafios para esse salto produtivo. O declínio de crédito subsidiado pelo governo federal e a progressiva ineficácia dos planos de safra impõem-se como importantes barreiras aos custeios e investimentos na produção agrícola nacional.

No Paraná, os desafios se encerram na exaustão da fronteira agrícola e na estrutura fundiária, que ainda conta com uma participação expressiva de pequenas propriedades, diminuindo a capacidade de produção em escala. Outro fator reside no fato da produção alimentar paranaense estar vinculada a inserção da economia brasileira no comércio mundial e à configuração de um novo horizonte para o crescimento interno instaurado pela estabilização monetária em meados dos anos 90.

O complexo soja foi o ícone maior da transformação agroindustrial do Paraná nos anos 70 e constitui ainda hoje uma das cadeias agroindustriais mais representativas do Estado. Dotado do maior volume produzido de grãos no país, o complexo paranaense compõe-se principalmente da produção do farelo de soja e do óleo bruto e refinado e responde por quase metade do volume global da pauta estadual de exportações. Além disso, o Paraná detém, entre os principais estados produtores, a maior capacidade de esmagamento de soja do país, com cerca de 30%; e juntamente com São Paulo e Rio Grande do Sul, 66% da capacidade de refino (NOJIMA, 1999, p. 80).

Nesse ambiente, Ponta Grossa passou, também, por transformações ao ser atingida por essa reestruturação do complexo soja. As barreiras existentes ao final da década de 1990 estão no acúmulo da capacidade ociosa liderado por grandes grupos nacionais como Ceval (agora sob gestão direta da Bunge), ADM, Cargill e Coinbra (das quais apenas a ADM não tem representatividade em Ponta Grossa). Regionalmente, o desvio da fronteira agrícola para o Centro-Oeste leva para essa região a implantação de novas e mais modernas esmagadoras, além da procura por infra-estrutura de transportes de menor custo, como os chamados corredores alternativos, onde a distribuição do produto passa a ser realizada pelas modalidades hidroviária e ferroviária, principalmente nas regiões Norte e Nordeste do país.

Por consequência, o parque esmagador do estado vem apresentando nos últimos anos níveis consideráveis de capacidade ociosa. Nesse contexto, por um lado, justificam-se as parcerias entre as cooperativas, visando ao melhor aproveitamento de suas capacidades instaladas – a exemplo do repasse dos excedentes de soja da Coamo para as unidades de esmagamento da Cocamar. Por outro, explica-se a reestruturação patrimonial no segmento, observada na compra de uma unidade da Coopersul em Ponta Grossa pela Olvepar, possibilitando forte alavancagem de escala de 700 para 4 mil toneladas/dia. Complementam essa dinâmica iniciativas de diversificação, traduzidas nos lançamentos dos óleos de canola e girassol pela Cocamar e na introdução de gorduras vegetais e margarinas pela Coamo (NOJIMA, 1999, p. 80).

Segundo dados do IPARDES (ZOTARELLI; LUGNANI, 2001), houveram discussões a respeito da perda de importância da participação da soja no que se refere à área de cultivo, a produção e a produtividade, em comparação ao crescimento no Brasil e na região Centro-Oeste. Pois bem, segundo as estatísticas apresentadas, ao relacionar os valores em termos absolutos, olhando essa variação desde o início da década de 1980 até a primeira metade da década de 1990, verificam-se decréscimos para o Paraná, tanto em questão de área cultivada quanto no volume de produção e de produtividade alcançada (Quadro 1).

As vantagens competitivas para a produção de soja no Paraná estão atreladas principalmente ao aumento de produtividade, relacionados a diversos fatores (Gráficos 1 e 2). Menores custos com transporte, que entre 1985 e 1996, o preço recebido pelo produtor paranaense se mostrou superior, em 19,94%, ao preço recebido pelos produtores dos estados de Goiás e Mato Grosso (ZOTARELLI;

LUGNANI, 2001). A estrutura fundiária no Paraná sofreu modificação, quando pequenos proprietários deixam o campo, reduzindo o número de estabelecimentos que não geram produção em escala.

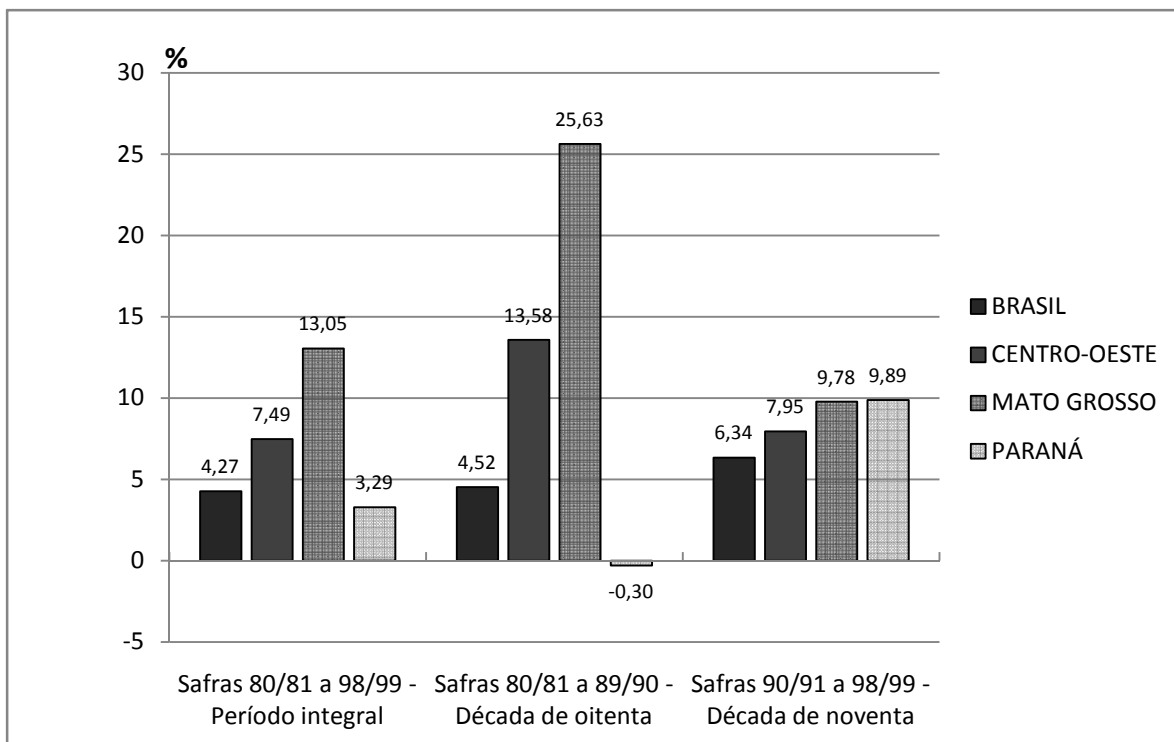
Quadro 1 – Comparativo das vantagens observadas nos fatores de competitividade na produção de soja entre o Paraná e o Centro-Oeste

FATORES DE COMPETITIVIDADE NA PRODUÇÃO DE SOJA	PARANÁ	CENTRO-OESTE	VANTAGENS PRÓ (%)	
Década de 80: Taxas de crescimento anual (%)				
Área	- 0,71	11,80	-	12,5
Produção	- 0,30	13,58	-	13,9
Produtividade	0,31	1,84	-	1,5
Década de 90: Taxas de crescimento anual (%)				
Área	5,81	4,68	1,1	-
Produção	9,89	9,78	0,1	-
Produtividade	4,34	2,66	1,7	-
Preços pagos ao produtor (US\$/60 Kg)				
Custo de produção (US\$/sc)	10.996	9.187	19,9	-
Plantio direto	8,41	8,98	6,3	-
Plantio convencional	9,07	9,46	4,1	-
Margem de lucro (% sobre preço recebido p/ produtor)				
Plantio direto	45,0	34,3	10,7	-
Plantio convencional	41,0	30,6	10,4	-
Perfil de utilização de plantio direto				
(% área cultivada com soja – safra 1996/97)	41,7	29,2	43,4	-
Exigência de fertilizantes (média kg/ha)	189	334	43,4	-
Mecanização agrícola – área de soja cultivada por maquinários novos – período 1994 a 1998 (ha)	143,5	250,0	42,6	-
Índice de perdas na colheita de soja (sc/ha)	1,2	2,3	48,5	-

Fonte: ZOTARELLI; LUGNANI.



Gráfico 1 - Taxas instantâneas de crescimento anual estimadas (TICEs) da produção de soja no Brasil, região Centro-Oeste, Mato Grosso e Paraná - safras 80/81- 98/99.



Fonte: SEAB.

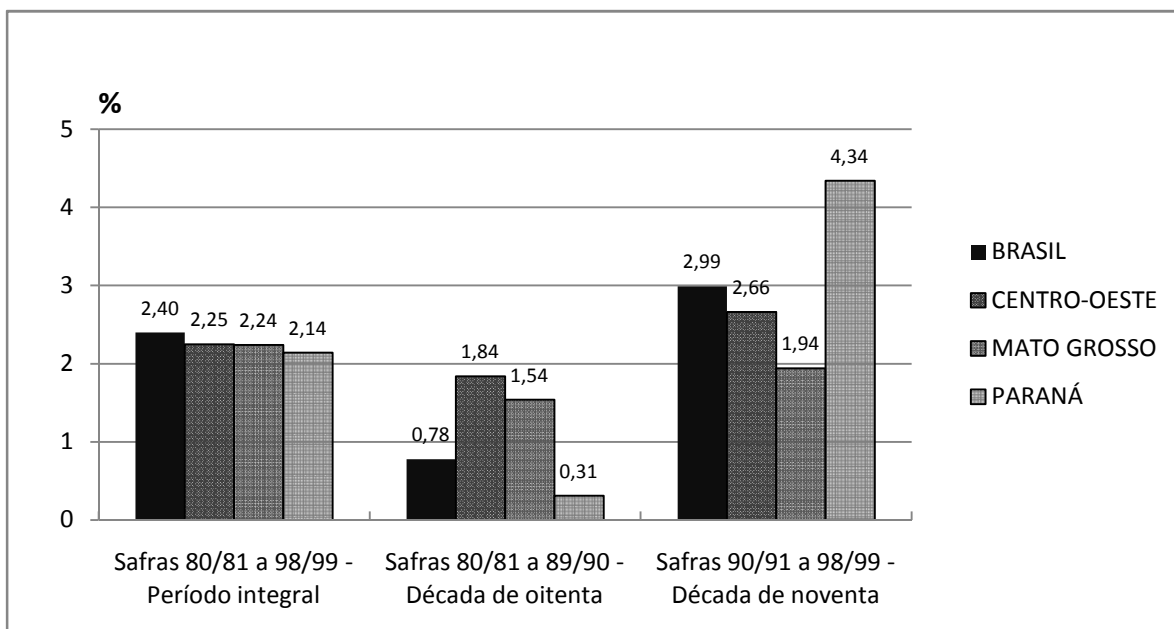
Adaptação: GOMES, Emerson M.

De acordo com o Censo Agropecuário do IBGE, entre 1985 e 1995, o número de estabelecimentos agropecuários no Paraná se reduziu em 96.522 unidades (SUZUKI JÚNIOR, 1998, p. 10). Em termos de tamanho de área, houve concentração na faixa de 100 a 1.000 ha, com elevação de 5,1%. Os estabelecimentos de áreas menores de 100 ha e maiores de 1.000 ha apresentaram redução respectivamente de 6,93% e 2% (ZOTARELLI; LUGNANI, 2001, p. 38).

Outro fator foi a utilização do plantio direto e do plantio convencional que, atrelado à modernização nas técnicas agrícolas, surtiram maiores efeitos para os produtores paranaenses. Além disso, o solo do Paraná exige um uso menos intenso de fertilizantes, acarretando em menores custos para os paranaenses.

Outra causa na elevação da produtividade no Paraná foi a inovação e o desenvolvimento de máquinas agrícolas. Nesse aspecto, o Paraná se moderniza mais rapidamente que o Centro-Oeste, ao elevar seu índice de mecanização agrícola frente à participação do Centro-Oeste.

Gráfico 2 – Taxas instantâneas de crescimento anual estimadas (TICEs) da produtividade da soja no Brasil, região Centro-Oeste, Mato Grosso e Paraná - safras 80/81- 98/99.



Fonte: SEAB.

Adaptação: GOMES, Emerson M.

Assim, esse índice de mecanização recente indica que a região Centro-Oeste disponibiliza maior área agrícola por máquina nova que o Paraná. Enquanto esse estado apresentou 143,5 ha/máquina no período, o Centro-Oeste apresentou 250 ha/máquina, o que representa área cultivável maior em 74,2% por máquina (ZOTARELLI; LUGNANI, 2001, p. 41).

Em relação à competitividade na indústria de esmagamento de soja verifica-se uma contínua participação paranaense. Enquanto o parque esmagador paranaense cresceu 19,81% entre 1984 e 1998, o nacional cresceu 31,58%, impulsionado pelo crescimento da região Centro-Oeste. A região Sul apresentou uma redução de 2,83%. Enquanto a região Sul perde participação frente ao desenvolvimento do Centro-Oeste, o Paraná apresenta crescimento sem sua participação. Mesmo com a presença de modernas esmagadoras de soja no Centro-Oeste, o Paraná detém um grande número de indústrias oleaginosas. Enquanto a área de soja plantada no Centro-Oeste foi 105,4% maior que no Paraná, em 1995, a região Centro-Oeste apresentava 21 esmagadoras de soja e o Paraná, um número de 35.

Para esse mesmo ano, Ponta Grossa apresentou, com cinco indústrias de esmagamento, a maior capacidade de esmagamento de soja, com 9.100 t/dia. Para se ter uma noção de comparação, a cidade de Maringá apresentou uma capacidade de esmagamento de 6.130 t/dia, com sete indústrias, enquanto Cuiabá apresentou uma capacidade de esmagamento de 5.200 t/dia, com quatro indústrias de esmagamento (ZOTARELLI; LUGNANI, 2001, p. 44).

Ao comparar os dados expostos, percebe-se a capacidade que Ponta Grossa possui para permanecer em um processo de crescimento econômico. Porém, essa reestruturação porque passa Ponta Grossa, ao absorver novas técnicas de gerenciamento e de produção, trás como consequência a obsolescência da mão-de-obra de baixa qualificação aqui existente. A deterioração social se apresenta como resultado das políticas adotadas no país, que num primeiro momento geram maior acúmulo aos grandes capitais, aumentando a diferença social entre classes, notoriamente perceptível na distribuição territorial da população e na paisagem formada pela atual forma de ocupação e uso do solo urbano.

## CONCLUSÃO

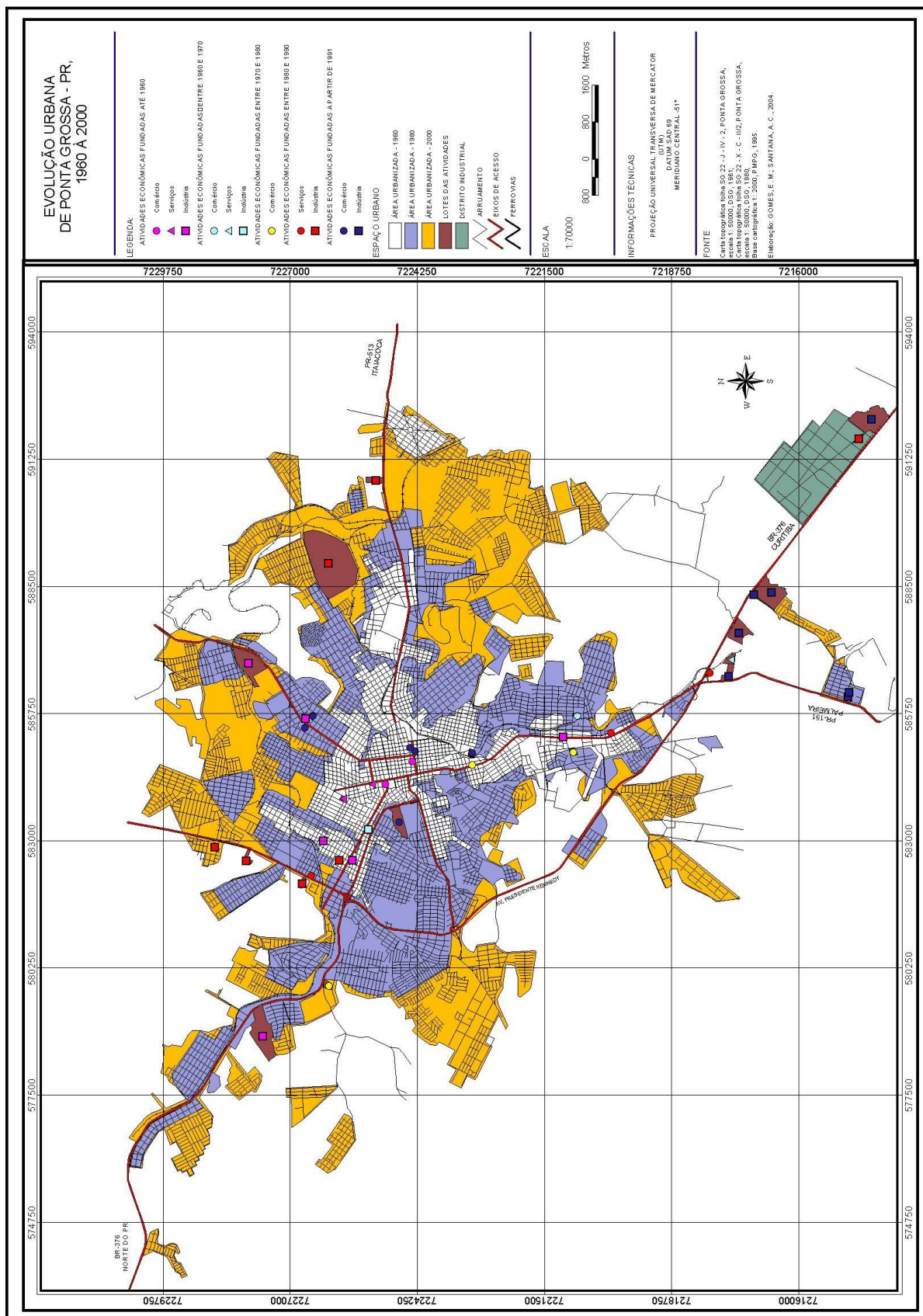
Ao considerar a evolução urbana de Ponta Grossa a partir da década de 1960, deve-se pensar o porquê de a cidade sofrer uma estagnação quanto ao desenvolvimento social enquanto que, economicamente, a cidade apresentou valores sempre crescentes.

A expansão da malha urbana de Ponta Grossa está atrelada tanto ao crescimento populacional quanto ao de atividades econômicas. Ao analisar as possíveis causas desse crescimento considerou-se a ação dos agentes que influenciaram essa transformação espacial. Tais agentes referem-se aos empresários locais, a ação do poderes públicos municipal, estadual e federal, aos agentes imobiliários (muitas vezes confundindo-se com os grandes latifundiários descendentes da elite campeira), aos capitais estrangeiros e ao comportamento da própria sociedade ponta-grossense. A influência de cada um desses agentes age como fator indutivo na transformação do espaço e, ao mesmo tempo, elucidativo para alguns aspectos desse crescimento caótico que aconteceu no espaço urbano de Ponta Grossa (Mapa 6).

Os empresários locais, pelo capital excedente não suficiente para ampliar ou renovar suas atividades econômicas ou pela demora na ampliação das fontes de energia necessárias para tal renovação, experimentaram uma gradual perda de poder econômico e político frente à ação de forças exteriores, sejam elas provenientes do crescimento de outras regiões dentro do Paraná, com destaque ao norte paranaense ou ao crescimento da Região Metropolitana de Curitiba, pelas ações governamentais estaduais e federais ou mesmo pela presença contumaz de empresas multinacionais que passaram a direcionar direta ou indiretamente o desenvolvimento econômico de Ponta Grossa.

Com intuito de contribuir na análise, é preciso destacar a ação predatória e irreversível dos agentes imobiliários que, com a aceitação conivente do poder público municipal, impossibilitou Ponta Grossa de desenvolver um crescimento espacial mais organizado e racionalizado, atribuindo a esses valores o sentido de planejar o crescimento da cidade não apenas de forma setorial, mas sim, levando-se em conta as possibilidades de desenvolvimento social junto ao crescimento econômico, de forma integrada.

Mapa 6 – Evolução urbana de Ponta Grossa – PR, 1960 a 2000.



Vejo essa ação justificada no fato de que as leis municipais referentes ao zoneamento da cidade passaram a privilegiar o centro da cidade como uma zona de expansão para o setor de comércio e prestação de serviços, além da verticalização das habitações alcançada com a alteração dos índices construtivos, que aumentaram os números para elevação de pavimentos dos edifícios que passaram a ser construídos nessa zona.

Enquanto esse adensamento foi caracterizando-se no centro da cidade com o aumento das atividades econômicas e da população de renda média, a periferia não contígua à área já urbanizada acaba por ser o local escolhido para a construção de habitações para a parcela da população de renda baixa. Esse movimento vai consolidar-se e estender-se a todas as direções da cidade como em um movimento único.

Nesse movimento de deslocamento da população de baixa renda para as áreas periféricas da cidade, coaduna-se a ação setorial de estabelecer as atividades econômicas de grande porte também em áreas periféricas, mas contando com um diferencial. O aspecto do relevo escolhido para tais usos, onde as áreas mais planas próximas às linhas de acesso à cidade e às rodovias são destinadas aos usos industriais e comerciais, enquanto que às áreas habitacionais cabe a parte do relevo com maior declividade, aumento dos custos com terraplanagem, além da maior distância a ser percorrida para os deslocamentos até os locais de trabalho, de lazer ou ao centro comercial.

## REFERÊNCIAS

ÁLBUM COMEMORATIVO DO 140º ANIVERSÁRIO DE PONTA GROSSA. Ponta Grossa: [s.n.], 1963.

CAMPOS FILHO, Campos M. **Cidades brasileiras**: seu controle ou o caos: o que os cidadãos deve fazer para a humanização das cidades no Brasil. 3 ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

CHAMMA, Guisela. V. F. **Ponta Grossa**: o povo, a cidade e o poder. Ponta Grossa: 1988.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL. CODEM. **Plano Diretor de Desenvolvimento**. Ponta Grossa: CODEM/CODEPAR/DATM, 1967.

DE PAULA, José C. M. Poder Local em Ponta Grossa: algumas considerações sobre sua evolução. In: DITZEL, Carmencita de H. M.; LÖWEN SAHR, Cicilian L. **Espaço e Cultura**: Ponta Grossa e os Campos Gerais. Ponta Grossa: UEPG, 2001. p. 53-63.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PARANÁ. DER/PR. Institucional. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.der.pr.gov.br>>. Acesso em: 12/05/2004.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Diretoria Técnica. **Geografia do Brasil**: Região Sul. Rio de Janeiro: SERGRAF-IBGE, 1977. v. 5.

GOMES, Emerson M. **O papel do planejamento nas transformações do espaço urbano de Ponta Grossa – PR**. Ponta Grossa: UEPG, 2000. Monografia de Graduação em Geografia.

GONÇALVES, Maria A. C.; PINTO, Elisabete A. **Ponta Grossa**: um século de vida (1823-1923). Ponta Grossa: Kugler Artes Gráficas, 1983.

GONÇALVES, João Douglas. **Política habitacional e espaço urbano**: cidade de Ponta Grossa – Paraná. Florianópolis: UFSC, 2000. Dissertação de Mestrado.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. IPARDES. **Arranjos produtivos locais e o novo padrão de especialização regional da indústria paranaense na década de 90**. Curitiba: IPARDES, 2003.

LÖWEN SAHR, Cicilian L. Estrutura interna e dinâmica social na cidade de Ponta Grossa. In: DITZEL, C. de H. M.; LÖWEN SAHR, C. L. **Espaço e cultura**: Ponta Grossa e os Campos Gerais. Ponta Grossa: UEPG, 2001. p. 65-76.

MACEDO, Mariano de M.; et al. Fases de Desenvolvimento Regional no Brasil e no Paraná: da emergência de um novo modelo de desenvolvimento na economia paranaense. In: **Revista Paraná e Desenvolvimento**. Curitiba, n. 103, jul/dez. 2002. p. 5-22.

MAMMARELLA, Rosetta. Apontamentos sobre a Qualidade da Urbanização: a Região Sul do país. In: **Revista Paraná e Desenvolvimento**. Curitiba, n. 100, jan/jun. 2001. p. 59-70.

MONASTIRSKY, L. B. **Cidade e ferrovia**: a mitificação do pátio central da RFFSA em Ponta Grossa. Florianópolis: UFSC, 1997. Dissertação de Mestrado.

NOJIMA, Daniel. Panorama, tendências e competitividades da indústria de alimentos e de bebidas no Paraná. In: **Revista Paraná e Desenvolvimento**. Curitiba, n.95, jan./abr. 1999, p. 79-87.

PLANEJAMENTO MUNICIPAL DE PONTA GROSSA. PMPG. **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado**. Ponta Grossa: Escritório de Arquitetura Luiz Forte Netto, 1992.

PONTA GROSSA. Decreto n. 498, de 20 de dezembro de 1979. Considerando zona urbana do município de Ponta Grossa, a área abrangida pelo perímetro como específica. **Secretaria Municipal de Administração e Negócios Jurídicos**, Assessoria Legislativa, Ponta Grossa, abr. 2008.

ROLIM, Cássio F.C. O Paraná urbano e o Paraná do *agrobusiness*: as dificuldades para a formulação de um projeto político. In: **Revista Paraná e Desenvolvimento**. Curitiba, n. 86, set/dez., 1995. p. 49-99.



ROLNICK, Raquel. **A cidade e a lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo : Studio Nobel: Fapesp, 1997.

SANTOS, Lúgia M. R. dos. **Transformação e valorização do espaço urbano do bairro Nova Rússia em Ponta Grossa – Paraná**. Curitiba: UFPR, 2002. Dissertação de Mestrado.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEBASTIANI, Luiz E. da V. A economia paranaense nos anos 90 : um modelo de interpretação. In : **Revista Faebusiness**, n. 3, set. 2002. p. 54-56.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, Erminia. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-omega, 1982. p. 21-36.

\_\_\_\_\_. **A crise do “milagre”**: interpretação crítica da economia brasileira. 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

\_\_\_\_\_. Alternativas do futuro brasileiro. In: RATTNER, Henrique. **Brasil no limiar do século XXI**: alternativas para a construção de uma sociedade sustentável. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. p. 21-37.

WACHOWICZ, Ruy C. **História do Paraná**. 7ed. Curitiba: Gráfica Vicentina Ltda. 1995.

ZOTARELLI, Antonio; LUGNANI, Antonio C. Complexo Agroindustrial da Soja no Paraná: um estudo comparativo com o Centro-Oeste do Brasil. In: **Revista Paraná e Desenvolvimento**. Curitiba, n. 101, jul./dez. 2001. p. 33-51.

## BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

ALBUQUERQUE, Carlos A. C. Desafios do Paraná. In: **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 86, set./dez. Curitiba: 1995, p. 35-47.

ALBUQUERQUE, Edu. S.; et al. **A caracterização sociogeopolítica e o perfil da demanda por serviços de extensão na área de influência da UEPG**. Ponta Grossa : DEGEO/PROEX/UEPG, 2002. Relatório técnico.

AZEVEDO, S. de; ANDRADE, L. A. G. de. **Habitação e poder**: da fundação da casa popular ao banco nacional de habitação. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 5ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.

GEORGE, Pierre. **Geografia urbana**. São Paulo: DIFEL, 1983.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. 2 ed. São Paulo: Centauro, 2001.

LOJKINE, J. **O Estado capitalista e a questão urbana**. 2ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARICATO, E. (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2 ed. São Paulo: Alfa-omega, 1982.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. Trad.: Maria Helena Barreiro Alves; revisão de Carlos Roberto F. Nogueira. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MOURA, Rosa; MAGALHÃES, Marisa V. Leitura do padrão de urbanização do Paraná nas duas últimas décadas. In: **Revista Paraná e Desenvolvimento**. Curitiba, n. 88, mai/ago. 1996. p. 3-21.

OLIVEIRA, F. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

OLIVEIRA, Dennison de. Elites econômicas e a produção do espaço urbano. In: **Revista Paranaense de Geografia**. Curitiba, n. 3. 1998. p. 5-17.

PRADO Jr., C. **História econômica do Brasil**. 37 ed. São Paulo: brasiliense, 1970.

PONTA GROSSA. Lei n. 4.839, de 18 de dezembro de 1992. Legislação do Plano Diretor. **Secretaria Municipal de Administração e Negócios Jurídicos**, Assessoria Legislativa, Ponta Grossa, out. 1.998.

\_\_\_\_\_. Lei n. 4.856, de 18 de dezembro de 1992. Legislação que dispõe sobre o zoneamento de uso e ocupação do solo urbano. Prefeitura Municipal de Ponta Grossa. **Secretaria Municipal de Administração e Negócios Jurídicos**, Assessoria Legislativa, Ponta Grossa, out. 1.998.

PUBLICAÇÃO COMEMORATIVA DO 152º ANIVERSÁRIO DE PONTA GROSSA. Curitiba: Requião, 1975.

ROCHEFORT, M. **Redes e sistemas**: ensinando sobre o urbano e a região. São Paulo: Hucitec, 1998.

ROLIM, Cássio. F. C. **Crise econômica e sistema urbano**: a trajetória espacial da crise brasileira do início dos anos oitenta. São Paulo: USP/FEA, 1990. Tese de doutorado.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

\_\_\_\_\_. **A urbanização brasileira**. 3ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

\_\_\_\_\_. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

SCHMIDT, Benício V. **O Estado e a política urbana no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, L&PM, 1983.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

APÊNDICE A - Área urbanizada e distribuição das atividades econômicas na cidade de Ponta Grossa – PR, 1960 (Papel A3).

APÊNDICE B - Área urbanizada e distribuição das atividades econômicas na cidade de Ponta Grossa – PR, 1980 (Papel A3).

APÊNDICE C - Área urbanizada e distribuição das atividades econômicas na cidade de Ponta Grossa – PR, 2000 (Papel A3).